

ATA DA 2ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
ANGRA DO HEROÍSMO, RELATIVA AO ANO 2012

Aos 30 dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, pelas nove horas e trinta e sete minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, na sua 2ª sessão ordinária, a cujos trabalhos presidiu o senhor deputado municipal Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, no exercício das funções de presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelos senhores deputados municipais Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz e Maria Luísa da Cunha Ribeiro.

A - PERÍODO DE ABERTURA

O senhor presidente da Mesa, depois de saudar os presentes, determinou que se procedesse à chamada, tendo-se registado as seguintes presenças:

Grupo Municipal do Partido Socialista

António Gabriel Fraga Martins Maio, António Toledo Alves, Carlos Jorge Belerique Ormonde, Fábio António Lourenço Vieira, Hélio Manuel Melo Vieira, João Carlos Castro Tavares, João Luís Sanchez dos Santos, João Manuel Teixeira Salvador, João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, José Gabriel Pimentel da Silva, José Guilherme de Ávila Brasil, Luís Leonel Teixeira Salvador, Maria Luísa da Cunha Ribeiro, Maria Raquel Lourenço Machado Melo, Ricardo Manuel Rodrigues de Barros, Salvador da Rocha Lopes, Sérgio Manuel Pedro Cardoso, Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz.

Deputados municipais independentes

José Cipriano de Sousa Martins.

Grupo Municipal do Partido Social democrata

Alódia de Melo Rocha Costa e Silva, Basílio Narciso de Sousa, Carla Eduarda Borges Terra, Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins, Carlos Manuel Pinto Pinheiro, Guilherme Ferreira de Melo, Honorato Bettencourt Lourenço, José Dimas da Rocha Machado, Luís Alberto Garcia de Castro Pereira da Costa, Luís Miguel Forjaz Rendeiro, Manuel Conde Bettencourt, Rómulo de Ficher Correia.

Do CDS-PP

José Alberto Moniz Borges, Nuno Alberto Lopes Melo Alves.

Da Câmara Municipal

Alonso Teixeira Miguel, António da Silva Gomes, António Lima Cardoso Ventura, Fernando Francisco de Paiva Dias, José Élio Valadão Ventura, Maria Teresa Valadão Caldeira Martins, Sofia Machado do Couto Gonçalves.

A ata da sessão anterior foi posta à discussão.

O senhor presidente da Mesa referiu que seria incluído na página 3 da ata, o resultado da votação da ata da sessão anterior.

A ata da sessão ordinária de 24 de fevereiro de 2012 foi aprovada por unanimidade.

O senhor presidente da Mesa procedeu à habitual leitura resumida do expediente que colocou à disposição dos senhores deputados que o quisessem consultar:

– Do Gabinete do senhor presidente da Assembleia Legislativa Regional, um voto de congratulação pelos 150 anos da freguesia da Serreta, aprovado por unanimidade na sessão de 22 de março.

– Da junta de freguesia da Ribeirinha, um documento sobre a Reforma da Administração Local na Região Autónoma dos Açores.

O senhor presidente da Mesa leu uma comunicação sobre um requerimento apresentado a 30 de abril de 2010 referente à adesão à rede das cidades com presença judaica:

«No seguimento da recomendação aprovada em sessão desta Assembleia Municipal de 30 de abril, a qual foi remetida à Câmara Municipal, a coberto do ofício 74 de 4 de maio, respeitante ao assunto supra mencionado, encarrega-me a senhora presidente da Câmara Municipal, de informar V. Exa. de que esta edilidade, em sua reunião de 5 de janeiro de 2012, deliberou reenviar a esse órgão deliberativo a mesma, para apreciação, tendo em conta os custos da adesão em causa, conforme o relatório do SGD e Parecer do Gabinete de Património e Turismos, os quais se anexam por fotocópia.»

Sr. presidente da Mesa: – Esta questão foi colocada na Conferência de Líderes e o custo da adesão tem algum significado do ponto de vista financeiro. É proposto que a Assembleia se volte a pronunciar sobre esta questão. Se se entender por boa esta sugestão da Câmara, a proposta deixa de ter efeito. Se a Assembleia entender renovar o pedido, penso que o poderá e deverá fazer noutra sessão.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – O grupo municipal do PSD entende por boa proposta, a preservação e valorização do património judaico. Com estes custos, não parece que a adesão a esta rede de cidades seja essencial e indispensável ao desenvolvimento do concelho.

Sr. d. m. João Maria Mendes: – Bom dia senhor presidente, senhora Câmara, senhores deputados.

Fui eu que propus essa adesão mas, para falar com franqueza, julguei que se tratava de uma rede nacional. A informação que obtive é que existe uma rede internacional que custa muito dinheiro; por isso, penso que a Câmara decidirá o que lhe parecer melhor, tendo também em atenção o que o senhor deputado Luís Rendeiro disse sobre a preservação do pouco património judaico que temos nesta cidade e no concelho. A Câmara decidirá se é ou não oportuna a adesão a essa rede internacional.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Bom dia, senhor presidente, senhores membros da Assembleia, senhora presidente e senhores membros da Câmara.

Como foi subscrito por unanimidade na Assembleia, julgo que também nos devemos pronunciar no sentido de apoiar a decisão que a Câmara tomar, uma vez que isto traz encargos

e há outras opções para despende estes encargos na preservação do património judaico que surtirão o efeito pretendido. Subscreveremos qualquer entendimento da Câmara que tem carta-branca para dar seguimento a esta proposta da Assembleia.

Sr. presidente da Mesa: – Parece haver unanimidade de princípios sobre esta matéria.

B - PERÍODO DESTINADO AO PÚBLICO

Não se registaram intervenções por parte do público.

C - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Sr. d. m. António Toledo Alves: – Senhor presidente da Assembleia, Exma. Câmara, caros colegas deputados municipais.

Como presidente da junta de freguesia do Posto Santo, cidadão angrense e coordenador da ANAFRE/Açores, gostaria de, em nome das freguesias, comemorar o 38º aniversário do dia 25 de abril neste órgão.

Celebrar Abril é celebrar a festa da Liberdade, da democracia e do poder local democrático mas, se existem dias em que nos orgulhamos de celebrar Abril, existem outros que pretendemos esquecer mas não é possível e o passado dia 13 de Abril de 2012 é um deles. Trata-se do dia em que foi aprovada a proposta de lei nº44/12 da Reorganização Administrativa Territorial Autárquica.

É difícil encontrar justificação para a aprovação desta proposta de lei, mas torna-se necessário, sem grande esforço, recordar que os autarcas de freguesia e a ANAFRE, em congresso, no Encontro Nacional e na Grande Manifestação não partidária do passado dia 31 de Março, talvez única no nosso país desde o 25 de Abril de 74, num total de 200 000 pessoas homens e mulheres legitimados pela força da democracia, pela causa que os elegeu, firmados numa razão de missão, movidos por sentimentos comuns instituídos e por verdadeiro espírito de missão, afirmaram: «ESTA REFORMA, NÃO!»

Não vou fazer o historial de todo o caminho percorrido desde a apresentação do Documento Verde até ao passado dia 13 de Abril, mas não posso nem devo deixar de lembrar o quanto a ANAFRE e as freguesias, da maior à mais pequena, das urbanas às rurais, calcorream sem descanso.

Aquando do conhecimento do citado documento, a ANAFRE e as freguesias leram, refletiram, debateram, auscultaram o país, consultaram académicos, ouviram os seus pareceres e anteciparam o Congresso Nacional, decidindo: «ESTA REFORMA, NÃO!»

Rejeitamos:

- Os critérios quantitativos.
- O autismo perante as populações.
- O mutismo sobre novas competências e recursos financeiros.
- O desconhecimento da nova lei eleitoral e da nova lei das finanças locais.

Temos consciência de que os problemas financeiros do País nunca residiram nas Freguesias.

Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados. É com mágoa que termino, dizendo que foi pena que o legislador, em plena consciência e verdadeira convergência, não tenha entendido que seguiu o caminho errado e que esta reforma não defende os interesses das populações num momento muito difícil, social e económico que o país atravessa.

É pena que o legislador não compreenda o papel que as freguesias desempenham como autarquias de proximidade no poder local democrático, aprovando uma proposta de lei com este conteúdo, que apenas contou com o apoio dos partidos que apoiam o governo.

O legislador não ouviu os autarcas de freguesia desses mesmos partidos que, em todos os momentos, em congressos, encontros e manifestações, aprovaram por unanimidade: «ESTA REFORMA NÃO!» Vivam os homens do 25 de abril!

Aplausos na sala.

Sr. presidente da Mesa: – Senhores deputados, os aplausos não são comuns nem regimentais, apesar do valor da intervenção.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Senhor presidente da Assembleia, caríssima Mesa, senhora presidente da Câmara e restante vereação, senhores deputados.

Em primeiro lugar, embora não seja a minha equipa, gostaria de me congratular com a subida de divisão do Lusitânia em futebol. Congratulo-me também com a subida dos Matraquilhos em futsal. Isto prova que há dinamismo e que, apesar das dificuldades, nessas equipas trabalha-se a sério com espírito de luta e sacrifício para a obtenção de resultados positivos.

Em segundo lugar, embora não seja diretor do Lusitânia, gostaria de convidar todas as pessoas a estarem presentes no próximo fim de semana no jogo de basquete entre o Lusitânia e o Benfica porque o Lusitânia já foi campeão mesmo sem o ser. Chegou a essa fase, ganhou um jogo lá e perdeu outro, tem a possibilidade de ir mais além, embora seja muito difícil, mas em campo é que se prova. Gostaria que nos honrassem com a vossa presença.

Embora não seja do vólei, aproveito a oportunidade para alertar o senhor vereador/diretor. É uma prova de que o basquete local, nomeadamente o do concelho de Angra, está num nível elevado. O Boa Viagem já nos deu esse exemplo com a conquista da prova.

Aquando do voto a favor do Boa Viagem, houve uma pessoa que ficou esquecida que foi o seu dirigente, senhor Dinis Almeida; já o disse ao José Gabriel. O senhor Dinis Almeida recebeu um prémio por ter sido o melhor dirigente, penso que da liga feminina. Muito nos honra, termos gente dessa à frente das instituições.

Para ficar completo, seria bom que o Santa Clara descesse. A região ficava a ganhar com mais dinheiro. Isso era o ideal porque dava para distribuir pelos outros; ficava completo. A televisão, que agora vai ter só uma janela, também era bom porque eles passam a vida a falar no Santa Clara, nas contas e tal... Aquilo está mais ou menos como a gente gosta.

Entrando na parte extradesportiva, parece que agora existe um surto de pulgas no Pátio da Alfândega. Não sei se aquele carro que custou 20 000 € e andou a fazer desinfecções em dias de chuva, que foi contratado pelo senhor Cota Rodrigues, está cá ou não. Talvez pudesse dar uma saltada ao Pátio da Alfândega, até porque fica perto de uma zona balnear, (que certamente terá uma bandeira azul) e fazer uma limpeza ali; pelo menos é o que corre.

Outra coisa: congratulei-me quando a senhora presidente da Câmara falou nas licenças do Porto das Pipas. Quando é que passarão para as 2 horas da manhã? Afinal não foi assim.

Gostaria de saber quando é que aquele problema ficará resolvido porque, para mim, dá tempo para se tomar um copo até às 2 horas da manhã. Quem quiser tomar uns copos, toma e quem tem filhos fica menos despreocupado. Continua a venda de álcool, apesar da segurança que é maior e muito bem. Deveria ter sido assim desde o início. Há a possibilidade de começar a hora mais cedo e acabar às 2 da manhã.

Gostaria de sugerir que, na fiscalização dos parquímetros, (como fez a Câmara da Praia), a PSP, (que já tem o seu ordenado e o seu emprego), fosse substituída por particulares que atualmente estão no desemprego. Seria bom que a senhora sugerisse à pessoa responsável pelos parquímetros, que fizesse a substituição porque isso daria mais emprego a certas pessoas e a PSP ficaria livre para outras coisas.

Foi feita aquela obra nas Figueiras Pretas, alargaram a estrada e retiraram de lá um espelho que é extremamente importante para quem vem todos os dias da ladeira do Posto Santo, como eu e muitas outras pessoas.

Quando começaram as obras, havia um espelho naquele cruzamento da Canada Nova com as Figueiras Pretas que desapareceu ou partiram-no. Se a senhora presidente lá passar, poderá confirmar a falta que o espelho lá faz. Felizmente, ainda não se deu nenhum acidente. Se pudesse, poderia fazer um esforço, retirar um espelho de outro lugar e coloca-lo lá provisoriamente.

Há também ali um canto, mesmo ao pé do sítio onde estava o espelho, onde não se pode construir nada porque é de um particular. Não sei se haverá a possibilidade de o expropriar ou tentar retirar porque não serve de nada ao proprietário e só incomoda quem vem para a Canada Nova.

Sr. d. m. Guilherme Melo: – Senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, bom dia a todos.

Intervenho no sentido de me congratular com a senhora presidente da Câmara porque, finalmente, podemos ver os símbolos da república aqui representados, o que dignifica bastante este salão e esta Assembleia, emprestando-lhe outra solenidade.

Não sei se terá doído muito, mas ficámos bastante satisfeitos e congratulamo-nos com a sua iniciativa.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Muito bom dia senhor presidente, membros da Mesa, senhora presidente da Câmara, ilustres vereadores e caros colegas deputados municipais.

Já foi praticamente tudo dito pelo nosso colega José Alberto Borges, mas começo por me congratular também pelos resultados do Sport Clube Lusitânia. Apesar de todas as tempestades por que tem atravessado nos últimos anos, espero que um dia, o clube mereça ser reconhecido como património da região.

A questão seguinte que queria colocar tem a ver com um assunto muito polémico que é o corte de árvores no concelho, um dos motivos de maior polémica da ação municipal. Parece-me que já se contam pelos dedos das mãos, as árvores que ainda não foram cortadas desde que o PS entrou na Câmara.

Toda a gente compreende os motivos que levam à necessidade de se proceder à substituição de uma ou mais árvores, mas o que é difícil de compreender, é o tipo de cortes, podas e substituições que se andam a fazer.

Será que são mesmo necessárias, as podas como as que foram feitas junto ao Relvão? Será que é mesmo necessário, cortar todas as árvores a eito, quando se intervém numa rua? Não se podem fazer substituições graduais, em vez de se cortar tudo de uma vez, deixando as ruas completamente depenadas resultando nos cenários desoladores a que temos assistido? Não se pode colocar árvores de substituição com um porte maior do que as que estão a ser utilizadas e que consigam resistir melhor ao processo de transplantação?

Julgo que as árvores da cidade não fizeram mal a ninguém. Sei que este é um tema complexo e polémico, mesmo na minha própria bancada, mas é um facto que as coisas têm sido feitas demasiado à bruta e sem qualquer cuidado.

Angra nunca teve uma política credível de arborização e julgo que ainda não é desta vez que isso acontecerá. Temo que as ruas da cidade fiquem sem uma única árvore de pé no final deste mandato. As árvores antigas são cortadas e as novas são replantadas e secam. Não sei se se está a ter o devido cuidado para que isso não aconteça.

Não sei se é coincidência ou não, mas hoje de manhã, à porta da Câmara, em conversava com o senhor deputado João Santos, reparei que as árvores do lado esquerdo da Praça Velha possuem folhagem e flores e as do lado direito estão secas. Espero que umas não sejam regadas com água e as outras com outra coisa qualquer.

Brincadeiras à parte, penso que é possível que não se façam cortes tão radicais. A substituição das árvores pode ser feita de forma progressiva e gradual, retirando-se primeiro as que danificam mais os passeios e habitações, mantendo-se por mais algum tempo, as que apresentem menos problemas. As populações têm-se queixado, manifestando a sua preocupação com o corte das árvores de uma ponta à outra, cada vez que se intervém numa rua.

Os casos das avenidas Infante D. Henrique e Álvaro Martins Homem têm levantado grande discussão e polémica no concelho que poderiam ser evitadas. É certo que havia ali árvores cujas raízes causavam sérios problemas, mas parece-me preocupante este cenário de razia de uma ponta à outra.

Outra questão que também me preocupa tem a ver com a necessidade de se pôr rapidamente em prática o estudo de trânsito para o concelho, que há muito foi prometido e anunciado; gostaríamos de saber se há alguma previsão para o seu início.

O estacionamento em Angra está como está, ainda pior desde o início das obras nas calçadas. As saídas do hospital para a Circular de Angra, como já falámos aqui na Assembleia Municipal, são uma armadilha perigosíssima. Mais uma vez, ou não se fez o planeamento, ou foi completamente imbecil.

Continuam os perigos para os peões nas imediações da escola de S. Carlos. Os semáforos do Caminho de Baixo continuam avariados ou desligados e, por mais que o senhor deputado Nuno Melo Alves não goste, a alternativa começa a ser a colocação de lombas naquele local porque, pelos vistos, os semáforos nunca vão funcionar ali.

Em algumas zonas da cidade, a iluminação pública parece não ter acompanhado a última mudança da hora para a hora de verão porque, muitas vezes, já o sol vai alto, temos luz do dia com fatura e a Câmara continua a pagar a conta da luz porque ela ainda se mantém ligada.

Gostaria que estas questões fossem atendidas porque se tratam de problemas que preocupam os munícipes e a todos nós que os representamos e não me parece que sejam assim tão complicadas e difíceis de resolver.

Sra. presidente da Câmara: – A primeira intervenção do senhor presidente da junta de freguesia do Posto Santo não me oferece qualquer comentário. Quanto à segunda intervenção do senhor José Alberto Borges, em relação ao Sport Clube Lusitânia e aos Matraquilhos FC, estamos todos de parabéns e congratulamo-nos com estes resultados. Em relação ao jogo de sábado, Lusitânia – Benfica, quero ver se não falho.

A questão do surto de pulgas junto ao Pátio da Alfândega foi-nos colocada e abordada pela primeira vez na última reunião de Câmara e vamos tentar perceber o que se terá passado. Esta situação não tem nada a ver com o carro contratado para a limpeza das ruas; trata-se de um trabalho feito diretamente pelo nosso pessoal.

O caso das licenças do Porto das Pipas é um pouco mais complicado do que se possa pensar. Foram impostas algumas regras para que se pudesse criar um alargamento de horário de duas horas apenas ao fim de semana sem concessão de licença de ruído.

Esse trabalho tem vindo a ser controlado, quer por pessoal interno, que periodicamente vai lá fazer as medições, quer pelas próprias forças de segurança que também por lá têm passado. A segurança foi reforçada com a proibição das garrafas, passando a servir-se as bebidas em copos.

Os quiosques que estavam do lado de fora foram retirados e impostas novas regras para que se possa alcançar um cenário que permita a vida noturna sem a implicação das queixas que têm existido em larga escala.

Informámos também que a licença só será renovada a partir do próximo mês, a quem já tiver entregado os projetos aqui na Câmara e, como tal, prove que reuniu as condições necessárias para outras permissões.

No que diz respeito aos parquímetros e à PSP, trata-se de um processo que foi adjudicado a uma firma particular que tem a seu cargo a fiscalização dos utentes dos parquímetros. A contratação da PSP não é da responsabilidade da Câmara, mas sim, da própria firma. Um dos últimos pontos da Ordem do Dia de hoje tem precisamente a ver com essa questão dos parquímetros e, se calhar, a situação ficará superada nessa altura.

Quanto ao espelho parabólico das Figueiras Pretas, o senhor vice-presidente estava a dizer-me que está informado sobre essa situação e tem a noção das dificuldades naquele cruzamento que ficarão brevemente superadas porque foram adquiridos vários espelhos que estão prestes a chegar.

A nossa opinião é também unânime em relação ao canto que referiu, consideramos que aquela situação precisa de ser corrigida e estamos a verificar que procedimentos é que poderão ser tomados nesse sentido porque aquilo afunila muito e ficaria muito melhor com a retirada daquele canto.

Senhor deputado Guilherme Melo, a colocação dos símbolos da república ainda não doeu muito porque estes são provisórios. Os definitivos vão doer um bocadinho porque, cada bandeira, custa cerca de 1 000 €; são um bocadinho caras. Estas são provisórias porque as definitivas ainda estão previstas na revisão de hoje.

Quanto à questão colocada pelo senhor deputado Luís Rendeiro sobre o corte das árvores no concelho, também partilharíamos da sua opinião, se não estivéssemos a desenvolver intervenções nos arruamentos.

Os metrosíderos são árvores de grande porte que deformam os passeios e a estrada e para retirarmos as raízes temos que levantar o pavimento. Se optássemos por retirar uma sim, outra não, daqui a dois ou três anos teríamos que efetuar novos levantamentos do pavimento que apenas precisará de ser renovado dentro de dez ou vinte anos, dependendo do local. Dessa forma, não seria possível obtermos esse resultado.

As árvores representam obstáculos muito grandes para quem circula pelos passeios, especialmente as pessoas mais idosas, com outras dificuldades ou com carrinhos de bebé. Apesar de ser também um cenário da nossa preferência, não se torna viável a retirada das árvores de forma intercalada, atendendo aos custos que isso acarretaria e à constante intervenção nas estradas.

Estas intervenções na avenida Álvaro Martins Homem fazem parte do Pacote 3 de estradas que abrange uma série de arruamentos selecionados precisamente pelas dificuldades que apresentavam e pela necessidade de intervenção. Infelizmente não conseguimos intervir num, deixando os outros e não é possível transplantar as árvores em causa para outro lugar, embora também gostássemos de o fazer.

As árvores que estamos a plantar, apesar de serem muito finas, já têm cerca de três metros de altura. Nesta fase ficam um pouco aquém do que estamos habituados a ver mas, decerto, recuperarão depressa.

A questão do estudo de trânsito também foi abordada na última reunião. Esses estudos vão sendo feitos periodicamente e nesta cidade acabam por apontar para soluções que não são do nosso agrado; uma delas, que foi bastante discutida na última reunião, tem a ver com a subida da rua da Sé e viragem à esquerda na rua de S. João, rua do Salinas, etc.

As pessoas gostariam de virar à esquerda mas os estudos de trânsito indicam precisamente o contrário, sem qualquer viragem à esquerda, acabando por afunilar no Alto das Covas onde, neste momento há grandes dificuldades de circulação.

Na última reunião da comissão de trânsito, decidiu-se que se viraria à esquerda provisoriamente na rua do Salinas enquanto não terminar a intervenção na rua Carreira dos Cavalos. A questão do estudo do trânsito tem que ser novamente abordada com alguma urgência, sabendo de antemão que este trabalho já decorre desde há algum tempo.

Vou informar-me sobre o ajuste da iluminação pública para o horário de verão, situação que vamos corrigir se for necessário.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Muito bom dia senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhora presidente da Câmara e restantes vereadores, Exmos. senhores deputados municipais.

Como autarca local queria congratular-me com a subida à segunda divisão de Futsal do Matraquilhos FC. É um clube que dá o exemplo no concelho e nos Açores, devido à boa administração que tem.

Sr. d. m. António Maio: – Muito bom dia senhor presidente, restante Mesa, senhora presidente da Câmara e vereadores, caros colegas deputados municipais.

Congratulo-me com a colocação dos símbolos da república neste salão como já foi aqui falado. Tal como fora prometido pela senhora presidente da Câmara, aqui estão, pelo menos,

as bandeiras. Já fui a vários salões nobres de algumas câmaras e vi a fotografia do presidente da república e do presidente do governo regional mas não sei se a lei é clara sobre isso.

Acho interessante e não me repugna minimamente a decoração deste salão nem a fotografia dos símbolos alusivos à monarquia. Se a lei obriga a existência dos representantes da república, a única coisa que digo é que ela se cumpra. Para já, acho que foi uma excelente iniciativa, a colocação das bandeiras neste salão.

Se me é permitido, queria também dar os parabéns ao meu colega de bancada João Maria Mendes pelo brilhante doutoramento em direito canónico, (tanto quanto sei, com a nota máxima,) que fez recentemente em Roma, como foi noticiado pela comunicação social. Este doutoramento muito dignifica a própria Assembleia e a diocese e valoriza muito a nossa comunidade angrense. Sinto-me muito satisfeito e queria partilhar essa satisfação com esta Assembleia.

Tenho duas questões que gostaria de endereçar aos colegas deputados municipais e uma delas tem a ver com o debate público que está a decorrer sobre a eventual construção do cais de cruzeiros. É uma temática que conheço mais ou menos no âmbito do Conselho de Ilha porque o assunto já foi lá falado por diversas vezes. Confesso que tenho algumas dúvidas sobre a posição clara, quer dos partidos aqui representados, quer dos deputados municipais a nível individual.

É evidente que se trata de um investimento que pode ser polémico porque atinge um valor significativo numa altura de fortes contrações financeiras e restrições orçamentais, mas acho que esta Assembleia não se deve alhear da discussão pública que está a decorrer e termina a 30 de junho, por se tratar de um assunto que pode ser emblemático e importante pelas repercussões que o investimento pode ter ao nível da atividade económica do concelho, numa altura de forte desemprego em que as empresas ligadas ao setor estão com tremendas dificuldades, podendo, por essa via, relançar alguma atividade.

Não me refiro concretamente ao projeto que foi apresentado; o que gostaria de saber é se os partidos e os deputados municipais têm ideias claras sobre o interesse do projeto em si. O debate público termina a 30 de junho.

Há dias, numa assembleia geral da Câmara do Comércio de Angra do Heroísmo, a situação foi abordada e ninguém conhecia a posição dos partidos, dos deputados nem do próprio Conselho de Ilha.

A ideia com que fico é que, aparentemente, ninguém diz que não porque se trata de um investimento significativo no concelho, sempre importante em alturas de crise, mas por outro lado, parece que as pessoas têm vergonha de assumir com clareza se são favoráveis ao projeto.

Isto não está aqui agendado mas acho que talvez fosse interessante. O Guilherme Melo já teve oportunidade de dizer no Conselho de Ilha que o PSD concelhio era favorável ao investimento mas ficou-se por aí. Não digo que o façam agora, mas gostaria de ouvir as vossas opiniões e que esse assunto possa ser abordado em futuras reuniões.

Quero dar uma informação que tem precisamente a ver com o Conselho de Ilha a que presido. Graças à colaboração ativa da Câmara Municipal, vamos ter as atas das reuniões do Conselho disponíveis para consulta num *site* próprio. Creio que são peças importantes porque, por vezes, o que lá se passa fica no interior daquela assembleia e não passa cá para fora.

O órgão, em si, não tem muita visibilidade porque a legislação não o recomenda nem nós pretendemos que assim seja; é meramente consultivo onde estão presentes figuras, instituições, organismos importantes e fulcrais à vida económica, financeira, social e política do concelho, desde os senhores deputados de ilha, os senhores presidentes de câmara, senhores presidentes das assembleias municipais, presidentes de câmaras do comércio, associações agrícolas, etc. Há muito debate que ali se faz e não é do conhecimento público.

Penso que no mês de maio teremos disponíveis para consulta, pelo menos, todas as atas dos últimos quatro anos. Solicito aos senhores deputados que tenham a possibilidade de consultar as atas que as leiam porque acho que são peças importantes para que fiquem a par do que se passa ao nível daquele órgão.

Sr. d. m. Carlos Ormonde: – Senhor presidente da Assembleia, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

É só para dar uma achega relativamente às árvores, tendo em conta que também é um pouco a minha área. Julgo que é aceitável que choque um pouco o cenário de um abate de árvores com a condição saudável que aquelas apresentam.

Há várias cidades pelo mundo onde existem árvores grandes, cuja beleza é apreciada devido não só à sua copa mas também à saliência das raízes que também constituem um elemento de decoração. Quando as árvores crescem em porte livre sem o espaço necessário, acabam por constituir um entrave, um perigo ou causar vários tipos de problemas.

Não há muito a dizer sobre os metrosíderos. Foi um erro de plantação por se tratar de árvores de grande porte com toda aquela agressividade ao nível do crescimento. Mesmo com as técnicas hoje utilizadas, tenho dúvidas que fosse possível manter as suas raízes em profundidade.

Relativamente aos plátanos da zona do Relvão, o problema tem a ver com o perigo que uma árvore com porte livre constitui numa zona pública porque, a partir de uma determinada altura, como parte do seu normal crescimento, a árvore vai eliminando os ramos secos que acabam por cair.

Poderá discutir-se se o corte foi mais ou menos radical. Não conheço em detalhe as orientações que foram dadas, no entanto, o que me parece é que, de uma forma geral, mais tarde ou mais cedo, a largura dos passeios vai obrigar a intervenções desse género porque as árvores da nossa cidade não têm direito a serem árvores adultas.

É muito agradável olhar-se para uma avenida cheia de árvores mas, de uma forma geral, os passeios são demasiado estreitos para suportarem árvores adultas. A informação que tenho é que as espécies que estão a ser escolhidas neste momento têm um porte que, associado às técnicas utilizadas, talvez ajude a controlar a situação. Tenho dúvidas se não estaremos a passar pelo mesmo processo daqui a vinte anos.

Curiosamente, ao entrar hoje na Câmara, também reparei que há uma ala de árvores bem rebentada e outra não; por vezes isso tem a ver com a sua localização ou a própria posição da luz, situação que será ultrapassada mais tarde ou mais cedo. Não estive lá ao pé mas também não me cabe responder a isso.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Gostaria de acrescentar dois ou três pontos à discussão e o primeiro tem a ver com o que disse a senhora presidente da Câmara acerca dos estudos de trânsito.

O que há, pontualmente, são deliberações da Comissão Municipal de Trânsito porque o último estudo de trânsito foi feito em 1998 e isto já foi aqui discutido connosco e com a anterior presidente da Câmara. Já tinha sido prometido, anunciado e «semiorçamentado» um novo estudo de trânsito de fundo porque o valor apenas daria para metade do estudo. Isso já foi discutido em sessões anteriores.

Ao fim de todo este tempo, justifica-se a realização rápida e urgente de um novo estudo de trânsito de fundo, até porque a densidade automóvel aumentou muito significativamente desde 1998. Se calhar, essa densidade até poderá voltar a diminuir, devido à crise e ao facto de as pessoas terem de deixar o carro em casa, por terem menos dinheiro para combustível. É também um facto, que não há alternativas de estacionamento.

Convém que se faça um novo estudo para que se conheçam novas alternativas ou que o mesmo sirva simplesmente para se concluir que, afinal, não se pode mexer no trânsito. Ao menos, ficaríamos todos a saber e não persistiria a dúvida que agora existe.

Quanto à questão das árvores, peço ao meu colega Carlos Ormonde que visite o Relvão e veja com os seus próprios olhos o tipo de poda que lá se fez. Acho que não está ali em causa uma simples queda de galhos secos que a árvore elimina. Fizeram ali uma poda em que só faltou cortar a árvore; ficou ali o tronco com meia dúzia de ramos de grande porte cortados pela base.

Quanto à questão levantada pelo doutor António Maio relativamente ao cais de cruzeiros, penso que a resposta já está dada e é muito simples. A posição do CDS-PP foi muito clara em não defender a construção do cais ali e estão aqui os senhores deputados que poderão falar sobre isso.

A posição do PSD também é muito clara: não somos contra os investimentos no concelho mas, existindo um porto na Praia da Vitória, uma via rápida renovada que custou o que custou, estando a Praia a quinze minutos de Angra e o facto de o cenário de crise vigente, não é aconselhável aquele tipo de investimento e um gasto de verba numa obra destas neste momento.

Acho que seria de repensar, parar e adiar a construção do cais de cruzeiros para um momento mais oportuno em que as finanças e os fundos comunitários permitam uma menor oneração do erário público para um investimento daqueles.

Ninguém é contra um investimento que melhore e crie mais emprego e mais atividade no concelho, mas de que servem as promessas de investimento e o lançamento de obras para não serem concluídas? Angra já está cheia desse tipo de obras lançadas com empreiteiros falidos e que nunca acabam.

Tendo em conta o recente episódio da tragédia do navio COSTA CONCORDIA, gostaria de deixar à consideração de todos o que seria da baía de Angra com as suas limitações se um projeto como o que foi anunciado no jornal Diário Insular, com aquela maquete rudimentar, fosse executado com os custos que isso implicaria e, a seguir, houvesse um acidente com um navio de cruzeiros daquele tamanho ou como aqueles que aportam em Ponta Delgada.

Acho que não basta haver um rol de boas intenções, o lançamento de promessas ou bandeiras eleitorais que as pessoas até gostam, pelo menos as que dedicam menos tempo a debruçarem-se sobre os «contras», porque é mais fácil refletir sobre os «prós».

O PSD quer ser um partido consciente; por isso, acho que neste momento não se deve avançar com isto, muito menos nos moldes que têm estado em cima da mesa.

Sr. d. m. António Toledo Alves: – Senhor presidente, senhora presidente da Câmara e senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Uma vez que tem havido muitas comemorações ao nível dos clubes desportivos, que eu também subscrevo, gostaria de me congratular com a Câmara por estarmos aqui a consumir água das nascentes do nosso concelho sem a polémica que houve na Assembleia da República por causa das garrafas de água.

Sr. presidente da Mesa: – Gostaria de dizer ao senhor deputado António Maio que suas excelências os senhores presidentes da República e do Governo Regional repousam da sua cansa governativa no gabinete do presidente da Assembleia; portanto, estão representados nesta casa.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Senhor presidente da Assembleia, Exma. Câmara, colegas deputados. Começo por uma questão de menor importância e depois passarei a duas questões de fundo.

A primeira questão é para pedir à senhora presidente da Câmara que diligencie no sentido de se informar sobre o ajardinamento ou a conservação de um espaço que existe na rua doutor Viriato Garrett.

Há ali uma casa de gaveto que pertenceu à mãe do engenheiro Jorge Alberto Flores Nunes e depois há um recanto que, ao que parece, nos termos da lei, pertence à Câmara como exigência de urbanização, ou seja, quando se fez a urbanização, a Câmara exigiu que um determinado espaço ficasse reservado como espaço público.

O espaço é relativamente grande, talvez com uns 400 a 500 m², será supostamente um espaço público da responsabilidade da Câmara Municipal ou da junta de freguesia e está com um mato lindíssimo; até tem papoilas entremeadas numa vegetação com cerca de 50 a 60 cm de altura.

Não sei de quem é a responsabilidade mas a verdade é que aquele bairro está completado, não há ali mais nenhuma construção e quem passa por ali, fica um pouco desalentado com aquele desleixo.

Obviamente a senhora presidente da Câmara não é obrigada a conhecer todos os cantos do concelho em pormenor, mas deveria averiguar se a conservação daquele espaço é da responsabilidade da Câmara ou da junta de freguesia. Se assim for, seria bom que a fizessem para aquilo não continuar com aquele ar de desleixo...

Há uma curva na avenida doutor Viriato Garrett. Do lado direito há uma entrada que não tem saída com um recanto muito grande que supostamente pertence à Câmara; é um espaço público que não está tratado. Aquilo tinha muitas papoilas e andaram a recolhê-las todas há dois anos, não sei para quê.

É próximo da casa do doutor Fagundes pediatra e do professor Maximino que já faleceu. É um recanto ali em frente. Lamento preocupar a Câmara com questões destas, mas estes pormenores também são importantes.

A questão de fundo tem a ver com uma coisa que foi aqui lavrada em ata da última vez e que algumas pessoas entenderam mal. Eu não sou contra a construção de escolas nem de novos edifícios ou recuperação de imóveis; só sou contra que isso se faça numa altura de apertos.

Na altura, insurji-me contra a construção da escola de Santa Bárbara, meramente por questões financeiras, situação que o governo regional tinha considerado como não prioritária; a Câmara encheu o peito de ar, avançou e disse: «Nós fazemos.» Tudo bem, é uma opção sua desde que tenha dinheiro para o fazer. Se acha que essa prioridade se justifica, não a vou discutir.

Posteriormente, dei pulos de alegria quando soube através dos jornais que a Câmara de Angra tinha voltado a encher o peito de ar e convidado um dos arquitetos mais famosos e mais caros de Portugal para fazer um projeto, anteprojecto ou um estudo sobre a casa dos Pamplona que deveria ter sido biblioteca pública mas não é, ficando aquela tristeza arquitetónica ali em cima como emblema de uma má opção de um diretor regional que não quis seguir o bom exemplo do seu colega diretor regional, (salvo erro, do primeiro governo do PS), o senhor doutor Fagundes Duarte.

Ao que me lembro, aquele edifício tinha sido escolhido para eventual construção da biblioteca pública de Angra e todos conhecem a história. Pôs-se aquela maravilha naquele quintal e lá está à espera de ser concretizada.

Pergunto à senhora presidente da Câmara se tem condições financeiras para cumprir os compromissos que assumiu publicamente, que me deixam muito satisfeito, mas, ao mesmo tempo, imensamente preocupado porque, ao que parece, a situação financeira da Câmara não é assim tão brilhante que permita estes pequenos desatinos de investimentos que são muito interessantes mas, inevitavelmente, caros.

Sra. presidente da Câmara: – Vamos tentar reunir alguma informação sobre a questão do ajardinamento.

No que respeita à escola de Santa Bárbara, penso que se está a fazer alguma confusão porque o compromisso do Governo Regional tinha a ver com a construção da componente do 2º ciclo, enquanto a Câmara Municipal tem a seu cargo a construção da área relativa ao 1º ciclo. Na altura, o Governo Regional informou que não considerava necessária a construção do 2º ciclo, mantendo-se a construção do 1º ciclo e do pavilhão.

Quanto ao Centro Interpretativo de Angra, consideramo-lo de uma mais-valia para este concelho porque vivemos numa cidade património mundial e quem cá se desloca tem dificuldade em recolher a informação necessária que lhe permita perceber toda a sua importância histórica e conhecer cada ponto, cada casa e cada recanto. Há também uma riqueza enorme em termos de mapas, fotografias e genealogia que farão parte desse centro interpretativo.

A escolha do arquiteto Siza Vieira é outra mais-valia muito grande por ser uma referência a nível mundial. De imediato, o arquiteto disponibilizou-se para trabalhar pelo preço da tabela anterior dos arquitetos, que já não está em vigor, e o valor em causa é semelhante ao de qualquer outro arquiteto, um dos aspetos discutidos no primeiro contacto que estabelecemos com ele.

Em relação ao que o senhor deputado Manuel Conde disse sobre o facto de a situação financeira da Câmara não ser assim tão brilhante, (discutiremos isso mais adiante), o valor em causa para o Centro Interpretativo é muito reduzido. Não sei se percebeu, mas o saldo de

gerência da Câmara é de 2 200 000 €. Temos verba mais do que suficiente para fazermos o estudo, o projeto e a obra.

Sr. d. m. António Maio: – Intervenho para replicar o que foi dito pelo senhor deputado Luís Rendeiro que foi feliz, claro e conciso no que disse. Em duas palavras, esclareceu esta Assembleia sobre a sua posição e a do PSD em relação à forma como aquela infraestrutura está projetada.

O senhor Luís Rendeiro disse que não é contra os investimentos no concelho mas não achava aquele investimento oportuno, que não seria do seu agrado e a sua posição é respeitável.

A questão que levantei tem exatamente a ver com isso porque a posição que registei ao nível do Conselho de Ilha não era exatamente nesse sentido.

Faço aqui justiça porque, quando essa questão foi levantada no Conselho de Ilha, ainda não se conhecia o projeto em concreto; apenas havia a ideia de um investimento genérico. Agora ficou clara para toda a gente a posição do PSD concelhio.

Sr. presidente da Mesa: – O PSD já esgotou o seu tempo. A senhora deputada Alódia tem 30 segundos.

Sra. d. m. Alódia Silva: – Gostaria de saber se a senhora presidente pode fazer um ajuste direto com o arquiteto em causa porque, na altura em que o Diretor Regional da Cultura quis fazer a biblioteca, também pensou fazer aquilo por ajuste direto com um arquiteto de renome e o Tribunal de Contas não o permitia. Não sei se já contactou o Tribunal de Contas, se o ajuste direto é permitido ou se tem que cumprir os limites do dezoito.

Tem alguma ideia do que o arquiteto vai cobrar pelo projeto?

Sra. presidente da Câmara: – Como deve saber, o Tribunal de Contas não presta muitos esclarecimentos. No entanto, nunca tivemos nenhuma situação em que não pudéssemos falar; não é essa a questão. Se solicitarmos um Parecer prévio ao tribunal de Contas, o que nos é respondido é que só se pronunciam após a apreciação dos documentos. Avaliámos a legislação e, dada a natureza da intervenção em causa e o valor artístico, tem enquadramento para ajuste direto.

O valor do projeto será uma percentagem do valor final da obra. Nesta fase, estimamos que o valor seja de cerca de cem ou cento e vinte mil euros, atendendo a que a obra deverá custar cerca de 1 500 000 € com margem para alguma adaptação.

É preciso ter em atenção que neste momento estamos a fazer o levantamento geográfico, a recolher os dados e todos os procedimentos para que, numa fase seguinte, possamos definir estes montantes. São estas as estimativas que temos nesta fase. Para este ano, o valor que está a ser cabimentado é de 60 000 €.

D - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1 - DA CÂMARA MUNICIPAL

1.1 – Informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, relativa à atividade municipal desenvolvida durante o período de 25 de fevereiro a 30 de abril, bem como

informação sobre a situação financeira da Câmara, nos termos da alínea e) do n.º 1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, para apreciação.

Sra. presidente da Câmara: – Como já tinha referido na Conferência de Líderes, o documento da atividade municipal tentou, nesta fase, adotar um sistema em quadro para simplificar a consulta e apreciação.

Evidencio os documentos que estão no destaque, com particular relevância para os que são iniciativa da Câmara como é o caso da 3ª Temporada de Teatro de Angra, o dia mundial da água, as comemorações do dia nacional dos centros históricos portugueses, com referência para o centro histórico que já foi aqui abordado e a disponibilidade do arquiteto Siza Vieira para a elaboração do projeto, a assinatura dos protocolos de delegação de competências, (muito importante para as nossas juntas de freguesia), a apresentação da Feira de S. João 2012, um marco no nosso concelho e na nossa ilha e o I Seminário do Envelhecimento Ativo.

Evidencio ainda outras iniciativas decorridas no concelho com o apoio da Câmara, como o «VII Festival Ciclone», a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa, a apresentação do projeto de requalificação da baía de Angra em mais uma fase, a inauguração do novo hospital de Santo Espírito da ilha Terceira, o «XVIII Lawn Ténis Club Tournament Sub 14», a apresentação do séquito real das Sanjoaninas que também é um marco no nosso concelho porque as Sanjoaninas são um ponto importante e o «XXXI Rally Sical».

Sr. presidente da Mesa: – Solicito aos senhores deputados que pretendam inscrever-se para intervirem sobre este tema que o façam ao abrigo do artigo 24, porque há dois períodos. Tendo em atenção o que está escrito no número dois, se não se inscreverem no primeiro, poderão inscrever-se no segundo período.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Vou tentar não repetir os pontos em comum que esta atividade municipal tem com todas as outras que temos debatido aqui ao longo destes anos de mandato mas apraz-me fazer uma comparação com o desporto automóvel.

Este mandato já me faz lembrar aquelas provas de rally em que o piloto já leva nas mãos um carro avariado com várias debilidades, já sabe que não vai ganhar o rally nem bater records de troços e o objetivo é levá-lo até à Praça Velha, fazer a lomba, receber os aplausos dos fãs e concluir a prova.

É gritante a falta de rumo, de novas ideias e de uma dinâmica agregadora que motive os munícipes. Há um contínuo e acentuado decréscimo na atividade municipal que leva a que o grupo municipal faça este tipo de comentários em todas as sessões da Assembleia Municipal.

Senhora presidente, os seus antecessores tinham o mau hábito de se apropriarem de obras dos outros para tentarem mascarar ou disfarçar a falta de obra própria. Infelizmente, a senhora está a fazer o mesmo, o que é um péssimo sinal.

O novo hospital de Angra não é uma atividade municipal. A Câmara de Angra não construiu nenhum hospital; apenas foi convidada e bem, para a sua inauguração.

Desde a primeira hora, o PSD denunciou o aproveitamento que a anterior Câmara fez em campanha, em debate, na La Redoute, que felizmente deixou de existir, e continua a ser contra este tipo de números.

Deixe lá o senhor César e o doutor Sérgio Ávila inaugurarem o hospital. O concelho e os seus munícipes estão todos felizes por, finalmente, ao fim de dezasseis anos de promessas, haver

um hospital novo na Terceira. Já tive oportunidade de lá ir, está muito bonito e bem implantado, mas os seus custos e a forma como foi feita aquela parceria publico/privada ainda vão dar muito que falar. O meu conselho é que a senhora se afaste daquilo e se preocupe apenas com a Câmara que precisa muito da sua atenção.

Ao fim de poucos anos e depois de tudo o que se gastou na requalificação da baía de Angra, no piso especial policromático do Porto das Pipas que depois mereceu umas linhas amarelas por cima para facilitar o estacionamento, nos bares e estabelecimentos comerciais de restauração e bebidas no Porto das Pipas, depois dos 10 000 000 € que custou aquela intervenção, lá vem agora uma nova requalificação que é a requalificação da requalificação.

Tudo isto revela uma grosseira falta de planeamento e um desrespeito pelo dinheiro dos contribuintes o que, na minha opinião, é inaceitável e insultuoso por parte de quem deveria gerir bem os dinheiros públicos.

Sou obrigado a trazer de volta um clássico meu das assembleias municipais que é ter que perguntar quando acaba a grande requalificação, ou seja, quando é que acabam as obras do hotel do Canta Galo! Já não pergunto quando é que abre, (ou quando fecha), porque isso será motivo para outro tipo de discussões.

Nesta atividade municipal, a senhora presidente deu conta de uma reunião com o Chefe do Estado-maior do Exército e com o embaixador da China em Lisboa. Gostaria que nos pudesse dar mais algumas informações acerca dos assuntos que foram tratados, decerto com muita pertinência e interesse para o concelho.

Disse também que estava a decorrer uma reparação geral da zona balnear e parque de campismo da Salga; (página 11 do relatório de atividades municipais). Tive a oportunidade de passar por lá e constatei que há obras no parque de campismo. No entanto, a zona balnear continua toda destruída desde o final do mês de agosto.

Passou-se o mês de setembro com a época balnear ainda em vigor, passou-se o inverno todo e o bom tempo do mês de abril tem levado a que muitos banhistas se desloquem àquela zona com bandeira azul.

Gostaria de saber quando e como será feita a reparação dos estragos causados naquela zona balnear porque aquilo está tudo partido e vêm-se da superfície os varões de inox no fundo. Ainda estão os varões de inox no pontão novo da Salga.

Falou também na colocação de tubagem para receber a fibra ótica que ligará os vários edifícios dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo. O senhor presidente da Assembleia teve a amabilidade de deixar introduzir na ordem de trabalhos, um voto de protesto do PSD sobre questões de fibra ótica que discutiremos lá mais para o final.

Senhora presidente, que barraca é esta com as calçadas da cidade património municipal? Ficarão elas pior do que estavam antes do início das obras? Estamos perante um mau e errado caderno de encargos, ou há um incumprimento desse caderno?

Angra precisa das suas calçadas em boas condições e os angrenses estão fartos de obras aldrabadas e de má qualidade. As calçadas têm sido responsáveis por grandes debates em outros mandatos noutros anos a respeito da rede de águas e saneamento e, pelos vistos, vão sê-lo de novo agora; é um tema que não se pode descorar.

O facto de ter sido aquele empreiteiro a vencer o concurso público para a empreitada das calçadas e sabendo-se de antemão das dificuldades financeiras do mesmo, que são públicas,

tal suscitou muitas interrogações na altura. Julgo que agora há ainda mais interrogações que se estendem à empresa responsável pela fiscalização da obra.

A casa de chá do jardim é mais uma obra com problemas e com um empreiteiro falido. Como é que ficamos a respeito daquela obra, senhora presidente? Está parada, avança ou substitui-se o empreiteiro?

Outra pergunta clássica: a relva sintética do campo de jogos municipal continua a apodrecer sem utilização no aterro sanitário. Está em condições de ser utilizada ou vai para o lixo e perdem-se mais recursos?

Quanto à escola da Ribeirinha, ainda se estão a adquirir parcelas de terreno para acessos pedonais. O conjunto interminável de extras necessários para a construção desta escola, só revelou o que a oposição sempre disse: é um mau local, um mau projeto, houve um mau planeamento e os custos foram demasiado elevados. Tudo isto significa má governação.

Uma outra questão tem a ver com o som das Sanjoaninas. Nas últimas festas houve graves problemas com a aparelhagem sonora montada nas ruas da cidade. Ao que soube, terá havido uma adjudicação dos serviços de som à mesma empresa que fez o som dos concertos do bailão e, (corrijam-me se estiver errado), teria oferecido a instalação sonora nas ruas da cidade.

Essa instalação foi tão bem executada que esteve muda no cortejo de abertura e durante vários dias das festas e os empresários de som do concelho foram chamados de emergência para fazerem reparações no sonoro que não foi por eles instalado. Acho que também houve problemas no Natal.

Gostaria de saber como decorreu o processo e a quem foi adjudicado o som este ano, se há hipóteses para as empresas locais e se estão assegurados os serviços de manutenção e avarias para não acontecer o que aconteceu o ano passado nas Sanjoaninas.

Para finalizar, queria saudar a conclusão das obras nas Figueiras Pretas, há muito reivindicadas pelo PSD e pelos munícipes. Foi uma boa obra e a situação atual dista da situação anterior, como da terra para o céu e agora o trânsito pode fluir com qualidade. É de saudar a conclusão daquela obra e todo o trabalho que ali foi feito.

Saúdo também a apresentação dos nomes dos prestadores de serviços e dos nomes dos ajustes diretos no relatório de atividades municipais. Tal como a colocação das bandeiras, suponho que não tenha sido uma coisa assim tão difícil de fazer que permite que haja transparência nos documentos que a senhora presidente nos fornece. Queria saudá-la por isso.

Sr. d. m. João Maria Mendes: – Senhor presidente, senhora Câmara, senhores deputados. A intervenção do senhor deputado Luís Rendeiro suscitou-me uma dúvida: para umas coisas, a Câmara deve estar fora e para outras deve estar dentro. Não percebo o critério nem a metodologia seguida.

Se é verdade que a Câmara não fez o hospital, também não é dona do hotel do Canta Galo. O licenciamento é uma coisa totalmente diferente. Está a pedir esclarecimentos à Câmara, quando é que o hotel fecha, quando nem sequer abriu. Estamos aqui a lançar areia para os olhos das pessoas porque, se a Câmara não tem a ver com uma coisa, também nada tem a ver com a outra. Sejamos honestos e não façamos chicana política.

Eu tinha pedido a palavra para salientar a intenção da Câmara de Angra de contratar o arquiteto Siza Vieira para realizar a obra do Centro Interpretativo da cidade. Creio que é um

marco importante e indelével que a Câmara está a concretizar para o futuro porque a nossa cidade, apesar de ser património mundial, não tem tido uma marca de grande notabilidade ao nível da arquitetura durante os últimos séculos.

Estas coisas são sempre muito polémicas e os historiadores sabem muito bem que assim é. O que temos hoje nas cidades dos Açores, que são uma marca do património construído, também não foi fácil de levar a bom porto. Refiro o caso da Sé Catedral de Angra que levou anos e anos com protestos e reclamações para a fazenda real, até que fosse construída e hoje todos gostamos que ela exista.

O mesmo poderia dizer da torre da Matriz de Ponta Delgada, um símbolo daquela cidade que não foi fácil de construir. Há um grande processo nos arquivos da MITRA porque a Câmara de Ponta Delgada da altura, (que ainda não tinha a doutora Berta Cabral como presidente), não queria pagar aquela torre. O que é certo, é que, depois de muitos processos e recursos para diversas instâncias, a torre está lá e é motivo de orgulho para aquela cidade.

Quero com isto dizer que, eventualmente pode ser um esforço financeiro para a Câmara municipal hoje em dia, mas será uma marca do século XXI para o futuro. Creio que a requalificação de toda esta rua do Marquês, pelo menos desde a rua de Lisboa até à casa dos Côrte-Real, será extremamente importante.

Temos um núcleo patrimonial fundamental no centro da nossa cidade. Temos o jardim público e a central hidroelétrica que já recomendei aqui por várias vezes, e para a qual volto a pedir à Câmara, uma atenção e coordenação com a EDA.

Aquela central, embora seja uma construção do século XX, é um resquício dos poucos que temos de uma tentativa de melhoramento da era industrial da nossa cidade, que é a construção de centrais hidroelétricas. Estando no centro da cidade, deveria ser visitável porque está à mão e muitas vezes as pessoas não sabem o que é uma central hidroelétrica.

Temos ainda aquelas duas grandes casas, a casa dos Pamplona que foi de várias pessoas e a casa dos Côrte-Real com a casa Henrique Flores pelo meio muito bem reconstruída.

Todo este conjunto faz parte deste centro e deste casco urbano fundamental para a cidade de Angra. Por isso queria congratular-me e louvar a Câmara por esta iniciativa e incentivá-la para que este projeto se concretize e não se fique pelas intenções.

Sra. presidente da Câmara: – Começo por responder ao senhor deputado Luís Rendeiro com o que acabou de ser dito pelo senhor deputado João Maria Mendes. Em relação ao aproveitamento das obras dos outros, se reparar, há aqui várias iniciativas que são mencionadas porque acontecem no concelho de Angra. Comecei por referir as nossas e depois outras que, não tendo a nossa participação, poderão ter o nosso envolvimento e têm determinado peso.

Considero que esta Assembleia tem uma importância de tal forma marcante que uma obra como a do hospital deve ser aqui mencionada. Não estou, de maneira nenhuma, a apoderar-me de uma obra que não é nossa, antes pelo contrário; estou a reconhecer o seu a seu dono. Trata-se de uma obra muito grande que compete ao Governo e a Câmara não se quer aproveitar dos seus louros.

Em relação à requalificação da requalificação, a requalificação da baía de Angra é um processo que não está concluído; tem vindo a ser recuperado ao longo dos tempos e esta intervenção não concluirá a intervenção total, é apenas mais um passo muito grande. Vai-se beneficiar bastante aquelas partes que ainda não foram intervencionadas ou não estavam

concluídas mas não será um ponto final. Em bom rigor, numa cidade, nada tem um ponto final; é apenas um processo de manutenção para uma fase seguinte.

No que ao Chefe do Estado-Maior do Exército diz respeito, penso que já falei sobre isso mas posso estar a fazer confusão e tê-lo feito na reunião de Câmara e não aqui. Essa reunião referiu-se a uma eventual utilização de terrenos que pertencem ao Governo, neste caso, ao Ministério da Defesa, que se situam junto ao Relvão. Essa utilização tem a ver com o espaço para estacionamento e eventual ligação entre a rua do Relvão e a zona mais abaixo junto à Casa da Roda. A reunião decorreu muito bem, as questões já foram formalizadas e aguardamos a resposta.

Em relação ao embaixador da China, o ano passado houve vários trabalhos desenvolvidos com a embaixada daquele país e decorreram tão bem que contactaram novamente a Culturangra e a Câmara de Angra no sentido de aproveitarmos a deslocação a Lisboa de uma trupe acrobática da China para participar numa feira internacional.

Existe a possibilidade de essa trupe se deslocar a Angra do Heroísmo num regime de parceria com a embaixada. Não haveria qualquer custo de cachês e outros custos que não fosse a deslocação dessa trupe à Terceira. Os restantes custos seriam assumidos pela própria embaixada. Reuni-me com o senhor embaixador e agradei as diligências tomadas e a simpatia para connosco.

A respeito da Casa do Chá do jardim, vemos um cenário que não é específico de Angra. Infelizmente é um cenário a nível nacional e tem-se vindo a confirmar que também o é a nível europeu e mundial. A situação financeira dos países está complicada e Portugal tem sujeitado os seus habitantes a regras muito limitadoras em termos financeiros.

A Casa do Chá do jardim é o resultado de uma dessas situações. A empresa declarou insolvência e, dentro dos limites possíveis, a Câmara vai adjudicar a conclusão da obra por ajuste direto a empresas locais como temos feito sempre.

Há vários pedidos para a relva sintética que foi retirada do campo de jogos no sentido da sua reutilização por parte das juntas de freguesia e do Governo para criação de novos espaços, existindo a possibilidade da sua reutilização por parte da própria Culturangra na criação de um campo mais pequeno para as classes mais jovens treinarem. Há até pedidos por parte de particulares para cobrirem os seus relvados.

Neste momento nada está definido. Qualquer decisão terá que passar por uma reunião de Câmara mas a relva está guardada e não está a apodrecer.

O processo da escola da Ribeirinha resultava em várias intervenções e uma delas foi o aproveitamento da escola de Santo Amaro para o ATL. Para evitar que as crianças circulem pela rua, surgiu a hipótese de se fazer a ligação entre a escola nova e a antiga por terrenos particulares, implicando a necessidade de comprar. Sabemos que ali não há passeios, por isso seria uma mais-valia.

Quanto ao som das Sanjoaninas, os locais foram chamados e foi adjudicado a uma empresa local. Salvo erro, houve dificuldades de som no primeiro dia mas essa situação foi ultrapassada. Terei que recolher informação para saber a quem foi adjudicada porque não a tenho agora.

Em relação às calçadas, vou fazer uma demonstração que fizeram comigo para eu perceber melhor. Vou socorrer-me de uma folha grande de papel e de uma caneta para conseguir explicar-vos melhor, porque deduzo que a dificuldade que todos têm de entender agora foi a

mesma que tive inicialmente. Fazendo o esboço que vou fazer, será mais fácil de compreender. Fizeram-me um desenho e só assim compreendi.

A senhora presidente da Câmara foi demonstrando com pequenos esboços numa tela visível por todos os presentes:

Sra. presidente da Câmara: – Presentemente, nas outras calçadas, existem as pedras de calçada que são muito irregulares, depois há uma camada de areia de um pavimento de terra que fica por baixo; depois, eventualmente começa a haver rocha.

Cada vez que chove, a água vai-se infiltrando e esta terra que aqui está e faz camada de suporte e vai-se perdendo por entre as camadas rochosas. Não foi a calçada que ficou deformada porque não se deforma dessa maneira; é a sub-base que se deforma.

A primeira questão que me preocupou sobre maneira foi a colocação de uma tela porque pensei que causaria inundações. Neste momento abre-se até uma profundidade de aproximadamente 60 cm e coloca-se uma tela permeável; permite que a água circule através dela mas impede que as areias saiam do seu lugar. Cria-se aqui uma infraestrutura que depois reterá a areia.

Em cima desta areia será colocado um pó de pedra, assentando-se em cima, as pedras de calçada preenchidas com saibro nos intervalos e batida posteriormente. Isto visa recuperar lombas e os abatimentos no pavimento que nada têm a ver com a pedra, mas sim, com esta camada de baixo que se vai perdendo com a circulação do trânsito pesado. Com isto, recupera-se uma camada mais sólida por baixo que faz com que a água não leve a areia.

A calçada que usamos cá nada tem a ver com a que é utilizada em Lisboa, essencialmente calcária e uma pedra que se consegue partir de forma direita à mão ou à máquina. A nossa pedra é basáltica e não possui um veio direito como o calcário, quebrando de forma irregular.

Estas calçadas têm muitos anos de história, por isso é que estão polidas desta maneira, caso contrário, a superfície seria mais irregular e não estaria assim meia arredondada. Ao parti-la, tenta-se uma forma o mais cúbica possível, o que nem sempre é possível.

Ficou definido no Caderno de Encargos que todas as pedras ficassem encostadas pelo menos numa extremidade, gerando-se aqueles espaços que por vezes acontecem aqui no meio. Vemos que existe um intervalo muito grande aqui mas há saibro a tapar, a pedra está por baixo e, supostamente, estará encostada. Quando se vê em profundidade, a calçada está desta forma: em cone; é o que temos neste momento.

Visou-se a substituição do piso, impedindo esta deformação do substrato que está por debaixo da calçada para que estas situações não voltassem a acontecer e optou-se por colocar a mesma calçada porque tem muito valor patrimonial.

No meu entender, a colocação de calçada nova nesta fase só se justificaria devido ao perigo que a velha representa na rua do Marquês e na rua da Miragaia. As restantes ruas ficam seguras desta forma e com uma calçada muito mais bonita que, por si só, já é património. Assim, reutiliza-se a calçada, desperdiça-se toda a que está abaixo dos 4 cm porque foi prevista essa bitola mínima para cada rua.

Normalmente a calçada é colocada em espinha nos arruamentos, o que quer dizer que cada faixa tem a mesma largura de pedra.

Consultámos entidades e engenheiros e uma pessoa que faz parte dos serviços da Câmara, cuja opinião valorizamos muito, o senhor Francisco, chefe dos calceteiros que esteve presente na reunião com a Câmara.

O entendimento de todos é que a calçada não está mal feita. Começámos pela rua do Salinas que é a rua com a pior calçada para ser reutilizada por ser muito miúda e pouco atrativa. Algumas destas situações devem-se à irregularidade da pedra e ao saibro que ainda está por cima mas depois vai-se perdendo.

No entendimento das pessoas com conhecimento na matéria, não há um mau Caderno de Encargos nem má previsão da obra. Há uma boa execução, no entanto começámos por uma rua que evidencia muito estas características.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Informo que o CDS-PP apresentou, aqui há tempos, uma proposta para redução das taxas das touradas à corda que foi recusada por esta Assembleia, nomeadamente pelo Partido Socialista. Agora têm vindo outra vez à baila nos jornais, os elevados custos, nomeadamente o valor que a PSP cobra às comissões de festas. Por exemplo, para uma tourada no Corpo Santo vão onze polícias no mínimo, porque já contei.

Há um polícia em tudo o que é rua com sentido proibido, buraco ou lugar que não tenha saída. Penso que as comissões não têm a obrigação de pagar os gratificados que eles utilizam para pagarem as suas casas ou alguns empréstimos que tenham contraído.

Houve um Parecer de um jurista, o Arnaldo Ourique, a informar que não é obrigatória a requisição da PSP, contrariamente ao que diz o senhor comandante da polícia.

Solicito à Câmara, através da senhora presidente, para, pelo menos, sensibilizar o senhor comandante da polícia para os abusos e o mau estar que causam tantos guardas numa tourada, sem fazerem absolutamente nada; são os últimos a chegar e os primeiros a sair, não controlam trânsito, não controlam nada e estão ali simplesmente para ganharem algum e pagarem os seus impostos ou as prestações das suas casas.

Se a Câmara entender, pode solicitar outro Parecer jurídico, tendo por base a pronúncia do senhor Arnaldo Ourique, para se saber se alguma comissão pode dar alguma tourada sem requisitar a polícia, visto que é a Câmara Municipal que autoriza.

No ato do levantamento da licença, as comissões têm que deixar aqui uma verba cativa, senão a licença não lhes é concedida. Peço à senhora presidente para que os serviços competentes devolvam o dinheiro às comissões de festas, logo que estas entreguem o material que requisitaram à Câmara porque o dinheiro ficou cá cativo.

Depois de se verificar que está tudo bem e logo que as comissões venham entregar as placas ou outros materiais, o dinheiro deve ser-lhes entregue de imediato para que não fiquem tanto tempo à espera porque têm que prestar contas nos impérios.

Congratulo-me também em relação à água. Se fosse água do Cota Rodrigues, era duvidosa e eu não a tomava; já disse isso uma vez. Ele fez tanta coisa duvidosa aqui que eu tinha medo de a beber. Se calhar podia ter alguma pastilha que me mandasse para outro lado.

Gostaria de saber se já foram desenvolvidas mais algumas démarches em relação à pocilga que está junto à escola da Ribeirinha, porque, de repente, vem cá toda a gente inaugurar, há ventos contrários e, no lugar de capacetes, vão ter que usar máscaras por causa dos maus cheiros.

Gostaria de dizer o seguinte em relação às intervenções do senhor João Maria Mendes: quando falou no hospital, pensei que ia falar no centro de radioterapia. Nunca ouvi nenhuma força viva do Partido Socialista a lamentar que se faça o que foi permitido.

Oxalá que nenhum terceirense tenha que se deslocar a S. Miguel para fazer radioterapia acompanhado dos seus familiares, gastando o seu dinheiro. Nunca vi nenhuma força viva, nem o Conselho de Ilha, esse grande órgão, que devia acabar pura e simplesmente.

Em relação ao hotel do Canta Galo, foi o senhor Sérgio Ávila quem teve a iniciativa e foi a Câmara que gastou dinheiro nas fundações; por isso, as palavras do Rendeiro fazem todo o sentido.

Sr. vereador José Hélio Ventura: – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, senhora presidente e restante executivo, um rápido esclarecimento em relação às zonas balneares e ao parque de campismo da Salga.

Os Serviços Municipalizados e os serviços da Câmara têm desenvolvido reuniões com a Culturangra no sentido de operacionalizarem um conjunto de tarefas que é necessário concluir até ao início da época balnear nas várias zonas balneares do concelho.

No caso concreto da Salga, já houve intervenções no parque de campismo e está calendarizado um conjunto de obras até ao início da época balnear, inclusivamente numa zona do pontão que todos os anos acaba partida. Tem-se vindo a encontrar soluções alternativas mas o mar tem quebrado sistematicamente o que é refeito anualmente.

Está a decorrer uma intervenção naquele parque de campismo com vista à substituição do sistema elétrico de apoio ao parque, um sistema difícil de manter, que estava completamente deteriorado, especialmente na parte mais próxima do mar.

Havia uma proposta inicial para que a zona mais afastada do mar e mais próxima do acampamento, tivesse um conjunto de tomadas e de pontos de luz superior à zona mais próxima do mar.

Alterou-se o projeto em termos operacionais no sentido de se criar melhores condições na zona mais próxima do mar com a criação de uma estrutura que impedisse a entrada de água salgada nas tubagens que deteriora rápida e definitivamente todo aquele equipamento.

Em relação ao que acabei de expor, o projeto ficará concluído este ano mas prevê-se a aquisição de um conjunto de equipamentos, designadamente projetores alimentados a partir de energia solar, que não são essenciais ao funcionamento do parque no decorrer deste ano mas serão instalados para anos futuros.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Começo por perguntar como está a situação do parque de campismo das Cinco Ribeiras, nomeadamente em relação à renovação do contrato de cedência daquele espaço.

Em relação à obra das Figueiras Pretas, a parte da circulação ficou muito bem salvaguardada, à exceção daquele cantinho que deve ser retirado como já foi aqui falado e sobre o qual estamos todos de acordo.

Uma vez que este ano ainda não o permitiu, vamos esperar para ver como ficou feito o sistema de drenagem das águas pluviais. Sempre nos preocupámos em levantar esse assunto porque o maior perigo que ali existia em termos de circulação automóvel, tinha a ver com a exiguidade da estrada e com a água que fazia esboroar os muros, provocando inundações cá

em baixo ao pé da rotunda. Felizmente, não houve chuvadas este ano que permitissem avaliar isso.

Esperamos que se tenha optado por uma boa solução de escoamento das águas pluviais que constituíam o maior risco de segurança para quem por ali circulava. Além do bom aspeto da obra, da largura da via e da boa circulação, que é notória, esperamos que esse aspeto também tenha sido assegurado no projeto.

Talvez possamos fazer uma avaliação mais correta depois do próximo inverno mas, para já, fica a expectativa e a esperança e felicitamos a Câmara pelo facto de aquela obra estar praticamente concluída.

Em relação à circulação noutras vias, apesar de não serem da competência da Câmara Municipal, é importante voltar a frisar aqui um assunto que tem a ver com os semáforos e a segurança no Caminho de Baixo.

Infelizmente continua por resolver há quase 2 anos, a questão de um daqueles semáforos, uma incúria da secretaria que tutela as estradas do nosso concelho. Não pode ser classificado de outra maneira porque não há outra expressão para isso. Neste espaço de tempo, já se poderia ter retirado um semáforo de outro local para substituir aquele.

Nenhum dos semáforos do Fanal ou da Guarita esteve parado durante períodos de tempo como este esteve, por isso não se compreende, não é aceitável e nunca é demais voltar a frisar esse assunto aqui, porque está em causa a segurança rodoviária de uma via que passou a ter fluxos de trânsito com maior grau de intensidade desde a abertura da escola de S. Carlos há 4 anos.

É fundamental que esta Assembleia e a Câmara Municipal exerçam a pressão que puderem, formal ou informalmente, para que esse assunto se resolva rapidamente, de preferência sem lombas, Luís Rendeiro.

Falo agora de outro assunto que tem a ver com a requalificação de Angra e com o possível cais de cruzeiros. Há pouco não respondi porque o nosso tempo esgotou no Período de Antes da Ordem do Dia, por isso peço a vossa indulgência para falar nesse assunto agora.

Há bastante tempo que a posição do CDS-PP, contrária à construção dessa obra, era clara em surdina, por não a considerarmos prioritária e imprescindível nesta fase, mas foi dita mais uma vez de uma forma muito clara nas jornadas parlamentares. A nossa posição foi transmitida num fórum, que talvez não fosse o mais formal para o efeito, mas é perfeitamente legítimo por se tratar de uma posição política e partidária.

Em relação às ditas continuadas obras de requalificação, começaria por dizer que há vários anos, a primeira intervenção na baía de Angra que originou a construção da marina, o tapar das portas do mar no Pátio da Alfândega, a consolidação do Canta Galo, a retirada do jardim dos Côrte-Real e a construção daquele edifício, não mereceu o voto favorável do CDS-PP aqui na Assembleia Municipal.

Tínhamos dúvidas quanto à dimensão da intervenção porque estamos a falar do que está à vista e não do resto que estava previsto nestes Planos que tinha a ver com toda a requalificação urbana da zona das avenidas, com a construção de centros comerciais e um conjunto de mudanças; nenhuma delas se concretizou nem se concretizará devido à situação económica que vivemos.

Também tínhamos dúvidas em relação à filosofia que estes próprios Planos, anexos à requalificação e ao Plano de Salvaguarda daquela zona, introduziam na distribuição funcional das zonas de Angra: a separação entre o comercial, o lúdico, o residencial, etc.

O tempo veio dar-nos razão nos aspetos que nos suscitavam dúvidas, na medida em que esta requalificação não se processou nos moldes previstos. Não está concluída e já está posta em causa com uma proposta de «re-requalificação» como já foi aqui dito, embora isso se possa dever a uma quezília interna entre vice-presidentes do Partido Socialista.

Tudo isto transparece um excesso de esbanjamento e uma gestão de mãos largas, com requalificações de dez em dez anos, quando o pensamento estratégico de alteração de uma baía como aquela não pode ser feito para um horizonte de 5 ou 10 anos nem ser posto em causa como está acontecer neste momento, pelo menos pelo ex-secretário da economia que veio cá fazer esses anúncios pomposamente.

Fica claro que o CDS, (pelo menos na Assembleia Municipal de Angra), não tem uma visão da necessidade de retalhar e de pôr em causa de 5 em 5 ou de 10 em 10 anos, o que temos feito até agora, pese embora as nossas dúvidas e discordâncias em relação ao projeto iniciado pelo anterior presidente da Câmara, doutor Sérgio Ávila, enquanto membro nomeado na altura, como presidente da Junta Autónoma dos Portos de Angra de Angra do Heroísmo, pelo secretário da economia, professor Duarte Ponte.

Embora esse processo não tenha obtido a nossa concordância, não achamos que hoje seja oportuno rever ou alterar devido ao avultado investimento que se fez naquela zona e ao desperdício de fundos públicos que isso significa hoje em dia.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Há pouco, tentei responder ao senhor deputado João Maria Mendes de forma menos correta em apartes regimentais, mas queria dizer-lhe que a memória é muito importante.

Foi um executivo socialista que tomou a decisão de resolver o problema daquela falésia, fazendo um desaterro daquele tamanho e decidindo politicamente a construção de uma unidade hoteleira ali. Foi um executivo socialista que investiu nas condições de base para que aquele terreno pudesse ser vendido e licenciou a construção de um hotel naquele local.

Lembro que nas eleições autárquicas disputadas entre o doutor Sérgio Ávila, (que as venceu) e o doutor Bento Barcelos, (que as perdeu), ao avançar-se com a construção de um hotel, o projeto do PSD defendia que fosse nas instalações da TERCON, consolidando-se aquela encosta com menos movimentação de terras e a criação de uma zona verde.

Os manifestos eleitorais são públicos e podem ser consultados. Não venha agora dizer que a Câmara lava daí as mãos, que não tem nada a ver com aquilo e que a responsabilidade é de particulares. O seu tem mesmo que pertencer a seu dono e as pessoas que aqui estão têm memória e são sérias. Vai desculpar-me, mas a bancada do PSD não pode aceitar a sua explicação.

Temos mais algumas questões relativas à calçada. Gostei e compreendi as explicações da senhora presidente, mas há questões que importa referir. Uma coisa é a explicação da forma como as coisas devem ser feitas, outra é a execução que vemos no terreno.

Ninguém tem vontade que as calçadas fiquem mal feitas para tirar daí dividendos políticos. As calçadas ou qualquer outra movimentação no centro histórico são uma chatice para qualquer executivo; o PSD já pagou esse preço e agora são os senhores que têm essa obra difícil em mãos. Toda a gente quer arranjar as calçadas, exceto quando as obras começam.

Parece-me que o intervalo entre as pedras da calçada é demasiado grande e a compactação não está a ser bem-feita. Devem encostar mas não estão encostadas. Antigamente havia calceteiros e as calçadas eram batidas e compactadas e não havia espaço entre as pedras.

Percebo que a calçada seja classificada e que se deva aproveitar a pedra antiga com história mas a minha questão é a seguinte: deve aproveitar-se toda a calçada antiga? Não será melhor substituir as pedras partidas que não estão em condições e não podem ser utilizadas? Acho que sim.

Há casos como o da rua da Miragaia, da ladeira de S. Francisco ou da rua do Galo - zonas de maior inclinação que, devido ao excessivo polimento da calçada, podem constituir perigo para trânsito e peões - em que a calçada deve ser substituída por calçada nova, aproveitando as pedras boas mais polidas, para as zonas planas noutras ruas, de modo a que a calçada nova mais rugosa possa facilitar a circulação de automóveis e peões. É mais uma sugestão que aqui se deixa. Muita da calçada pode ser aproveitada, mas nem toda deve ser aproveitada.

As ruas calcetadas do centro histórico de Angra do Heroísmo, património mundial, não foram feitas para a intensidade de trânsito que a cidade tem hoje; por isso o estudo de trânsito também deveria explicar qual a capacidade das ruas para o número de viaturas, a carga que elas exercem no solo e o que nelas pode circular.

Um estudo de trânsito bem feito deve servir de ferramenta de trabalho para auxiliar qualquer executivo municipal a uma boa gestão, seja ele qual for, independentemente dos custos e dos incómodos que isso possa causar para os munícipes porque, hoje em dia, há coisas que a cidade não aguenta. Quanto maior for a fundamentação técnica nestes assuntos, tanto melhor, porque isso evita que nos percamos em debates que, às vezes, são estéreis.

Outra questão, sobre a qual infelizmente não obtive resposta da senhora presidente, foi a capacidade dos empreiteiros de executarem as obras. Já são demasiadas as obras que param no nosso concelho por incapacidade financeira dos empreiteiros. Julgo que é possível e se deveria aferir a sua capacidade financeira para executarem, sobretudo as grandes obras, porque de nada serve um empreiteiro que apresente uma proposta bombástica e ganhe um concurso e depois não possa executar as obras que têm que parar, implicando novos concursos.

Tudo isso tem que ser salvaguardado. Já se sabe que se os empreiteiros não fizerem obras nunca recuperarão a sua saúde financeira, mas há que pesar as de uma certa dimensão para sabermos se as adjudicamos a uma empresa saudável ou a outra que esteja na corda bamba.

Quanto ao Centro Interpretativo, não vou discutir os méritos do arquiteto Siza Vieira porque, juntamente com o arquiteto Souto Moura, muito orgulham todo o país, mas temos que ter algum cuidado com as marcas arquitetónicas. Angra, infelizmente, tem marcas arquitetónicas; a biblioteca pública e o hotel do Canta Galo são marcas arquitetónicas. Se quiserem, refiro-vos uma do PSD: a Caixa Geral de Depósitos também é uma má marca arquitetónica.

Todos devemos aprender com esses erros e ter muito cuidado para que as marcas arquitetónicas que ficarem, sejam como a igreja da Sé ou como a torre da igreja Matriz de Ponta Delgada e não como estas obras que acabei de referir.

Sra. presidente da Câmara: – Ficaram algumas questões por responder. Quanto à questão das touradas colocada pelo senhor deputado José Borges, a informação que nos chega à Câmara Municipal já traz a indicação do número de agentes afetos a cada tourada, indicados pela própria PSP; não é um assunto da nossa competência.

Em relação à questão da rápida devolução do dinheiro às comissões de festas, relativo à caução da limpeza, penso que devemos estar aqui a discutir duas situações em conjunto.

Uma coisa é a caução que fica retida para a limpeza do recinto, que será devolvida após a entrega do equipamento e a devida fiscalização; a outra tem a ver com as candidaturas que as comissões de festas fazem à Câmara; aí, temos primeiro a deliberação de Câmara e a entrega será feita mais tarde. Em relação à tourada, como lhe disse, a caução é devolvida aquando a verificação da limpeza do recinto.

Quanto às démarches desenvolvidas em relação à pocilga, posso informar o senhor deputado José Borges que já reunimos com o proprietário e estamos neste momento a desenhar uma solução para este cenário.

Quanto ao parque de campismo das Cinco Ribeiras, está em processo uma substituição das pessoas que exploravam aquele espaço porque as coisas não estavam a correr em bons moldes. Houve um uso e abuso daquele recinto, sem respeito pelo que estava estipulado.

Voltando à questão das calçadas, em resposta ao deputado Luís Rendeiro, pensei que tinha sido explícita mas, afinal, não fui. Segundo o entendimento de todos os técnicos, dos nossos calceteiros e da equipa fiscalizadora, o trabalho está bem feito. Esta primeira associação é feita à rua do Salinas que tem uma calçada pior e menos bonita, por isso pode suscitar algumas dúvidas.

Todas as ruas são batidas e apertadas e voltam a ser regadas e batidas no final. Depois de a rua ter sido aberta ao trânsito, as pedras foram endireitadas mais uma vez porque foram torcendo, um processo que acaba sempre por levar alguns dias. É entendido por todos que, apesar de algumas situações pontuais em que a calçada não ficou bem apertada em algumas zonas, regra geral, a obra está em condições.

Em relação à segunda parte da questão que colocou, estamos totalmente de acordo, de tal forma que isto foi discutido na última reunião de Câmara. Sempre que possível, a calçada deve ser mantida, mas está previsto no Caderno de Encargos que, aquela que não reunir as condições mínimas, não é aproveitada. Existe calçada nova já previamente utilizada mas que não fazia parte deste arruamento, que está em posse da Câmara Municipal e já foi reutilizada no segundo troço da rua do Salinas.

As restantes ruas, como a rua da Miragaia ou a rua do Marquês, reúnem algum perigo devido ao polimento da calçada, segundo conclusões da própria comissão de trânsito, um assunto que também já foi discutido em reunião de Câmara. Estas ruas precisam de calçada nova para se evitar o risco de derrapagem.

Quanto à capacidade dos empreiteiros de executarem as obras, há três situações mais mediáticas. Referi que a empresa responsável pela obra do jardim declarou insolvência e estamos à procura de uma solução para um possível ajuste direto a uma empresa local para terminar a obra, atendendo ao montante que está em falta; pensamos que será viável nesses moldes.

A outra situação tem a ver com a empresa em causa, o caso das calçadas e da escola da Ribeirinha. A empresa passou e ainda está a passar por uma situação financeira muito difícil; no entanto, após reuniões tidas com diversas partes envolvidas, foi-nos assegurado que terá capacidade de concluir a obra e relevou exatamente aquilo que você mencionou: sem obra para fazer, a empresa acabará por fechar.

No caso das calçadas, se lhe retirarmos a obra, estamos a retirar liquidez à própria empresa que tem capacidade para a terminar. Houve um desentendimento com o subempreiteiro que foi substituído e a situação está superada.

Há atrasos de obra que estão perfeitamente previstos na legislação, levando à eventual aplicação de multas, caso se prolongue o prazo final. Já cá estão dentro, os autos que preveem essa situação.

No caso da escola da Ribeirinha, foi-nos assegurado pelos responsáveis da empresa construtora, que a mesma conseguiu alguma confiança por parte da banca para poder avançar com a obra.

São estas as principais situações que nos poderiam gerar alguma preocupação. As restantes estão entregues a empresas aparentemente saudáveis.

Somos todos consensuais ao considerarmos que o concelho não pode ser prejudicado; como exemplo disso, houve um concurso que ia a aprovação na penúltima reunião de Câmara e foi retirado por cautela porque a empresa ganhadora estaria muito à beira da insolvência.

Quanto à questão colocada a respeito do arquiteto Siza Vieira, o mesmo foi vencedor de um *Pritzker*, prémio equiparado ao nobel da arquitetura. Se não confiamos nos vencedores de prémios nobel, em quem havemos de confiar? Não o conhecia, mas é uma pessoa extremamente sensata. Quando viu a fotografia da casa dos Pamplona, a primeira coisa que disse foi: «É linda!»

O arquiteto deambulou por esta cidade durante os três dias em que cá esteve, saiu maravilhado com a arquitetura local, considerou que temos cá um tesouro e devemos preservar tudo o que pudermos. É esse o seu entendimento a respeito da casa dos Pamplona.

Pedi-nos que lhe entregássemos o maior número possível de fotografias da casa como ela era antes, o que nos transmite algum conforto ao percebermos como ele aprecia e valoriza a nossa arquitetura.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor presidente, senhora presidente da Câmara, caros colegas, uma brevíssima intervenção porque não podia ficar calado nesta circunstância. Não tenho a veleidade de pensar que vou dar lições de boa educação ao senhor José Alberto Borges nesta altura da sua vida, mas queria dizer-lhe que, na minha opinião, na opinião do Partido Socialista e, (quase me atrevo a dizer que é sentimento geral desta Assembleia), as observações que o senhor faz continuamente em relação ao doutor Francisco Cota Rodrigues, não lhe ficam bem a si nem a esta Assembleia.

O senhor pode ter as ideias que quiser em relação ao doutor Cota Rodrigues e divergir das suas opiniões, mas não se pode esquecer que ele foi eleito democraticamente pelo povo deste concelho, foi vereador e vice-presidente desta Câmara Municipal e, se mais não fosse, só por isso, merece o nosso respeito institucional. Não lhe fica bem falar de pessoas que não estão presentes e fazer graças de mau-tom.

Contra mim falo e também em relação a algumas posturas da bancada do PSD. Às vezes tendemos a esquecer-nos que, quando estamos a fazer críticas, o fazemos de tal forma que pomos em causa a imagem da Câmara, da Assembleia e, sobretudo, a imagem do nosso concelho. Críticas, é preciso saber fazê-las.

Neste momento, visto que o doutor Cota Rodrigues já não pertence ao executivo desta Câmara, acho que não podemos retirar nenhuma vantagem do que o senhor disse, pondo em

causa a imagem desta Assembleia, desta Câmara Municipal e deste concelho. Não há nenhuma mais-valia nisso e, na minha opinião, é de uma tremenda falta de educação e de decoro de um senhor que é deputado municipal. Acho que isso não lhe fica bem, acho que não fica bem a nenhum de nós.

Sr. d. m. João Maria Mendes: – Uma coisa é o debate de ideias com as divergências que podemos ter, outra coisa, como acabou de dizer o senhor deputado João Santos, são as acusações menos próprias e menos educadas que têm surgido neste plenário.

Lamento que não haja o bom senso de se esquecer os traumas pessoais que se tem contra determinadas pessoas que devem ser resolvidos nos psiquiatras. Não devem ser trazidas para o debate público, questões que nada têm a ver com esta Assembleia.

Senhor deputado José Alberto Borges, eu hei de falar do que quiser e bem entender. Já não é a primeira vez, em público e em privado, que o senhor me vem dizer o que eu deveria ou não deveria ter dito! Nunca fiz isso consigo e não permito que o senhor continue a fazê-lo comigo; percebido? Os traumas tratam-se nos médicos e não aqui!

Quanto ao debate que estamos a ter aqui, senhor deputado Luís Rendeiro, a questão da arquitetura é como em tudo na vida; as artes são discutíveis porque os gostos são diferentes. Em relação ao exemplo que deu da Caixa Geral de Depósitos na Praça Velha, já ouvi arquitetos e outras pessoas a defenderem que é uma obra de um tipo de arquitetura que marcou o século XX, a arquitetura branca plena que não fere nenhuma outra. Posso gostar ou não gostar deste edifício da Praça Velha mas respeito as opiniões e as escolas de arquitetura que vão surgindo.

A respeito do célebre hotel do Canta Galo, é verdade que a Câmara procurou uma solução para as arribas daquela zona. Não discuto se foi a melhor solução porque não tenho competência técnica para o fazer, mas creio que as arribas que ali existiam não eram bonitas, por isso é preferível que lá exista um hotel. O senhor pode discordar. Aceito que tenham uma opinião completamente diferente da minha mas prefiro aquela construção, a um monte de terra que está continuamente a cair.

A gestão daquele hotel é da responsabilidade do seu dono. Não quero esconder a memória do que quer que seja, aceito todas as críticas desde que sejam feitas com boa educação e contribuam para a discussão dos temas públicos que trazemos aqui.

Voltando ao arquiteto Siza Vieira, posso até nem gostar da sua obra, mas é certo que marcará esta cidade para o futuro, caso se construa alguma coisa de sua autoria. Creio que é extremamente importante, termos uma marca daquele arquiteto, sem desmérito para os outros.

O arquiteto Siza Vieira, assim como o Souto Moura, têm bom nome a nível internacional e são um marco para os vindouros. É importante que hoje deixemos alguma coisa notável para o futuro.

1.2 - Documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2011, para apreciação e votação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, organizados de acordo com as instruções do Tribunal de Contas que constam da resolução n.º 4/2001, de 18 de agosto, os quais se encontram elencados no anexo I e integralmente elaborados, com exceção do número 23 “Subsídios Obtidos” – não aplicável; 24 “Ativos de Rendimento Fixo” – não aplicável; 25 “Ativos de Rendimento

Variável” – não aplicável e 35 “Relação de Emolumentos Notariais e Custas de Execuções Fiscais” – não aplicável.

Os documentos acima referidos apresentam os seguintes resultados:

- Fluxos financeiros:

- **Saldo da gerência anterior:** 2 273 883,15 € (dois milhões duzentos e setenta e três mil oitocentos e oitenta e três euros e quinze cêntimos).
- **Receitas orçamentais:** 19 142 331,59 € (dezanove milhões cento e quarenta e dois mil trezentos e trinta e um euros e cinquenta e nove cêntimos).
- **Despesas orçamentais:** 18 124 012,44 € (dezoito milhões cento e vinte e quatro mil doze euros e quarenta e quatro cêntimos).
- **Saldo para a gerência seguinte:** 2 273 883,15 € (dois milhões duzentos e setenta e três mil oitocentos e oitenta e três euros e quinze cêntimos).

- Demonstração dos resultados do exercício:

- **Custos e perdas:** 17 205 934,79 € (dezassete milhões duzentos e cinco mil novecentos e trinta e quatro euros e setenta e nove cêntimos).
- **Proveitos e ganhos:** 19 095 951,47 € (dezanove milhões e noventa e cinco mil novecentos e cinquenta e um euros e quarenta e sete cêntimos).
- **Resultado líquido do exercício:** 1 890 016,68 € (um milhão oitocentos e noventa mil dezasseis euros e sessenta e oito cêntimos).

Nos termos do ponto 2.7.3 do Plano Oficial de Contas das Autarquias Locais, propõe-se à Assembleia Municipal, que o mencionado resultado do exercício seja aplicado nos seguintes termos:

59 – Resultados transitados: 1 890 016,68 € (um milhão oitocentos e noventa mil dezasseis euros e sessenta e oito cêntimos).

Propõe-se ainda que sejam utilizadas as reservas livres para fazer face ao remanescente de resultados transitados negativos, existentes na conta 59.

Sra. presidente da Câmara: – A Câmara municipal de Angra do Heroísmo apresentou, em 2011, uma prestação de contas muito equilibrada com saldos positivos muito significativos, quer do ponto de vista da contabilidade, quer do ponto de vista dos fluxos de tesouraria.

Em relação à receita, a autarquia verifica uma taxa de execução na ordem dos 76,1%; mesmo assim, há uma redução significativa da execução das receitas de capital, associada, essencialmente, a projetos de alguma envergadura que, pela conjuntura atual do país, viram atrasos na sua execução, essencialmente por dificuldades financeiras das empresas construtoras e que se vieram a refletir nos pedidos de pagamentos de fundos comunitários.

A execução da receita corrente situa-se, então, nos 105,6%, enquanto a receita de capital se localiza nos 57,5%.

Ao apreciar as contas em pormenor, verifica-se que são as transferências do Estado que representam maior peso na origem da receita com 16 371 414 €. A receita fiscal, já bastante mais reduzida, ainda assim assume um peso de 2 540 867 €.

O saldo de gerência transitado de 2010 representou 1 255 564 €. As restantes componentes situam-se individualmente, menos expressivas e abaixo de 1 000 000 €.

No que diz respeito à despesa, a execução situa-se nos 68,8%, dividida em 88,8% de realização da componente de correntes e 55,5% da capital.

Os motivos supra citados em relação à receita de capital são os mesmos que justificam a ausência de superior execução da despesa de capital, já que não se receberam mais fundos comunitários por não se terem pago também mais encargos com os projetos participados por menor execução física dos projetos, resultado da dificuldade de algumas empresas. Esta é uma situação que resulta em cadeia e que se verifica nas diferentes apresentações da componente das contas.

Nos grandes agregados da despesa, constatámos que o maior peso se localiza nas transferências e subsídios com 6 467 732 €, essencialmente para instituições sem fins lucrativos, mas também para as freguesias, para apoio a famílias, para os Serviços Municipalizados e Culturangra.

Logo de seguida surgem as despesas com pessoal com 4 182 296 €, ainda assim, apresentando uma redução significativa relativamente a 2010 e os investimentos com o valor final de 3 079 569 €.

Ainda na casa dos 2 000 000 €, estão os serviços com a dívida, com o seu aumento associado, quer ao início da contagem de amortizações, quer aos aumentos das taxas de juro, entretanto verificadas e à aquisição de bens e serviços com um ligeiro acréscimo inferior a 1%.

Ao apreciar organicamente esta prestação de contas, constata-se que é o departamento de sustentabilidade e gestão do território que assume maior relevo com quase 9 000 000 €, não só por ter o maior número de pessoas afetadas mas, acima de tudo, por lhe estar diretamente associada, a quase totalidade do investimento.

Segue-se a Câmara Municipal com 5 415 200 € que, este ano, verifica uma redução muito significativa, menos 1 240 000 € quase na totalidade, devido à diminuição das transferências para a Culturangra.

As operações financeiras também assumem pouco mais de 2 000 000 € e as restantes orgânicas localizam-se todas abaixo de 1 000 000 €.

Em relação ao endividamento líquido do município, excetuando o setor empresarial local, ascende a 21 240 000 € que, depois de abatido o valor referente aos empréstimos excecionados, na ordem dos 13 900 000 €, sobra um endividamento líquido relevante de 7 330 000 €. Assim, há uma incapacidade de endividamento utilizada na ordem dos 85%.

É de evidenciar que, em termos de liquidez reduzida, o município apresenta um rácio de quase 1, o que quer dizer que tem uma capacidade de saldar a quase totalidade da sua dívida a curto prazo.

Face aos resultados das diferentes apreciações que se podem fazer, resume-se: o saldo efetivo anual situa-se em 1 363 128 €. Já o saldo de gerência encontrado é de 2 273 833 €, assumindo grande responsabilidade a participação de IRS recebida no final do ano.

Numa apreciação por custos e proveitos de 2011 encontram-se os seguintes resultados:

- **Custos e perdas:** 17 205 934,79 € (dezassete milhões duzentos e cinco mil novecentos e trinta e quatro euros e setenta e nove cêntimos).
- **Proveitos e ganhos:** 19 095 951,47 € (dezanove milhões e noventa e cinco mil novecentos e cinquenta e um euros e quarenta e sete cêntimos).
- **Resultado líquido do exercício:** 1 890 016,68 € (um milhão oitocentos e noventa mil dezasseis euros e sessenta e oito cêntimos).

Para finalizar, torna-se ainda imperativo fazer uma breve apreciação das Grandes Opções do Plano 2011. De uma previsão inicial de 17 300 903 € foram executados 9 847 176,82 €, ou seja, 56,92%.

Das 232 GOP's inicialmente previstas, 165 tiveram o seu arranque em 2011 e das restantes, centra-se a responsabilidade em termos financeiros, maioritariamente na obra da escola da Ribeirinha com um peso de 34% no montante não executado.

Assumem também relevo o 3º pacote de estradas, a aquisição de habitações sociais, a estrada de acesso à escola da Ribeirinha, entre outros projetos de construção e edificação.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhora presidente, respeito muito o trabalho que a senhora está a fazer, visto que esta prestação de contas se refere a uma execução e orçamento que não são seus; para o ano falaremos dos seus. Tenho uma palavra a dizer a respeito destes documentos que nos foram apresentados: «sobre orçamentação»!

Em primeiro lugar, há aqui uma falha porque deveria ter sido distribuído aos deputados municipais o relatório completo do ROC para o ano 2011. Temos o primeiro semestre, falta o segundo. Conhecemos o Parecer do ROC mas falta-nos o relatório completo, importante para podermos votar com mais consciência.

Quero também fazer alguns reparos que divergirão da sua opinião acerca deste orçamento. Em 2011, o total das receitas de capital previstas e orçamentadas foi, como disse, de cerca de 16 000 000 €. O valor executado de cerca de 9 000 000 € é uma execução orçamental muito baixa; apenas cerca de 57%.

Se a senhora presidente refere que tem dinheiro em caixa e saúde financeira na Câmara, como explica que tenha sido executado apenas pouco mais de metade do previsto em orçamento? A execução das Grandes Opções do Plano, na casa dos 57%, foi pior que o ano passado que se situou nos 63%.

Uma execução tão baixa das receitas da Câmara é reveladora do que o PSD havia dito na discussão do orçamento de 2011, ou seja, que este orçamento é completamente irrealista e sem credibilidade. A sobre valorização grosseira das receitas de capital tornou-se um hábito nos orçamentos da Câmara de Angra.

Peço desculpa porque me armei um pouco em Medina Carreira e trouxe um pequeno gráfico que posso distribuir em que, a vermelho, está o valor sucessivo das orçamentações em Angra e, a azul, estão assinaladas as execuções.

Desde que o Partido Socialista assumiu o poder e foi eleito para os cargos executivos em Angra, o desfasamento entre o orçamentado e o executado é crónico; está sempre a acontecer! Qualquer semelhança entre o orçamentado e o executado tem a ver apenas com a distância; as linhas são quase paralelas mas distantes. Depois poderei fazer circular este pequeno papelinho.

O orçamento de 2011 previa um valor de 8 800 000 € de receita do QRESA; foram executados 3 700 000 €, menos de metade do valor inicialmente previsto. Previa também uma receita de cerca de 1 000 000 € do Instituto Nacional de Habitação e foram executados 330 000 €, 1/3 do valor inicialmente previsto. Estavam previstos 630 000 € da Administração Regional e foram executados 120 000 €, 1/5 do orçamentado.

Aqui e em todo o lado, os orçamentos do Partido Socialista são orçamentos de mentira! A palavra é forte mas são orçamentos de mentira! São orçamentos de compromissos para quebrar e de anúncios que nunca se concretizam e há sempre uma desculpa; só servem para atirar areia aos olhos das populações. Os senhores não podem continuar a ser vendedores de ilusões.

Falei da execução das receitas de capital mas o cenário é ainda pior quando, (pela análise dos documentos que nos foram fornecidos), constatámos que o nível de execução total da Câmara Municipal de Angra foi de uns embaraçosos 43,2% que ainda estão influenciados positivamente pela execução dos Serviços Municipalizados, os quais executaram 77% do inicialmente orçamentado.

Se, aos 43,2%, retirarmos a execução dos Serviços Municipalizados, constatamos que a execução orçamental da Câmara, *per si*, é de 34,6%. Isto está no quadro 17 da página 34 do relatório. Repito para toda a gente ouvir: a execução orçamental da Câmara foi de apenas 34,6%.

Em Ponta Delgada, quando as execuções da Câmara são inferiores a 75%, (e o deputado municipal João Santos às vezes gosta de dar exemplos do que de menos bom se faz naquela cidade), o PS vem gritar para a comunicação social. Pois, em Angra, os valores são o que são; para nós, uma absoluta vergonha! Os senhores não sabem o que andam a fazer! Não é apenas o PSD que o diz; são os vossos números que o dizem!

Num orçamento com um valor global de 18 000 000 €, o investimento realizado no concelho, foi de apenas 3 000 000 €; são 600 000 contos na moeda antiga. Se, a este valor, adicionarmos as verbas dos Serviços Municipalizados e da Culturangra, passamos para 5 800 000 €, uma execução do Plano Plurianual de Investimentos de 34,6%; era de 48% em 2010. Isto significa que 2/3 do orçamento do município são para pagar despesa.

As despesas de capital, as despesas com pessoal e a Culturangra estão a afogar o município e a conduzir à estagnação do concelho que toda a população sente e os senhores acham que está bem assim.

Senhora presidente! Peço-lhe que faça melhor que isto antes de se ir embora. A sua antecessora piorou todos os anos.

O PS entrou para a Câmara Municipal em 1997. Neste momento e pelo que nos dizem os documentos, o investimento *per capita* no ano 2011 recuou para os níveis de 1994/95, ou seja, 167 € por habitante. Do mesmo modo, o investimento por km² também recuou para valores dos mesmos anos, sendo hoje de 24 509 €.

O que é que os senhores do PS têm a dizer acerca disto? Com o PS andámos para trás! Se quiserem, (aqui vem o Medina Carreira outra vez), estão aqui mais dois «graficozinhos» quase iguais relativos ao investimento *per capita* e ao investimento por Km² desde 1994.

Falou que o Centro Interpretativo poderia custar 1 500 000 €. Quando estivemos a discutir o orçamento para o ano de 2012, o senhor deputado António Toste ficou muito incomodado porque o PSD não deixou transferir mais 2 000 000 € para a Culturangra.

Recordo que em 2011 foram investidos apenas 3 000 000 € em todo o concelho. O objetivo é reduzir o investimento a zero? Gostava que o ilustre deputado estivesse aqui para poder explicar aos seus colegas das outras juntas de freguesia, (por exemplo, ao senhor presidente da junta de freguesia da Serreta), com que dinheiro é que vai acabar a casa mortuária.

Gostava que explicasse também ao seu colega de Santa Bárbara, quanto dinheiro é que restava para a construção da escola ou explicasse ao senhor presidente da junta de freguesia de S. Sebastião, com que dinheiro é que fica para as obras da Salga ou quando começa a casa mortuária há muito prometida. Já agora, onde está o painel de azulejos de 25 000 € que foi prometido para o Largo da Fonte, que foi orçamentado e aqui discutido?

Gostaria que explicasse aos seus colegas das juntas do PS porque é que não há dinheiro para cumprirem com aquilo que eles próprios prometeram às suas populações. Não precisam de explicar aos do PSD porque há 16 anos que perceberam, portanto, as explicações estão todas dadas.

O município de Angra tem a sua capacidade de endividamento quase esgotada a 85%, o que bloqueia a possibilidade de realizar investimentos futuros.

A Câmara tem feito um grande esforço para anunciar uma redução do montante da dívida global do município, que é efetiva e está aqui nos documentos. A senhora presidente diz-nos que tem dinheiro em caixa e ao mesmo tempo, está à vista neste relatório, um aumento de 26,4% nas dívidas a fornecedores que passaram de 1 400 000 € para 1 800 000 €. Afinal há, ou não há, dinheiro em caixa?

Pela análise dos quadros, há aqui uma diferença de cerca de 6 000 000 € relativa a compromissos assumidos em não pagos; página 11 da posição atual da despesa de 2012.

Neste momento, a Câmara de Angra é um fator de afundamento da economia do concelho. Os senhores que andaram estes anos todos a dar a cara pelas políticas que nos conduziram a estes resultados, sentem-se bem?

Os gráficos que mostrei revelam que a situação do concelho é equivalente a 1994/95. As diferenças entre o orçamentado e o executado são o que são; as diferenças entre o investimento por habitante são o que são.

Se eu estivesse no lugar de quem andou a defender esta situação que conduziu ao que temos hoje, tinha vergonha de sair à rua.

Sra. presidente da Câmara: – Ia esperar para reunir mais algumas informações mas, atendendo ao teor da apresentação, acho importante responder já a esta porque me parece que estivemos a observar documentos diferentes.

O primeiro aspeto que vou ressaltar, já à partida, é que não vou comparar-me com Ponta Delgada. Tenho o maior respeito pela doutora Berta Cabral e pelo trabalho de qualquer autarca, seja ele de que partido for mas, se compararmos, haverá aspetos em que ela ficará mal e outros em que me deixará ficar mal.

Sou eu que estou a dar a cara pelo que está aqui a ser avaliado neste momento e pelo anterior executivo camarário que respeito muito e acho que fez um trabalho meritório. Estamos a falar de aspetos muito pontuais e alguns dos resultados que possam estar a ser aqui apresentados, (atendendo ao estado em que se encontra este país e os municípios, sejam eles de que cor política forem), no meu entender, são absolutamente irrelevantes. Sei que sou muito utópica, mas isso é absolutamente irrelevante.

Fazendo vários gráficos de todas as câmaras deste país, veremos que, normalmente, a execução está sempre abaixo da previsão porque um orçamento é um documento previsional.

Tive sérias dificuldades em acompanhar a sua exposição que se prendeu com valores que tinha porque esteve a fazer um estudo quando comparou com execuções anteriores, do qual eu não tinha os dados aqui. Não avaliei esses dados ao pormenor.

Há aspetos aqui mencionados em que acho que você referiu receita e estaria a querer referir-se a despesa; não tenho a certeza. Tenho aqui as notas dos montantes que você referiu e não batem certo com os resultados que tenho.

A execução da receita corrente foi de 105,6%, enquanto a receita de capital se situa nos 57,5%; não tem nada a ver com os valores que referiu de trinta e tal por cento. Tenho na despesa, uma execução de 68,8%, dividida em 88,8% de despesas correntes e em 55% de despesas de capital; também aqui, não consigo encontrar os trinta e tal por cento que referiu.

Penso que você estaria a falar de GOP's e investimentos muito específicos. São valores muito diferentes dos que estivemos a falar. Neste momento as empresas estão em situações muito críticas e eu comecei por referenciar que, parte da despesa e consequente receita, não tinham sido executadas.

Quando temos uma componente muito grande do orçamento, candidata a fundos comunitários, se a obra não é executada, por vezes por dificuldades das empresas a nível nacional (e não as empresas locais), a componente da receita que lhe está afeta por fundos comunitários também não o é. Se pegarmos em algumas obras com um peso muito grande, acabamos por ver que isto se deve a situações a nível nacional.

Você deu o exemplo do IHRU; queríamos nós que nos transferissem o dinheiro! Já reuni com eles, as transferências ainda não foram efetuadas e nós temos a nossa parte para fazermos a compra das casas!

Apesar de não termos recebido a verba do IHRU na proporção do que era suposto, adiantámos, com fundos próprios, tudo o que podíamos para transferirmos liquidez para as empresas que estão em situações complicadas.

Quando avaliamos um documento desta natureza, ele não se resume a estes 3, 4, 5 ou 10 números de que vamos falando; há um texto que justifica cada uma das situações.

Já dei este exemplo antes: temos um copo que pode ser visto como meio cheio ou meio vazio. Neste caso específico, temos um copo cheio a 70% e está a fazer-se um debate enorme sobre os restantes 30%; é verdade! Há 30% que ficaram aquém e se devem à situação em que o país se encontra neste momento. Tudo se torna difícil para este e os restantes municípios do país, que se debatem com situações destas.

Em relação ao endividamento da Câmara, não se pode ter uma coisa sem se ter a outra. Houve investimentos de grande monta que foram realizados mas, mesmo com a alteração da legislação, Angra continua a cumprir os seus limites de endividamento, ao contrário de uma grande percentagem de municípios a nível nacional que ficaram acima. Angra encontra-se confortavelmente dentro dos seus limites de endividamento.

Estamos a efetuar os pagamentos a fornecedores a uma média de 60 dias, o que se torna extremamente confortável, podendo haver algumas situações pontuais em que se possa fugir disto, desequilibrando um pouco esta média. Este documento transmite-nos algum conforto. Temos uma Câmara que apresenta resultados líquidos positivos.

O senhor deputado Luís Rendeiro referiu há pouco, como é que uma coisa não compensava a outra, se tínhamos tanto dinheiro. Isto foi falado da última vez e é preciso não esquecer que as transferências do Estado no que respeita ao IRS foram feitas nos últimos quinze dias do ano. Como não há capacidade de executar em tão curto espaço de tempo, gera-se um saldo de gerência com este montante.

Esta Câmara está confortavelmente numa situação de equilíbrio financeiro e com a sua situação de endividamento sem qualquer constrangimento.

Referiu ainda que, empresas como a Culturangra, estão a afogar a Câmara municipal mas podemos observar que a empresa municipal reduziu drasticamente os custos com cultura, desporto e lazer que o município tinha nos últimos tempos. Nunca se executou tão pouco como este ano. As coisas até aconteceram um pouco ao contrário porque a Culturangra quase se afogou por se ter cortado tanto nas transferências para a empresa.

Embora não esteja a 100%, porque há sempre aspetos a melhorar, este orçamento está muito confortável quando comparado com o resultado nacional.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Queria congratular-me porque alguns elementos da bancada do Partido Socialista reveem-se nas críticas que temos feito em sessões anteriores em relação a tentativas de condicionamento das opiniões alheias, nomeadamente, os nossos desabafos contra críticas da maioria desta Assembleia Municipal sobre a utilização de expressões, opiniões ou adjetivações por parte de membros da oposição.

Ainda bem que existem membros da bancada do Partido Socialista que também não se reveem em imposições de outros, sobre o seu pensamento livre; é com agrado que registamos essa situação. Registamos com ironia que essa intervenção tenha sido precedida pela do senhor membro da Assembleia Municipal, João Santos, aparentemente, em contradição de conteúdo e forma.

Ficamos satisfeitos e achamos que o reconhecimento da nossa diferença de opiniões deve ser uma prática adotada e respeitada porque não devemos estar a dizer aos outros o que achamos que eles devem dizer.

Sem querer ferir as suscetibilidades do senhor membro da Assembleia Municipal João Santos, que está ausente, vamos falar de uma execução e analisar atos de pessoas que estão ausentes, mas tem que ser, senão não estaríamos aqui a fazer nada.

Mais uma vez, fazemos críticas que têm a ver com as taxas de execução e com a falta de realismo, como temos feito ao longo destes anos. Não vou perder tempo a bater no ceguinho, mas deixo um apelo à Câmara, uma vez que tem tido uma grande abertura e mudança de atitude no relacionamento com esta Assembleia Municipal, o que registamos com agrado.

O atual cenário macroeconómico do país e da região e todo o quadro de investimentos passível de ser realisticamente executado, é completamente diferente. Já o era o ano passado, em 2010 já se sentia que assim o seria e em 2009 já havia indícios, mas isso nunca teve o devido reflexo nestes documentos municipais de Plano e Orçamento.

Como o país e a região estão numa crise económica, com o desemprego a rondar os 20%, com empresas em dificuldades e a falirem, muitas delas prestadoras de serviços à Câmara e aos Serviços Municipalizados ou a outras entidades públicas e privadas, muitas vezes não é realista que se faça um planeamento, um orçamento e um plano plurianual com base em expectativas assentes naquilo que é do total controlo ou dependência dos órgãos municipais.

Quando a Câmara faz o seu planeamento não pode pensar apenas nas suas capacidades; tem que pensar também no quadro económico que tem à sua volta, nas capacidades de reação da economia e nas suas solicitações.

Temos um número reduzidíssimo de transportes de mercadorias a entrarem na ilha e quebras na ordem dos 19% nas dormidas de turismo, como foi notícia num jornal há poucos dias, além de um conjunto de situações financeiras que não são as mesmas de há 3 ou 4 anos. Quanto mais não seja, por uma questão de bom senso e precaução, isto obriga a que sejam revistos os planos e orçamentos aprovados para a Câmara, Serviços Municipalizados e Culturangra.

Apelamos para que a Câmara tenha alguma atenção porque é preferível rever com realismo certas opções e quadros de planeamento, que são também instrumentos de responsabilização política por serem aprovados nesta casa, daí a responsabilização política sinalizada através do voto nestes relatórios de contas que têm a ver com as execuções e a celeuma à volta das baixas taxas de execução.

Se, ao longo destes anos, sem situações de crise e extra domínio do próprio município, as coisas foram o que foram, penso que é mais realista, mais confortável e mais saudável para a própria Câmara, pensar seriamente em rever estes planos em baixa para um quadro muito mais realista e sustentável, uma vez que 1/3 do ano já passou.

Daqui a um ano, quando estivermos a analisar o relatório de gestão de um ano da exclusiva responsabilidade deste novo executivo, gostaria de não ter que falar das taxas de execução sem este assunto em cima da mesa, sobretudo porque os avisos têm sido dados.

Há coisas no Plano e Orçamento da Câmara, assim como também as há no orçamento da região, empresas privadas, etc., que neste momento não são realistas. A própria presidente da Câmara, para justificar diferenças de valores entre o executado e o orçamentado em relação às contas de 2011, usou corretamente o exemplo do IHRU e a sua dificuldade em transferir as verbas acordadas.

Essa situação continuará a acontecer e, previsivelmente, alguns fundos comunitários também sofrerão alguns atrasos por dificuldades da capacidade da própria república e da região, em disponibilizarem as verbas disponíveis na altura indicada; é importante refletir esse realismo na gestão municipal que estamos a fazer.

É evidente que é mais bonito ter orçamentos maiores e uma maior apresentação política, mas depois há consequências como as que estamos a discutir neste momento, quando se embandeira o lado bom que não se concretiza. Tem que se assumir a responsabilidade por essa falta de concretização plasmada em baixas taxas de execução; não se pode querer sol na eira e chuva no nabal.

Aceitamos que é perfeitamente possível e saudável que a Câmara queira rever alguns dos seus documentos para o ano 2012 porque haverá maior transparência e um sinal mais realista. Daqui a um ano cá estaremos e não achamos recomendável que se continue a fazer fé em números que não correspondem minimamente à realidade.

Não vamos entrar em mais detalhes porque as discordâncias e políticas individuais acabam por ter muito a ver com isto, embora haja ainda muita coisa que se pudesse usar como exemplo.

Se bem me recordo, foi falado aqui que a capacidade de endividamento se situa nos 85%, quando, há um ano, estava esgotada em 98%; há aqui uma redução. Se, há um ano, a taxa de

endividamento estivesse nos 50%, a execução deste orçamento nas despesas de capital talvez não fosse de 57%, mas sim, de 72% ou algo parecido.

Se calhar, a taxa seria mais alta porque, não havendo outros fundos, podia haver recurso aos empréstimos. A dificuldade que representa uma elevada taxa de dívida bancária, é que não se pode recorrer a mais, depois de se esgotar o *plafond*.

Sr. d. m. António Maio: – Senhor presidente, Exma. Mesa, senhora presidente da Câmara, senhores vereadores, caros colegas deputados municipais.

Penso que a senhora presidente da Câmara acabou por dar a resposta política e técnica ao documento e pouco mais me resta acrescentar ao que foi dito. Acho que ela foi muito clara em tudo quanto disse, mas queria apenas acrescentar algumas notas no sentido de corroborar o que já foi dito.

Os senhores deputados Luís Rendeiro e Nuno Melo Alves também referiram as baixas taxas de execução dos documentos em causa. Há que reconhecer (e eu próprio o disse várias vezes), que, por vezes, os valores apresentados pela Câmara no passado, estavam sobre orçamentados mas, em boa hora, isto foi corrigido e não significa que tenha sido apenas devido à minha interpelação.

Há que reconhecer que os documentos em causa são perfeitamente claros com um manancial de informação para podermos avaliar com bastante minúcia tudo o que diz respeito à receita e despesa, inclusive com os valores executados em 2010, o que nem sempre acontecia e com os valores da dotação para 2011 já na última revisão.

Por vezes, os senhores deputados municipais da oposição diziam que os valores do orçamento final e os valores da execução do ano anterior não estavam presentes para poderem aferir os respetivos níveis de execução mas agora a informação está toda aqui nos documentos e os senhores podem verificar taxas de execução, taxas de evolução, etc.

Quando os senhores deputados falavam em baixas taxas de execução, dei-me rapidamente ao trabalho de verificar todos os mapas dos documentos. Vou ler apenas três ou quatro:

Receitas correntes, 105% de taxa de execução; receitas de capital, 57%; receitas totais, 76% de taxa de execução efetiva, senhor deputado! Receitas por grandes agregados, 77%. Numa altura de quebra da atividade económica, a receita fiscal é de 94%, um valor extremamente expressivo; conheço outras realidades camarárias onde isto não chega a metade.

A receita associada à atividade foi de 93%, a receita patrimonial situou-se nos 65% e as transferências de capital e correntes foram de 72%; isso é um baixo nível de execução?

É a primeira vez que, no documento da Câmara, se fala em receita estrutural e despesa estrutural. Acho que é um indicador de grande mérito porque permite aferir a solidez e a liquidez do município e de que forma as receitas estáveis fazem face às despesas correntes inadiáveis.

Este indicador, «receita estrutural/despesa estrutural» tem um *superavit* superior a 3 000 000 €. Temos uma receita estrutural de mais de 13 000 000 € e uma despesa estrutural de mais de 10 000 000 €; é superior a 3 000 000 €. A receita estrutural tem um nível de execução de 103%. A despesa total é de 69%, a despesa corrente, 89% e a despesa de capital é de 55%; está em conformidade com a receita de capital.

A senhora presidente já deu a resposta. Se há obras que não são executadas, é porque os fundos comunitários estão em contra ciclo, o orçamento de Estado teve quebras significativas

nas transferências ou a própria lei do orçamento de Estado foi alterada. Se há menos receita, é natural que a despesa acompanhe o volume da receita; esse é o único indicador em que o senhor tem razão relativamente ao baixo nível de execução.

Os grandes agregados situam-se nos 69% e as despesas com pessoal andam pelos 94%. Sabemos que há uma grande rigidez nesse tipo de despesa mas, mesmo assim, com a taxa de execução de 94%, houve uma poupança significativa de cerca de 6%.

A aquisição de bens e serviços foi de 69%, transferências totais, 81%, o que é muito significativo porque tem a ver com as transferências para as freguesias e para as instituições sem fins lucrativos, enfim, 82% de transferências totais.

Dou os parabéns a uma Câmara que, numa altura de grande contra ciclo económico e financeiro, consegue executar 82% de transferências totais ao nível da despesa.

Os subsídios correntes apresentaram 84% de execução, o serviço da dívida foi de praticamente, 98%. Despesa estrutural, 91%. Estes não são baixos indicadores de execução. O senhor deputado tem razão quando refere receitas de capital versus despesas de capital.

O deputado Nuno Melo Alves referiu que, relativamente ao passado, havia valores de orçamento sobre dimensionados para criar dimensão ou algum impacto; tudo isso foi alterado. O valor das dotações finais está aqui nos mapas. Como acabei de vos mostrar com a leitura dos números, as taxas de execução são excelentes e estão muito além do que os senhores referiram.

Tenho mais algumas questões para colocar à senhora presidente da Câmara e uma delas tem a ver com o capítulo das transferências e a quebra significativa da comparticipação do INH que tem uma execução de apenas 32% e um decréscimo 24%.

Quais são as aplicações ao nível da aquisição de habitação social? Se fosse possível, gostaria que a senhora presidente da Câmara fizesse alguma referência a essa situação porque tem impacto direto nessa importante rubrica.

Uma outra pergunta tem a ver com o reflexo do menor investimento em habitações sociais/escolas que está manifestado no documento que nos foi apresentado. De que forma, a Câmara julga poder, com os recursos disponíveis no próximo orçamento para 2012, colmatar este baixo nível de execução? Há que reconhecer que, aí, estamos com baixos níveis de execução tratando-se de investimentos prioritários para a atividade do concelho.

Gostaria de evidenciar a boa gestão em algumas despesas correntes como as que ocorreram nas comunicações, conservação de bens, encargos de cobrança de receita e outros bens e serviços com quebras significativas, um sinal de poupança, rigor e uma gestão atenta num contexto de fortes restrições financeiras.

De referir também o compromisso com os Serviços Municipalizados e com as empresas municipais, 2 700 000 € para os Serviços Municipalizados, valor perfeitamente suficiente para dar suporte e equilíbrio financeiro àquela importante empresa como se verá no relatório.

É de destacar também o apoio de cerca de 830 000 € dado às freguesias, valor significativo que a Câmara dispõe no cumprimento da lei e os financiamentos de cariz social no valor global de 1 100 000 €, bastante importante numa altura em que são visíveis e preocupantes, os sinais de degradação do nível de vida das populações.

Há aqui uma outra situação que também ninguém referiu. Sabemos que há autarquias que estão em falta com os serviços da dívida que esta Câmara cumpre religiosamente com 349 000 € para juros e 1 700 000 € para amortizações dos empréstimos.

Finalmente, o endividamento e os resultados: por força da aplicação da lei do orçamento do Estado para 2011, o endividamento municipal foi bastante reduzido, passando para um limite de 8 600 000 €, substancialmente inferior ao que existia em 2010. Mesmo assim, existe alguma capacidade disponível de 1 300 000 €. Pergunto à senhora presidente se compensa à Câmara, a utilização dessa margem para potenciar investimento produtivo e necessário ao concelho.

Existe um resultado muito significativo de 1 890 000 € substancialmente acima do de 2010, também explicado pelas transferências da participação fixa do IRS de 2011, pela diminuição das amortizações do exercício, por todo o rigor, critério e a prudente gestão que foi feita.

Sabemos que este elenco camarário só tomou posse em dezembro e há muito mérito do elenco camarário que esteve ao serviço ao longo de onze meses; não seria justo que não se evidenciasse esse aspeto; há, certamente, muito trabalho da anterior presidente de Câmara relativamente aos números que estamos aqui a discutir.

Como conclusão final, este relatório parece-me muito bem elaborado. Admito que possam ter opiniões diferentes mas, pela leitura dos números que nos foram apresentados, a atividade da Câmara é perfeitamente sustentável e os objetivos sociais do seu programa foram perfeitamente cumpridos.

É de salientar a quebra significativa nas transferências para a Culturangra, algo que ninguém referiu. Há mais de 1 000 000 € de quebra relativamente ao que tinha sido transferido em 2010.

O Relatório/Parecer do fiscal único, bem como o documento da certificação legal de contas são bem elucidativos do que acabámos de dizer sobre a natureza, o rigor e a credibilidade das contas apresentadas pela entidade camarária. Muito obrigado.

Sra. presidente da Câmara: – Começando pelas questões colocadas pelo senhor deputado Nuno Melo Alves, sobre a importância de revisão dos mapas para um Plano em baixa, se repararem, o orçamento para 2012 foi feito com valores bastante mais baixos, numa tentativa de uma maior exigência e de um orçamento mais apertado.

Se essa verba não estiver contemplada quando estes orçamentos são elaborados, são necessárias revisões posteriores, procedimentos que competem à Assembleia Municipal e não, à Câmara Municipal, o que nos faz dividir a inserção dessas atividades em 4 ou 5 sessões anuais.

Muitas vezes, de acordo com a previsão, ainda que com dúvidas sobre a sua realização, certas atividades já ficam contempladas nos orçamentos para se evitar a espera de três meses até que possam ser iniciadas. Trata-se de uma janela de oportunidades e não mais do que isso.

Não se prevê que estas quebras de transferências do IHRU sejam definitivas, tratando-se apenas de um atraso; já deviam ter sido executadas, mas têm vindo a sofrer atrasos ao longo dos tempos. Como tínhamos possibilidades de tesouraria, executámos recentemente algumas escrituras, avançando com fundos próprios, para darmos alguma liquidez às empresas locais.

Após informações obtidas numa reunião com o presidente do conselho de administração do IHRU, prevê-se que essas transferências venham a acontecer, embora com alguma

dificuldade. Não nos disseram que as transferências ficariam sem efeito, havendo apenas algumas dificuldades de tesouraria por parte deste instituto.

Quanto ao menor investimento em habitações sociais e escolas, o mesmo está relacionado com questões muito concretas. O atraso da obra da escola da Ribeirinha provocou uma redução da execução da receita que virá logo que se execute a obra e se resolva a questão da faturação. Não foi executada mas compensará este ano de 2012, assim como uma parte da escola de Santa Bárbara que avançará com fundos próprios.

O menor investimento nas habitações sociais também tem a ver com as transferências por parte do IHRU, mas apenas em termos de aquisição porque a verba é mais ou menos estática no que toca à manutenção.

Estamos com uma capacidade de endividamento na ordem dos 85%. Sobra-nos 1 300 000 €, veremos como é que ainda os podemos usar e esgotar a nossa capacidade de endividamento. Atendendo aos fundos próprios que temos para execução do orçamento previsto para este ano, não vamos acentuar esse nível de endividamento porque não temos necessidade.

Neste momento, como a autarquia tem capacidade de executar em termos de recursos humanos, conseguimos assegurar com fundos próprios, contando com o atual saldo de gerência, devido ao valor extra que obtivemos no fim do ano.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Vou usar da palavra para voltar ao que disse na minha intervenção, que é a sobre orçamentação.

Muito do que eu ia dizer já foi dito pelo doutor Nuno Melo Alves. Esta questão não tem a ver com a crise externa, regional ou nacional; isto vem deste 1997. Este «graficozinho» ranhoso que eu trouxe revela isso.

A diferença entre os orçamentos e as execuções é crónica e consistente. Infelizmente é um hábito, contar-se sempre com receitas que não vêm e anúncios que se fazem e não se executam.

Volto a dar o exemplo das dificuldades que têm os presidentes de juntas de freguesia em obterem mais transferências e verbas para fazerem obra e não as há, porque o dinheiro não está disponível. Contar com receitas irrealistas que não vêm, é uma má prática e uma atitude menos correta para com os eleitores para não utilizar termos mais fortes.

Quanto às divergências de números, na discussão do orçamento para 2012, voltámos a denunciar a sobre orçamentação. Doutor Maio peço-lhe desculpa, voltámos a ter problemas de sobre orçamentação. Espero estar errado mas, daqui a um ano, cá estaremos de novo a discutir diferenças de números.

Se os números que a senhora presidente tem, já são os da sua execução de 2012, tanto melhor. Julgo que devem ser os de 2012 porque há diferenças em relação aos de 2011.

É natural que o poder e a oposição relevem números diferentes. A bancada que apoia a Câmara tem, como função, relevar o que de bom foi feito, nós temos como função, relevar o que de melhor deveria ter sido feito.

Há aqui números incontornáveis; é incontornável a redução de execução do Plano Plurianual de Investimentos de 48% em 2010, para 34,6% em 2011. A execução das Grandes Operações do Plano baixaram de 63% em 2010 para 57% em 2011.

Doutor António Maio, eu percebo que a sua função seja importante e tenha que exercer o mandato para o qual foi eleito, defendendo a maioria, é um facto que há aqui números bons,

como destacou, mas também é um facto que há outros que são incontornáveis e eu não acredito que se sinta confortável com eles.

Vou ter que lhe pedir desculpa pela pequena ofensa que lhe vou fazer: não esperava que o senhor fosse o economista do *superavit*; não gostei do exemplo. Se há uma rúbrica pequenina em que até há um excesso, tudo bem, mas, sempre que se fala em *superavit*, a gente sente um arrepio na espinha porque esta história do *superavit* tem muito para rolar.

Está na página 48 do relatório que o prazo médio de pagamento de 2011 foi de 80,38 dias, prazo este que aumentou de 2010 para 2011. No texto é referido que se faz um esforço para se pagar a 60 dias mas o prazo médio de pagamento são 80,38 dias.

Acho que estas discussões são recorrentes e repetitivas de orçamento para orçamento, tal como repetitiva e recorrente é a orçamentação irrealista; é a sobre orçamentação!

Todos nós temos o nosso papel a desempenhar aqui e lamentamos que os senhores continuem a sentir-se confortáveis com estes números.

Sr. d. m. António Maio: – É bom que o senhor perceba o que eu disse em relação ao *superavit* que existe quando comparamos o saldo da receita com o da despesa. Se o saldo da receita ultrapassa o da despesa, há *superavit*; caso contrário, há défice. Qualquer estudante de economia no 12º ano sabe isso.

Não disse que havia *superavit* na Câmara, nem a nível de tesouraria. O que estava em causa era a análise de um indicador que, pela primeira vez, é introduzido, e muito bem, no relatório de análise das contas da Câmara e que comparava receita estrutural com despesa estrutural.

Eu disse que, somente nesse âmbito, a receita ultrapassava a despesa em 3,18 milhões €. Refiro-me à receita regular, aos recursos regulares e estáveis da Câmara que têm a ver com o fundo de equilíbrio financeiro, com o fundo social municipal, com as receitas tributárias, etc. São as receitas estruturantes, não são casuísticas e não dependem da boa vontade de quem as transfere ou não dependem de fatores não controlados pela autarquia; resultam da aplicação da lei e, como tal, têm que ser transferidas.

Por outro lado, as despesas estruturais são os gastos certos e regulares que a Câmara tem, destinados ao cumprimento das obrigações legais, como o pessoal, despesas de funcionamento, encargos da dívida, etc. Comparando uma com a outra, temos um *superavit* de 3 180 000 milhões €. Não retiro nada do que disse. Peço imensa desculpa, mas apliquei o termo bem aplicado.

Quem me conhece, sabe que tento ser rigoroso quando falo em terminologia financeira. Apliquei o termo certo e o senhor é que não esteve bem relativamente a isso. Mesmo depois de eu ter lido exhaustivamente todos os números, (o que retirou algum tempo à minha intervenção porque tinha outra preparada), o senhor insiste que há sobre orçamentação.

Eu vou explicar: o mapa que aqui está e permite ver a taxa de execução compara o nível de execução em 2011 com o valor da última dotação do orçamento final. Como sabe, o orçamento sofre várias revisões ao longo do ano, aprovadas aqui na Assembleia, e compara um indicador com o outro; está aqui explícito em cada um dos mapas.

Limitei-me a pôr os agregados das taxas de execução e depois de eu ter lido exhaustivamente, o senhor continua a dizer que há sobre orçamentação? Há uma única rúbrica onde isso existe: nas despesas de capital e receitas de capital.

Se os níveis de execução são 57% e 55%, há sobre orçamentação. Resta avaliar se a mesma foi intencional por parte da Câmara para criar impacto ou a sensação de que havia um volume de investimento em perspectiva e que, à partida, a autarquia tivesse a consciência de que não iria realizá-lo ou se, pelo contrário, o baixo nível de execução nessas rubricas (que está aqui patente porque ninguém escondeu nada), deriva de fatores exógenos, não controláveis pela Câmara e que são imediatamente imputáveis a transferências, quer do orçamento do Estado, quer de fundos comunitários.

As outras rubricas não estão sobre orçamentadas. Como é que o senhor fala em sobre orçamentação, se os níveis de execução rondam os 80% ou 90%? Verifique os números do relatório e conclua.

A única rubrica onde há sobre orçamentação tem a ver com as receitas e despesas de capital devido ao baixo nível de execução que já está bem explícito no relatório e foi bem explicado pela senhora presidente da Câmara; e que, tanto quanto sei, deriva de fluxos de transferências de fundos comunitários e do orçamento de Estado que ficaram aquém do previsto.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Na esteira da intervenção do doutor António Maio, gostaria de evidenciar que as despesas de capital é que refletem o investimento no lançamento de coisas novas ou na recuperação de outras como as calçadas ou outras grandes intervenções da Câmara. Parece-me ser esse o aspeto mais relevante do ponto de vista da componente política da atividade porque é essa que estamos a avaliar.

Estas contas são certificadas por ROC, portanto não estamos aqui a duvidar da sua veracidade em termos fiscais, contabilísticos ou legais. Não é isso que está em causa e nem é para isso que serve este organismo; há outros próprios para analisarem estes aspetos.

Estamos a fazer uma análise estritamente política que tem a ver com os investimentos, as tais despesas de capital que a Câmara se propôs fazer e não fez, daí o alerta que fiz na minha primeira intervenção.

Reconhecemos que existem fatores exógenos e a senhora presidente da Câmara já teve oportunidade de o reconhecer e lembrar que o orçamento proposto para 2012 já tem em conta estas condicionantes.

Não há aqui o efeito bolha que o Michael Jackson tinha há uns anos. A Câmara não vive numa redoma; vive sujeita a estas coisas e consegue ter algum grau de previsão nestas suas propostas de orçamento e planos de investimento.

Acho que também é importante não esquecer que existem limitações ou valores máximos de algumas destas receitas, nomeadamente as que têm a ver com custos estruturais e que este aparente *superavit* devia ser contemplado, tendo em conta o diferencial de capital que tem que haver a mais para que esses limites legais não sejam infringidos.

Sem pôr em causa esse valor de *superavit*, sendo em sentido restrito e correto, talvez deva ser ponderado com outros aspetos da legalidade. É evidente que há aspetos que melhoraram e veremos isso na análise do ponto seguinte referente às contas dos Serviços Municipalizados. Há coisas que têm outro tipo de taxa de execução e que neste ano tiveram um reflexo diferente.

No cômputo global, continuamos a considerar que houve irrealismo na orçamentação de 2011 que não aprovámos. Fomos alertando para esse risco ao longo da execução do ano passado com a informação que a anterior presidente da Câmara ia apresentando aqui com a sua equipa

de vereação, risco esse que está plasmado nestes documentos, para os quais não temos sentido de voto favorável, por essa razão.

Sra. presidente da Câmara: – Queria deixar mais uma abordagem importante a respeito da apreciação destes documentos, estranhando que não tenha sido abordada. Qualquer gasto que é feito numa autarquia, principalmente no que se refere à componente da despesa, carece de um procedimento de cabimento.

Ora, se estamos a avaliar apenas taxas de execução da despesa, estamos a avaliar unicamente o que já foi pago e não, o que foi cabimentado. Sob pena de nos últimos dois ou três meses do ano a Câmara estagnar, temos que apreciar também aquele montante que está cabimentado e que tem que estar previsto em orçamento mas que não é executado até ao final do ano.

Quando avaliamos a despesa, verificamos que há uma execução de 18 124 000 € mas os cabimentos são na ordem dos 22 853 000 €, ou seja, é uma despesa que se prevê executar, se calhar, até 1 de janeiro do ano seguinte mas que, por força da legislação, tem que ser cabimentada no decorrer do ano anterior, pesando no orçamento como não executada em termos financeiros porque não foi paga, mas foi cabimentada. O procedimento está em andamento e a despesa tem que constar do orçamento do próprio ano, mesmo que venha a ser executada no orçamento do ano seguinte.

Se avaliarmos a questão dos cabimentos, a taxa de execução sobe drasticamente. Se avaliarmos apenas o que está pago, pode induzir em erro que é o que me parece que está a acontecer.

Se avaliarmos unicamente o que foi pago, e não o que está cabimentado, não ficamos com a noção de todo o trabalho que está a ser desenvolvido pela autarquia. Neste caso específico, temos cabimentos na ordem dos 22 000 000 €.

Há cerca de 4 000 000 € que estão em desenvolvimento e serão provavelmente cabimentados nos últimos 2, 3 ou 4 meses do ano. A verba está comprometida, parte dela, provavelmente associada a obras em que o empreiteiro teve dificuldades, não se encontra plasmada no que já foi pago, mas todo o processo está em andamento.

Sra. d. m. Carla Bretão: – Senhor presidente, Exma. Câmara, caros colegas. Vou fazer mais uma abordagem sobre a análise dos documentos que temos sobre a mesa.

O meu colega, senhor deputado Luís Rendeiro, fez a análise que o grupo municipal do PSD tem feito ao longo de muitos anos, ou seja, recorrentemente, a Câmara Municipal de Angra tem apresentado taxas de execução muito baixas relativamente aos investimentos a que se propõe.

O grupo municipal do PS, na pessoa do senhor deputado António Maio, limitou-se a fazer uma análise da gestão corrente da Câmara, que não condeno. Achou que talvez seria o mais importante e salientou as taxas de execução a esse nível mas, para nós, tal como já foi aqui referido, o importante é apercebermo-nos da capacidade que a Câmara Municipal de Angra tem tido ao longo de todos estes anos, para executar os investimentos a que se propõe, como motor de desenvolvimento deste concelho, porque é para isso que ela serve como qualquer outra Câmara em todo o país.

A Câmara deve servir de motor de desenvolvimento do seu concelho, para que as empresas desse concelho lhe possam seguir o exemplo; há muitos anos que isto não é feito e não tem a ver com a situação atual. É recorrente!

As análises de prestação de contas que o grupo municipal do PSD tem feito nos últimos anos são sempre iguais; até nos tornámos repetitivos. As taxas de execução são baixas e há sempre uma sobre orçamentação e uma tentativa de fazer ou de anunciar; parece mais de anunciar do que fazer. Basta analisarmos as notícias que aparecem na comunicação social aquando da apresentação do orçamento; aparecem sempre uns valores muito interessantes e muito animadores, quer para a população, quer para as empresas do concelho.

No final das contas, vemos que é sempre uma mão cheia de nada e é essa situação que nós tentamos relevar para que possa ser corrigida. Todos os anos tentamos alertar para que isso não volte a acontecer e todos os anos acontece o mesmo.

A minha intervenção vem apenas no sentido de reforçar o que o senhor deputado Luís Rendeiro disse e alertar a Câmara Municipal que não se pode limitar a uma gestão corrente, receber receitas correntes e fazer pagamentos correntes; essa é uma das suas funções e mal estaríamos se o não fizesse.

A Câmara Municipal de Angra tem que voltar a ser o motor de desenvolvimento deste concelho, se é que alguma vez o foi nesta gestão socialista.

É verdade que os empresários estão com dificuldades, fruto da conjuntura; a Câmara também terá as suas dificuldades, fruto da conjuntura. Mas o problema é que a crise na Câmara Municipal de Angra já se instalou há muitos anos; não é de agora nem tem a ver com a situação nacional ou internacional.

Postos à votação, os **documentos de prestação de contas da Câmara Municipal relativos ao ano de 2011, constantes do Ponto 1.2, foram aprovados por maioria** com 20 votos a favor, (15 do Partido Socialista, 4 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente) e 8 votos contra, (6 do Partido Social Democrata e 2 do CDS-PP).

1.3 - Prestação de Contas referentes ao exercício de 2011, dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para apreciação e votação, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, apresentando os seguintes resultados:

- Demonstração dos Resultados do Exercício:

- **Custos e Perdas:** 8 142 605,47 € (oito milhões, cento e quarenta e dois mil, seiscentos e cinco euros e quarenta e sete cêntimos).
- **Proveitos e Ganhos:** 8 235 301,82 € (oito milhões, duzentos e trinta e cinco mil, trezentos e um euros e oitenta e dois cêntimos).
- **Resultado Líquido do Exercício:** 92 696,35 € (noventa e dois mil, seiscentos e noventa e seis euros e trinta e cinco cêntimos).

- Fluxos Financeiros:

- **Saldo inicial:** 184 703,08 € (cento e oitenta e quatro mil, setecentos e três euros e oito cêntimos).
- **Receitas Arrecadadas:** 9 141 264,78 € (nove milhões, cento e quarenta e um mil, duzentos e sessenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos).

- **Despesas Efetuadas:** 8 661 253,17 € (oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e três euros e dezassete cêntimos).
- **Saldo Final:** 664 714,69 € (seiscentos e sessenta e quatro mil, setecentos e catorze euros e sessenta e nove cêntimos).

Os Serviços Municipalizados propõem, de acordo com o disposto no ponto 2.7.3 do POCAL, que o resultado líquido do exercício de 2011, no valor de € 92 696,35 (noventa e dois mil, seiscentos e noventa e seis euros e trinta e cinco cêntimos) seja transferido para reforço do património na sua totalidade, considerando que o valor contabilístico da conta 51 “património” é inferior a 20% do ativo líquido.

Mais informam que os Documentos de Prestação de Contas serão remetidos ao Tribunal de Contas, nos termos do n.º 4 das considerações técnicas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, alterado pela Leis n.ºs 60-A/2005, de 30 de dezembro, 162/99, de 14 de setembro e pelos Decretos-Leis n.ºs 84-A/2002, de 5 de abril e 315/2000, de 2 de dezembro. – Aprovado, por maioria, com 18 votos a favor, sendo 14 do Partido Socialista, 3 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente e 7 abstenções, sendo 5 do Partido Social Democrata e 2 do CDS-PP.

Sr. vereador José Hélio Ventura: – Farei uma apresentação rápida do relatório e contas do ano 2011 dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo.

No que se refere à sua estrutura organizacional, os SMAH funcionam com 6 chefias de divisão e 1 diretor delegado. Encontram-se 5 chefias de divisão preenchidas. O quadro dos recursos humanos conta com 186 colaboradores, menos 9 colaboradores do que em 2008 e menos 13 do que em 2010.

No que toca aos recursos humanos, o nível médio etário situa-se nos 44 anos e as mulheres representam cerca de 13,5% do total dos colaboradores ou funcionários.

Não creio que o enquadramento derivado do programa da ciência económica e financeira a Portugal, que também estava aliado a um agravamento das condições de crédito e do mercado de financiamento, tenha influenciado sobremaneira as contas de 2011 dos Serviços Municipalizados.

Quanto à sua atividade comercial, o número de contratos com o abastecimento de água e drenagem de águas residuais atingiu em 2011, os 16 742, aumentando pelo quarto ano consecutivo. Cerca de 80% desses contratos destinam-se ao uso doméstico e faturaram-se mais 75 000 € em relação a 2010 com um total de 3 358 000 m³ de água fornecidos.

São 7 125, os contratos relativos aos utilizadores da rede pública de drenagem de águas residuais, com um ligeiro aumento relativamente ao ano anterior.

Quanto à execução da receita, relativamente às receitas correntes, estavam orçamentados 6 500 000 € e foram liquidados 6 560 000 €, significando um grau de execução de 100,6%.

No que toca às receitas de capital, estavam orçamentados 2 200 000 € e foram liquidados 2 700 000 €, o que representa um grau de execução de 126,8%.

A receita total orçamentada era de 8,7%, foram liquidados 9 300 000 €, o que representa um grau de execução de 107%.

As receitas correntes estão naturalmente em linha com o que aconteceu nos últimos 4 anos, o mesmo não sucedendo com as receitas de capital, visto que estas aumentaram de forma bastante significativa.

Quanto ao grau das receitas de capital, já aqui analisadas, no que se refere às contas da Câmara, a sua execução fora de 9% em 2008, 11% em 2009, 50% em 2010 e, como já referi, atingiu os 126% em 2011.

Esta boa execução da receita ficou a dever-se, por um lado, a uma boa execução dos investimento e, por outro, a pedidos de pagamento cuja execução e reembolso transitaram de 2010 para 2011.

As despesas correntes estavam orçamentadas em 5 900 000 € e foram executados 5 600 000 €, equivalendo a 95% de execução. Nas despesas de capital foram orçamentados 2 700 000 € e executados 2 000 000 €, resultando num grau de execução de 71%.

O orçamentado da despesa total era de 8 700 000 € e o executado era de 7 600 000 €, representando um grau de execução da despesa de 88%.

As despesas correntes estão mais uma vez em linha com o que se verificou em anos anteriores. Quanto à despesa de capital, não só se tratou do melhor dos últimos quatro anos, como também é de salientar que o grau de execução foi de 29% em 2008, 30% em 2009, 64% em 2010 e 88% em 2011.

As demonstrações financeiras e os resultados estão de certa forma influenciados pela transferência de responsabilidades para o aterro sanitário intermunicipal da ilha Terceira que ficou a cargo da TERAMB, algo que analisaremos mais à frente. Deste modo, a análise da demonstração dos resultados aponta para um acréscimo dos proveitos de 0,71% e dos custos de 7,11%.

Assim, o total de proveitos ficou nos 8 200 000 € e o total de custos situou-se nos 8 100 000 €, obtendo-se um resultado líquido de 92 696,35 € que se propõe que sejam transferidos na sua totalidade para o reforço do património.

Há ainda aqui vários indicadores, designadamente, os resultados operacionais e os proveitos financeiros que foram negativos por terem sido transferidos encargos de uns empréstimos para os Serviços Municipalizados e os encargos com juros.

As receitas provenientes do serviço da água atingem cerca de 60% do total da faturação. Verificou-se um acréscimo da receita proveniente da venda dessa mesma água em cerca de 51 000 €. Este ano faturaram-se 2 900 000 € equivalentes à venda de 3 300 000 m³ de água.

A receita associada à tarifa da disponibilidade situou-se nos 665 000 €, aumentando pelo quinto ano consecutivo.

A receita de saneamento foi de 1 400 000 €, tendo aumentado 1,48% assim como o número de utilizadores do saneamento básico que também aumentou ligeiramente dos 7 000 para os 7 125.

Aumentaram os custos com as amortizações pela razão que expliquei anteriormente e que têm a ver com os empréstimos da Câmara Municipal para os Serviços Municipalizados.

Aumentaram também os encargos com a eletricidade resultando de encargos acrescidos com a ETAR e com o funcionamento dos novos furos e registou-se um aumento nos custos com os combustíveis pelas razões que todos conhecem.

Registou-se uma diminuição substancial de 223 000 € nos custos com as rendas e alugueres e houve também uma diminuição dos custos com a vigilância relacionados com a transferência de responsabilidades para a TERAMB.

Os encargos com a reparação e conservação de viaturas registaram uma diminuição de cerca de 19,5% em relação a 2010, ano em que os encargos com esta ação eram de 522 000 €, passando para 421 000 € em 2011, menos cerca de 100 000 €.

Os custos com pessoal diminuíram 145 000 € ficando nos 3 100 000 €, uma redução de 4,7% que tem a ver com a explicação que dei inicialmente em relação à redução do número de colaboradores, resultando também das alterações do ponto de vista remuneratório decorridas das leis do orçamento de Estado.

No que se refere às demonstrações de resultados por funções da área das águas, saneamento e resíduos sólidos, apresentamos os seguintes resultados: em 2011 as águas apresentaram um resultado positivo de 1 200 000 €, o saneamento apresentou um resultado negativo, embora praticamente equilibrado, de cerca de 340 000 € e a área dos resíduos tem um resultado negativo de 2 500 000 €.

O agravamento que se verifica no caso do saneamento e a diminuição do resultado positivo no caso das águas ficou a dever-se às amortizações que foram transferidas por via dos empréstimos e o caso particular dos resíduos derivou de algumas amortizações e dos custos associados à deposição desses mesmos resíduos em aterro.

Em 2011 o custo unitário da água situou-se nos 0,73 € por m³, aumentando cerca de 17% pelas razões que expliquei anteriormente.

Na área dos resíduos, o custo médio situou-se nos 0,22 € por kg devendo-se essencialmente ao facto de se ter produzido uma quantidade considerável de resíduos a menos, passando das 20 000 para as 16 000 toneladas em 2011.

Ao nível do saneamento, o custo situou-se nos 0,91 € por m³, aumentando relativamente ao ano transato devido a dois aspetos ligados essencialmente aos encargos com a energia elétrica e à amortização com os empréstimos.

Em 2011, o prazo médio de pagamentos rondou os 70 dias e os recebimentos processaram-se numa média de 79 dias. Verificou-se uma redução acentuada do número de dias do prazo médio de pagamento pelo quarto ano consecutivo. O prazo médio dos recebimentos aumentou ligeiramente.

Sr. presidente da Mesa: – Vamos almoçar. Retomaremos os trabalhos às 14H30M.

Após o intervalo para almoço, os trabalhos foram retomados às 14H42M.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Quanto ao tema que está em apreço e que vem na sequência do ponto anterior, acho que a intervenção do senhor presidente dos Serviços Municipalizados acaba por vir de encontro às dúvidas que as bancadas da oposição tinham em relação às contas da Câmara porque os valores são diferentes em relação aos níveis de execução dos Serviços Municipalizados e não houve aqui nenhum tipo de influência da conjuntura internacional; houve sim, uma maneira diferente de atuar, com outros resultados e outras execuções. Não temos muito mais a acrescentar e o nosso sentido de voto será diferente do manifestado no ponto anterior.

Gostaria de relevar o facto de haver níveis de execução diferentes e do cumprimento do orçamentado, ser também diferente do que foi discutido no ponto anterior.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Veio a confirmar-se o que era defendido pelo anterior presidente do conselho de administração dos Serviços Municipalizados, em que, no final do ano, as taxas de execução subiam muito devido à conclusão de alguns processos no último semestre.

Às vezes, as más-línguas dizem que o CDS, na Assembleia Municipal e na Câmara, persegue determinadas pessoas, o que não é verdade, de tal maneira que, 11 dos 12 meses de execução deste relatório de contas têm a ver com o anterior executivo. Não vamos votar contra; fica este registo para dissipar algumas dúvidas dessa natureza. A execução foi elevada, um pouco acima dos 70%, aproximando-se de níveis mais consentâneos.

Não é um relatório que mereça a nossa aprovação, na medida em que não existem aqui medidas que achamos que deviam estar e coisas que foram comprometidas não foram executadas e não estão ainda nas alterações do Plano Plurianual que veremos mais à frente.

Os resultados desta execução já justificam uma maior abertura em relação à votação e as informações estão muito mais completas do que as anteriores, embora o relatório anterior já tivesse sido elogiado por estar organizado de maneira diferente.

Este relatório e o da Câmara estão mais próximos em termos de organização, o que é bom, porque favorecem a análise dos documentos e a divulgação da informação.

Quando as coisas estão bem, também é importante dizê-lo. São dois modelos mais interessantes do que os anteriores. O anterior modelo dos Serviços Municipalizados já era bastante interessante e ficou agora mais completo com mais informações, o que nos parece de realçar.

Não se registando mais intervenções e postos à votação, **os documentos de Prestação de Contas dos SMAH, constantes do Ponto 1.3 foram aprovados por maioria**, com 18 votos a favor, (14 do Partido Socialista, 3 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente) e 7 abstenções, (5 do Partido Social Democrata e 2 do CDS-PP).

1.4 - Relatório de Gestão de Contas e prestação de Contas 2011, da Empresa Municipal CULTURANGRA, para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sra. presidente da Câmara: – A Culturangra é uma empresa municipal detida a 100% pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Acumula 3 grandes áreas nas suas funções principais por delegação de competências da Câmara Municipal: cultura, desporto e zonas balneares.

Em termos culturais foram desenvolvidas atividades, praticamente todos os dias do ano, que vão do cinema e teatro à música e dança, passando por exposições, semanas temáticas, gastronomia, entre muitos outros.

A sua programação respeita um figurino que é mais ou menos fixo e contempla festivais, encontros, festividades diversas, temperadas consoante a sua habitual sazonalidade. A título de exemplo, pode referenciar-se a temporada de teatro em março, o encontro de coros em maio ou as Sanjoaninas em junho.

No que respeita ao desporto, (que açambarca o conceito de saúde e também os tempos livres), são também variadíssimas, as atividades realizadas ao longo do ano.

Financeiramente, com maior relevo, assumem muita importância os aspetos relacionados com a manutenção de infraestruturas, já que a esta entidade compete a gestão e manutenção do pavilhão municipal, dos campos de ténis, do campo municipal e do pavilhão Luís Bretão.

Para além destas funções, compete ainda à Culturangra, na sua competência desportiva, acompanhar as associações desportivas, prestar apoio à Câmara na atribuição de apoios ao desporto, promover atividades associadas ao desporto saudável, entre outros aspetos.

Compete ainda à empresa municipal, a gestão das zonas de banho e zonas balneares, o que engloba as candidaturas à bandeira azul, a limpeza dos espaços, a preparação das zonas para a época balnear e o desenvolvimento de atividades de carácter ambiental.

Das atividades referidas, a cultura é a que representa maior receita, não apresentando autonomia financeira.

O desporto é claramente deficitário, já que as infraestruturas são onerosas em termos de manutenção, mas a sua utilização é gratuita para as equipas, havendo participação da Direção Regional do Desporto para uso do espaço, o que se revela claramente insuficiente para fazer face a todas as despesas associadas.

As zonas balneares representam apenas custos já que não há qualquer contrapartida financeira pelos seus utilizadores.

Em 2011, os gastos totalizaram 2 451 786,87 € o que, comparativamente a 2010, que já foi um ano de excessiva contenção, representa menos 12,79%, ou seja, 359 465,61 €.

Apreciando a sua distribuição, percebe-se que a maior relevância está nos fornecimentos e serviços externos com 58% e, dentro destes, nos subcontratos. Esta situação está fortemente relacionada com as Sanjoaninas que assumem um peso muito relevante no panorama da empresa municipal. Mesmo assim, verifica-se uma redução de custos associada à transferência para a Tertúlia Tauromáquica Terceirense referente à organização da Feira de S. João.

A outra variante a assumir um volume de relevo nos custos é a conta pessoal com um peso de 33% no resultado final, ou seja, 810 505,75 €.

Comparativamente a 2010, há também aqui uma redução que tem a ver com o número de funcionários e com o contrato de cooperação assinado com o regimento que se traduziu numa redução significativa dos custos com nadadores salvadores.

Já no lado dos rendimentos, verifica-se um saldo final de 2 461 004,69 €, o que corresponde a menos 23,55% do que em 2010. Esta situação tornou-se extremamente penalizadora para a empresa municipal, ainda mais, quando se percebe que, neste valor, está já englobado o valor previsto da cobertura de prejuízos relativos às contas do ano, ou seja, excetuando este valor, as transferências reduzem-se a 2 001 300,24 €.

Esmiuçando os resultados, verifica-se que a grande origem da receita está nos subsídios à exploração com 1 726 850,45 €. Excetuando este valor, nas receitas, sobram 394 573 € em outros rendimentos e ganhos e 339 415 € em vendas e serviços prestados.

Cruzando os dados, antes e depois de impostos, verifica-se que há um resultado líquido do exercício de 0.

Torna-se imperativo esclarecer que este não é o resultado exclusivo do trabalho desenvolvido na Culturangra mas sim, acrescido do montante que, no entendimento do atual ROC, em

conformidade com o disposto no regime jurídico do setor empresarial local deverá ser coberto por conta do próprio ano.

Para percebermos melhor o comportamento da empresa, há que conhecer que a Câmara de Angra terá que transferir o montante de 459 704,45 € relativos a 2011; assim se atinge o resultado líquido de 0, do exercício descrito no relatório.

Em resumo, a Culturangra apresenta a execução da despesa mais baixa de sempre com mais de 300 000 € de economia em relação a 2010, ano já, de grande contenção. Apresenta uma receita com uma quebra de 23,55% também em relação ao ano anterior que, por sua vez, já tinha tido uma queda, talvez grande demais, sendo que, por transferências da autarquia, em 2011 reduziu-se cerca de 1 200 000 €, perto de 1/3 do valor da transferência.

A empresa não consegue apresentar valores da despesa mais baixos porque o resultado do exercício se deve apenas à falta de transferência pela Câmara, situação já reposta no orçamento de 2012.

Considera-se que a Culturangra no modelo atual não conseguirá reduzir mais as suas despesas sob pena de o próximo passo ser a estagnação completa por não haver investimento devido à falta de financiamento por parte da proprietária dos bens.

Para desempenhar as suas funções, a empresa tem ao seu serviço 49 funcionários sendo que, 18 são requisitados da autarquia e 39 contratados pela própria empresa. A estes, acrescem 18 nadadores salvadores que são contratados anualmente para serviço sazonal, ainda que, em 2011, parte destes tenham vindo por contrato de colaboração com o Regimento.

Os 49 colaboradores dividem-se organicamente por dinamização cultural com 12, comunicação, marketing e informática com 2, administrativo e financeiro com 6 e desporto, ambiente e logística com 24 funcionários.

No que respeita à dinamização cultural, estão 4 pessoas afetas aos equipamentos, 3 ligadas à programação e eventos, 1 à animação cultural e 1 técnico de luz e som.

Na área administrativa e financeira, 2 assumem a área administrativa e o secretariado, 2 assumem a contabilidade, tesouraria e património, 1 tem a seu cargo a contratação pública e candidaturas e 1 é motorista.

Em relação ao desporto, ambiente e logística, estão 8 pessoas afetas ao pavilhão multiusos em trabalho por turnos, 4 afetos ao pavilhão municipal também em turnos, 4 ligados às zonas balneares e logística, 3 responsáveis pela programação, eventos e Sanjoaninas, 2 afetos ao jardim dos Côrte-Real, 1 nos transportes, 1 no campo municipal e 1 no campo de ténis.

Para finalizar, saliento o grande esforço realizado pela empresa municipal para conter a despesa que, mesmo com a falta de transferências da autarquia resultantes de uma redução de mais de 30% de 2010 para 2011, conseguiu minimizar os já ótimos resultados de 2010 ao nível da contenção orçamental.

A título de curiosidade gostaria ainda de esclarecer que, no ano 2011, as festas Sanjoaninas conseguiram superar a sua despesa, apresentando um resultado líquido positivo de 1 900,39 €.

Apesar de não haver uma obrigação, este documento vem apenas para conhecimento da Assembleia Municipal porque existe também um documento de consolidação de contas, no qual esta empresa está também englobada.

Estou disponível para qualquer esclarecimento adicional. Muito obrigada.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Queria começar por salientar o facto de estes documentos terem vindo para conhecimento da Assembleia Municipal. Corrijam-me se estiver enganado, mas julgo que é a primeira vez que isso acontece. Gostaria de salientar este gesto de transparência com a divulgação dos documentos das empresas municipais.

Reconhece-se o esforço de redução de custos com a Culturangra, que não é alheio à diferente composição da vereação camarária em relação ao que era comum nos mandatos anteriores e também ao facto de haver uma diferente proporção entre vereadores do poder e da oposição.

Esse esforço tem sido grande mas a Culturangra volta a apresentar um prejuízo de cerca de meio milhão de euros. Se, por um lado, em questões de contas da Câmara, houve situações em que denunciámos a sobre orçamentação, neste caso temos um excesso de despesa, uma suborçamentação, uma derrapagem ou um buraco, como lhe queiram chamar.

É preciso saber muito bem o que se pretende ao certo que a Culturangra faça porque não pode caber lá tudo. Se, em anos anteriores, houve problemas ainda maiores do que este com as contas da empresa municipal, é porque não se acautelou devidamente o seu âmbito de ação e o que se queria pôr lá dentro.

Há outra questão que nos preocupa: é importante que haja esforços para que as contas se mantenham saldadas, caso contrário, pela legislação nacional que aí vem, serão dadas indicações para a extinção obrigatória de todas as empresas municipais que apresentem prejuízo durante vários anos consecutivos.

Independentemente da discussão acerca da utilidade deste modelo de empresas municipais, dos serviços que prestam, das questões políticas e se deve ou não, ser a Câmara a assegurar os serviços, é importante acautelar estas questões financeiras e orçamentar corretamente.

Eventualmente teremos que lidar com um caso complicado que não temos discutido propositadamente nesta Assembleia Municipal porque a questão é pertinente. Se vier uma legislação que obrigue ao encerramento das despesas municipais que apresentem resultados negativos crónicos, a Culturangra tem funcionários que verão perigados os seus postos de trabalho.

As bancadas da oposição criticam as sucessivas derrapagens da Culturangra e os montantes que para lá são transferidos todos os anos, a adequação do número de funcionários às tarefas necessárias, etc., mas acho que está a chegar a altura em que os executivos terão que avaliar muito bem as suas empresas municipais e a sua orçamentação e execução. Se não houver este rigor, terão que ser extintas por lei.

Sr. d. m. António Maio: – Essa é uma das matérias em que a atual presidente da Câmara está de parabéns porque tem a ver diretamente com o orçamento da Culturangra. Muito me agradou a forma como as coisas foram apresentadas e como tudo foi dito.

A senhora presidente referiu um aspeto linear, trivial, *de la palisse*: se a Câmara Municipal, que é a proprietária da empresa, não transferir as verbas necessárias para suportar as áreas da cultura, desporto e lazer, a Culturangra, só por si, não tem receitas próprias para suportar a sua atividade.

Para além da contenção que foi aqui referida exaustivamente, agrada-me imenso ver os valores aqui referenciados. Se não forem feitas as transferências necessárias por parte da Câmara, no final haverá um défice de quatrocentos ou quinhentos mil e a Câmara terá que transferir o que for necessário para colocar o resultado a 0.

Há aqui um outro aspeto que os senhores deputados não referem. É importante que os bons exemplos perdurem; este deve deixar história para desempenhos futuros e tem a ver com a contenção de gastos na área da cultura.

Já foi aqui debatida exaustivamente a situação das Sanjoaninas. Folgo em saber que as contas de 2011 foram equilibradas porque todos temos uma vaga ideia dos défices anteriores.

A grande conclusão que se retira de tudo isto, é que é possível fazer-se cultura, desporto, lazer e gerir zonas balneares com suporte financeiro. Não se deve criar o mito de que a cultura é deficitária; ela deve existir e nós vivemos num concelho com enormes tradições nesse âmbito, que devemos manter e incrementar. Temos uma grande riqueza cultural que deve ser mantida com suporte financeiro e sustentabilidade.

A doutora Sofia deu-nos um grande exemplo com a brilhante gestão que desempenhou na Culturangra. Espero que este exemplo perdure para o futuro, não apenas no que diz respeito àquela empresa, mas também à própria Câmara que, atempadamente, deverá transferir as verbas necessárias para a sua empresa municipal.

Sra. presidente da Câmara: – Gostaria de voltar a referir que, «suborçamentação» ou «buraco» não são exatamente sinónimos. Vou dar-vos um exemplo do que se passa comigo: tenho a minha despesa mensal definida e se a Câmara decidir que vai cortar 1/3 do meu salário, terei sérias dificuldades em fazer face às minhas obrigações; foi isso que se passou com a Culturangra.

Poderá perguntar-se: porque é que não foi devidamente orçamentado e acautelado? Esta situação foi prevista e orçamentada em reunião de Câmara pelo anterior executivo e todos reconheceram que as verbas eram insuficientes, mas que se iria fazer um estudo através de uma entidade independente para apurar as verdadeiras necessidades da empresa.

Infelizmente, esse estudo chegou apenas no final do ano; na altura, dei conta dos seus resultados e que seriam necessários mais 767 000 €. Constatou-se que a empresa viveu abaixo das suas necessidades, não atingindo esses 767 000 €, ficando-se pelos 459 000 €, resultando em prejuízo para as suas atividades.

Há pouco, fui questionada em relação à embaixada da China. Desenvolveram-se «N» parcerias para que se conseguissem realizar atividades de forma gratuita ou a baixo custo e houve a necessidade de alguns investimentos que não foram efetuados devido à falta dessas verbas, que foram agora cobertas. Se tivessem sido transferidas anteriormente, o resultado não teria sido este. Seja de que forma for, as contas são transparentes e mostram o esforço de contenção que foi realizado.

Em relação à questão da nova lei do setor empresarial local, há aspetos muito importantes em termos de contenção porque, se a empresa apresentar três anos de resultados líquidos negativos, fica condenada à sua extinção.

O estudo que está a ser realizado sobre a empresa municipal não visa unicamente o lucro, mas também a importância dessa empresa para a Câmara Municipal. Quando vamos analisar números a seco, avaliamos o custo destas atividades, enquanto Câmara Municipal e vamos atingir valores na ordem dos quatro ou cinco milhões. Se analisarmos o orçamento da Culturangra deste ano, verificamos que reduzimos para pouco mais de dois milhões. A empresa municipal parece-nos benéfica.

Um outro aspeto referenciado na nova lei tem a ver com a transferência dos subsídios à exploração, da autarquia para as empresas municipais que, quando representam mais de 50%

das suas próprias receitas, a empresa fica condenada à extinção. Não se trata apenas do resultado líquido negativo mas também com o financiamento que é assegurado pela autarquia.

Tudo isto não significa que as atividades deixem de ser feitas; são as regras que mudam. A autarquia passa a desempenhar as suas próprias funções em termos de cultura e lazer, ou seja, aquelas atividades que não são rentáveis. Caso se mantenha a empresa municipal, teria que haver uma solução milagrosa que fizesse com que as zonas balneares passassem a ser 50% autónomas, algo que não é viável no nosso contexto.

Como foi falado na última reunião, devemos analisar em que moldes a empresa municipal deverá existir, caso seja uma mais-valia para a Câmara porque a revisão da legislação reduzirá as empresas municipais para uma percentagem muito inferior à atual.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Começo por felicitar esta abertura à análise da atividade do concelho e a forma que ela é concretizada sem preconceitos ou o receio de se agarrar a uma fórmula ou modelo que pode não resultar.

Já o disse noutras sessões da Assembleia Municipal e volto a frisar: qualquer intervenção a nível público tem um fundamento e motivação essencialmente políticos, a sua posterior concretização pode ser mais ou menos racional, com melhor ou pior gestão e os instrumentos de gestão não são um fim, mas sim, um meio. A CULTURANGRA, a TERAMB e a organização dos Serviços Municipalizados ou de qualquer outro departamento interno da Câmara enquadram-se no modelo dos meios.

As taxas da disponibilidade da água, uma invenção a que todos os serviços municipalizados do país recorreram quando foram proibidos de alugar contadores, acabam por ser nefastas para os consumidores, do ponto de vista do valor ou do objetivo político da criação de um serviço municipalizado injustificável, uma questão que é diferente do ponto de vista de gestão com a necessidade de se separar as duas coisas, da mesma maneira que, se calhar, é injustificável pensar-se em cobrar entrada nas zonas balneares.

Em termos de gestão, essa medida poderia ser racional mas, do ponto de vista político com um «P» maiúsculo, no sentido dos objetivos da intervenção pública e organizada enquanto mecanismo do Estado e promoção do bem-estar dos cidadãos, não faz qualquer sentido.

Independentemente destas considerações mais teóricas e uma vez definidos os objetivos políticos, é óbvio que o mecanismo, o meio, o processo e a ferramenta devem ser adequados às necessidades.

Ao longo do ano passado e, talvez há seis meses, a última vez que discutimos aqui a questão da Culturangra mediante o relatório preliminar, lembrámos que o CDS-PP tinha sugerido aqui e na Câmara para que, certas competências, que neste momento estão no âmbito da empresa municipal, transitassem para os Serviços Municipalizados ou outras áreas de intervenção.

Ainda bem que isso está em cima da mesa devido às preocupações assumidas pelo PSD e pela Câmara em termos da salvaguarda de tudo o que está implícito numa empresa municipal a respeito dos postos de trabalho. Todos temos que prestar contas do uso de dinheiros públicos numa altura de crise e de dificuldades económicas.

Há dois aspetos que nos agradam bastante: por um lado, a abertura e por outro, o facto de, não sendo obrigada a fazê-lo, a Câmara nos ter fornecido estes elementos, permitindo a sua discussão e análise completa por parte da Assembleia Municipal.

Estamos também satisfeitos pela reavaliação da distribuição das competências, dos meios e das formas de concretizar os atos políticos de uma Câmara. É uma situação que muito nos agrada porque anteriormente se entendia que, para que as empresas estivessem equilibradas, se deviam aumentar as taxas aos utentes.

A razão de ser de um serviço público passa por não haver necessidade de cobrar o seu total custo aos utentes porque, para isso, não necessitaríamos de serviços públicos. Não precisaríamos de uma Câmara, de uns serviços municipalizados ou de uma Culturangra; faríamos uma concessão de toda a área estatal. Se precisamos é porque existem vantagens em termos de organização, para que cada casa não seja obrigada a ter o seu tanque de água ou poço sumidouro para as águas e esgotos ou cada um não seja obrigado a organizar o seu evento cultural.

Estas são as vantagens que podem ser retiradas da ferramenta; a partir do momento em que ela não serve, tem que ser repensada e mudada, salvaguardando o que for necessário.

Deixo aqui expressa a nossa abertura às propostas sobre esta ferramenta em concreto e a outras do município e a nossa satisfação por não se optar pela lógica anterior em subjugar objetivos políticos e métodos de gestão que nos parecem um erro e uma inversão total dos valores, da génese e da funcionalidade do Estado, enquanto administração local.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Queria-me congratular pela presença da senhora presidente da Câmara à frente da Culturangra e pela obtenção desses excelentes resultados, que a fizeram perder muitas horas obrigando-a a muitos esforços.

É gratificante vermos que o nosso esforço foi compensado com a apresentação de resultados, uma prova evidente de que não são necessárias «Associações Culturais Angrenses». Quando as coisas são transparentes e bem geridas, os resultados aparecem. A prova disso foi o lucro das últimas festas Sanjoaninas quando, anteriormente, geravam prejuízos enormes e ninguém sabia das contas nem por onde andava o dinheiro.

Apesar das restrições financeiras, é sempre possível fazer-se algo de bom nas Sanjoaninas; com menos dinheiro, fizeram-se coisas bonitas e oxalá que as festas deste ano corram como as do ano passado. Agradeço a sua dedicação e esforço enquanto esteve à frente da empresa municipal.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Senhora presidente da Câmara, senhor deputado António Maio: a questão que se põe a respeito da legislação que está para entrar em vigor, se é que não entrou já, não tem a ver com defeitos de legislação.

Julgo que essa legislação é boa e moralizadora das atividades das empresas municipais. A questão que se põe é a seguinte: se a empresa municipal não tem capacidade para gerar receitas e apenas existe devido às transferências diretas de financiamento por parte da câmara municipal, não tem razão de existir. Para isso, melhor seria que os serviços se mantivessem dentro da Câmara.

Se havia má ou péssima gestão antes da existência da Culturangra, essa é outra questão para outro debate. O facto de a gestão estar melhor não faz com que se apague a situação anterior.

Já discutimos em Assembleia Municipal que a Culturangra não tinha capacidade de cobrar as rendas dos espaços que concessionava e tinha receitas baixas de cento e poucos euros em vendas de meias de *bowling*.

Se não existe a capacidade de gerar receitas, mais vale que o município se gira bem a si próprio e não precise de uma empresa municipal com um quadro de pessoal. Tem que saber gerir bem os seus recursos e os destinos do concelho.

O que a lei vem dizer é que as empresas têm que ter capacidade de se financiarem sem qualquer prejuízo. É esse o caso que vamos ter em mãos muito brevemente, independentemente dos esforços de consolidação de contas, derrapagens, suborçamentações ou buracos; utilizo os termos, sejam mais ou menos sinónimos.

Sra. presidente da Câmara: – Não sei se dei a entender que se tratava de um defeito de legislação; penso que não foi isso que eu disse. O que houve foi uma adaptação da legislação.

Peço desculpa se induzi em erro, dando a entender que havia má gestão antes da criação da Culturangra. Tempos houve em que a disponibilidade financeira era outra. Se a empresa municipal tivesse outra disponibilidade financeira atualmente, faríamos espetáculos como os que foram feitos noutros tempos e a execução e o custo da empresa seriam muito superiores. A verdade é que havia outra conjuntura e disponibilidade financeira.

A Culturangra nestes últimos dois anos, (os que representaram maior aperto e pelos quais me responsabilizo), reduziu a receita mas também reduziu drasticamente a sua atividade cultural. Houve um esforço enorme na criação de alternativas e redução de despesas que, em alguns casos chegaram aos 80% em relação ao que representavam antes. Em termos de peso dos espetáculos, antes conseguíamos fazer outras iniciativas, que hoje são impossíveis face ao atual cenário e à disponibilidade financeira.

Há aqui outra mudança significativa: como a crise está em todo o lado, atualmente os artistas apresentam cachês muito diferentes, o que acaba por ser vantajoso para a empresa pesando nesta redução. Enquanto, anteriormente, um espetáculo nos custava os cachês, estadia e viagens, agora temos espetáculos que se apresentam por divisão da bilheteira.

Confesso que há coisas que me preocupam com esta nova legislação e uma delas, são os 39 funcionários. Se esta empresa fechar, os que pertencem ao município são reabsorvidos mas os 39 que foram contratados diretamente são pais de família que podem ficar sem meios de subsistência. Preocupo-me bastante com os funcionários que poderão ficar sem emprego.

Dizer que não se criem determinados pressupostos é uma coisa; chegar-se ao panorama nacional, pegar-se em empresas por esse país fora, que não representam prejuízo para o próprio município, é outra; neste caso, representam uma mais-valia.

O facto de apresentar um resultado líquido zero, ainda que, neste caso, sejam 469 000 €, não se trata de um prejuízo para o município; significa que será a autarquia a assumir estas funções mas os custos manter-se-ão integralmente, eventualmente com a redução dos 39 funcionários que eu preferiria que fossem assumidos pelo município.

Em termos de empresa, o que se verifica é uma contenção ao longo dos tempos, não há benefício financeiro e o município tem que assegurar sempre o que estiver em falta, nada ganhando em termos financeiros; eventualmente, ganhará 39 desempregados.

Se houvesse justificação para o encerramento da Culturangra, teríamos de o entender. Neste caso, aparentemente a empresa até representa um benefício financeiro e desempenha bem o seu papel.

Há questões que se tornam mais difíceis, quando analisadas apenas em números. Não questiono e acho necessária a revisão da legislação mas vamos encontrar alguns aspetos que vão penalizar um número bastante significativo de pessoas.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Concordo genericamente com as preocupações da senhora presidente da Câmara mas não me respondeu à questão base que é a capacidade de gerar receita. Se os espetáculos e as atividades promovidas gerarem receita, a empresa é viável, da mesma maneira que, se as zonas balneares não geram receitas, a concessão dos espaços de bar e restauração adjacentes podem gerar receita que contribua para a manutenção daqueles espaços.

Não se trata da questão da contenção financeira da própria empresa municipal, mas a capacidade de organizar eventos ou outras atividades adjacentes às zonas balneares que possam gerar receitas para que o saldo líquido da empresa municipal seja, pelo menos, nulo. Não significa que tenham que dar lucro, mas as coisas têm que ser autossuficientes.

O que está na base da discussão à volta de todas as empresas municipais é a sua capacidade de as mesmas gerarem receitas.

Sra. presidente da Câmara: – Comecei por referir que a Culturanga tem 3 áreas fundamentais: a cultura, o desporto e as zonas balneares, cuja receita se resume às rendas dos bares que nos propõem tomarem conta do espaço e limparem o solário. Além disto há a restante despesa associada e não existe a mínima hipótese de geração de receita e de autonomia financeira.

O desporto apresenta uma receita fixa das transferências do governo através da Direção Regional do Desporto associada a uma utilização em determinado horário. Neste momento, esse valor ronda os 10 000 € por ano e o pavilhão municipal representa muito mais do que isso. Poderíamos cobrar às equipas, mas é o município que as financia juntamente com o governo e estaríamos a pagar para nos pagarem de volta.

A cultura apresenta receita mas o Teatro Angrense tem uma capacidade de aproximadamente 450 lugares, o que dá 4 500 € e normalmente não paga o cachê.

O que disse o senhor deputado Nuno Melo Alves a respeito do serviço público, faz todo o sentido. Sabendo que o evento não gera receita suficiente, nós assumimos o remanescente para que o público angrense possa assistir a alguns espetáculos, só possíveis de ver em Lisboa ou noutro lado qualquer. A cultura também tem o seu espaço no panorama local; como tal, assumimos esse remanescente porque a autossuficiência da empresa é muito difícil.

O estudo que está a ser feito não se destina a perceber se a empresa é autossuficiente, mas sim, saber se se justifica a sua continuidade, atingindo os 50% das transferências para subsídio à exploração da autarquia.

1.5 - Relatório de Gestão de Contas e prestação de Contas 2011, da Empresa Municipal TERAMB, para conhecimento do órgão deliberativo municipal.

Sr. vereador José Hélio Ventura: – Vou fazer uma apresentação muito rápida do relatório e contas da TERAMB.

Estamos a tratar do relatório de 2011, ano em que a empresa iniciou a sua atividade a partir do dia 1 de março. Foi um ano com características particulares, tendo em conta que se tratava do seu primeiro ano de atividade.

Desde logo houve uma gestão cuidadosa e de certa maneira receosa do ponto de vista orçamental, no sentido de se ajustarem as receitas previstas com as despesas estimadas. Penso que futuramente será possível trazer a esta Assembleia e às reuniões de Câmara um conjunto de melhorias neste relatório, uma vez que este se refere ao primeiro ano de atividade da empresa.

A TERAMB funciona com 7 colaboradores: 1 técnico, 1 administrativo e 5 assistentes operacionais.

No que toca aos seus rendimentos e ganhos, a empresa está mais ou menos de acordo com o que havia sido projetado, situando-se nos 746 000 €, sendo que, 649 000 € eram relativos a vendas e serviços prestados e 97 000 € diziam respeito a outros rendimentos.

As despesas da TERAMB situaram-se nos 590 000 €, 541 000 € dizem respeito a fornecimento e serviços externos, uma vez que se trata de um conjunto de serviços contratualizados pela empresa, representando cerca de 92% do total da despesa.

Os encargos com pessoal representaram 46 000 €, cerca de 7% e as restantes despesas não representam mais do que 1%.

A TERAMB apresentou um resultado antes de impostos, de 155 219,95 € e o resultado líquido depois de impostos, foi de 129 023,32 €.

A proposta de aplicação dos resultados foi aprovada no sentido de se aplicar a reservas legais, cerca de 12 902,33 € e a reservas de investimento, 116 120,99 €.

É importante transmitir que este resultado não deve constituir uma ilusão; tem a ver com o facto de ser um ano de contenção e cuidado, uma vez que era o primeiro ano de atividade desta empresa e está também associado a um conjunto de amortizações que não estão espelhadas neste orçamento por haver um conjunto de equipamentos e infraestruturas que ainda não transitaram dos SMAH para a TERAMB.

Deste resultado, não se deve tirar a conclusão de que não existem outros investimentos que devam ser desenvolvidos pela empresa no seu aterro intermunicipal, quer do ponto de vista de soluções técnicas e tecnológicas, que continuam a necessitar de investimento, quer do ponto de vista do embelezamento daquele espaço, onde é necessário outro tipo de investimentos apesar do que tem vindo a ser feito.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Muitas das coisas que referi relativamente à Culturangra servem à TERAMB que nem uma luva. Neste momento, a empresa está no que se pode chamar um estado de limbo; existe, tem um conselho de administração e funcionários, mas acaba por fazer praticamente a mesma coisa que os SMAH faziam bem antes de a empresa ser constituída.

A Câmara de Angra já teve muita pressa em constituir a TERAMB e em apresentar um projeto de tratamento e valorização de ruídos porque tinha prazos para cumprir e tinha que submeter um projeto à aprovação, projeto esse que não pode ficar eternamente à espera de ser aprovado.

Há um hiato de tempo bastante grande entre a criação da empresa, a adoção das metodologias de tratamento e valorização dos resíduos, a escolha do processo e a sua execução prática, já se gastou muito dinheiro em estudos, em viagens, formação e em esclarecimentos e não se pode continuar neste impasse.

O que eu disse a respeito da Culturangra também vale para a TERAMB; está na altura de se decidir se se avança ou não. Se as coisas vão continuar assim, já os SMAH faziam bem o que a TERAMB está a fazer.

A minha preocupação não tem muito a ver com a prestação de contas propriamente dita, mas com a atividade da empresa intermunicipal. Está na altura de serem implementados os novos procedimentos de tratamento e valorização de resíduos e gostava que, se possível, nos dessem mais algumas explicações acerca dos motivos deste estado de limbo, de paragem, em que se encontra todo esse procedimento.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Gostaríamos de saber se os estudos, a aprendizagem e o processo de acumulação de *know how*, que foi levado a cabo devido ao quadro reduzido da TERAMB no âmbito dos dois serviços municipalizados, estão a ter seguimento, o que é que se prevê e para quando, se já foi selecionada a tecnologia definida, se há dúvidas e é ou não é financiável. Todo este processo está a arrastar-se sem evoluções concretas.

Agradecemos a preocupação na transparência dos números que vai além das obrigações. Este relacionamento, direto e institucional, é muito importante porque permite um controlo adicional mesmo sem votação e este diálogo torna-se mais proveitoso quando nos baseamos em dados concretos em vez das informações em segunda mão das reuniões de Câmara.

Reconhecemos o esforço e a abertura positiva e incentivamos para que isto continue nos próximos anos.

Sr. vereador José Hélio Ventura: – Vou abster-me de comentários a respeito da justificação e da existência da TERAMB, referenciando apenas a questão do projeto de investimento que foi apresentado junto do Governo Regional.

A grande preocupação da empresa intermunicipal é que não lhe venham a ser imputados atrasos na implementação do projeto. Toda a documentação está entregue no departamento do Governo com competência na matéria, para que o projeto possa ser aprovado no âmbito do POVT.

Na última Assembleia Municipal, tive a oportunidade de referir que o projeto necessita de uma capacidade de autofinanciamento de cerca de 5 000 000 €.

Na altura, também referi que se previa alguma dificuldade no relacionamento com a banca para a contração deste empréstimo. Foram estabelecidos vários contactos, o processo ainda não está contratualizado mas estão criadas condições para que o financiamento possa ser assegurado. A documentação está toda entregue no DREPA e creio que será rapidamente remetida para Lisboa.

Há um conjunto de procedimentos, nomeadamente, os investimentos mais simples e menos onerosos que já estão a ser desencadeados pela TERAMB para que, quando o projeto estiver devidamente contratualizado e assumidas as responsabilidades financeiras entre a empresa, o promotor e o departamento do governo da república com responsabilidades na matéria, estejamos em condições de dar um passo em frente e proceder ao investimento, indispensável à resolução do problema dos resíduos sólidos da ilha Terceira.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Só mais uma questão breve que tem a ver com a legislação adotada pelo Governo Regional relativa ao PEGRA (Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores) que contemplava o tratamento, na ilha Terceira, dos resíduos sólidos dos Grupos Central e Ocidental.

Gostaria de saber se existem entraves na aprovação e financiamento destes projetos e qual o papel do Governo Regional no cumprimento do Plano que ele próprio delineou e fez aprovar.

Sr. vereador José Hélio Ventura: – A informação de que dispomos neste momento, é que não há nenhum atraso por parte do Governo Regional. Posso assegurar-lhe que houve um conjunto de elementos que se apuraram desde dezembro, determinantes para a implementação do projeto.

Só, muito recentemente, é que ficou assegurado o financiamento a 85%, determinante para o investimento. Houve uma fase inicial em que não estava definido o montante da contrapartida financeira.

Em relação à questão do PEGRA, a preocupação da TERAMB é a criação de um projeto que corresponda à produção de resíduos sólidos urbanos na ilha Terceira. Não lhe posso dizer que não existe aqui alguma margem que permita assegurar os resíduos de outras ilhas próximas.

Esta margem está prevista e consagrada mas não está completamente assegurada e não creio que seja uma matéria determinante nesta fase, a vinda de todos os resíduos sólidos urbanos das ilhas do Grupo Central; será um assunto a ver no futuro.

Há outras matérias que nos preocupam neste momento como já tive oportunidade de referir. A nossa grande preocupação é que, em nenhum momento, o projeto não avance por responsabilidades ou atrasos da TERAMB.

1.6 - Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais desta Câmara Municipal referente ao ano de 2011, cujo total é de 96 890 060,06 € (noventa e seis milhões oitocentos e noventa mil e sessenta euros e seis cêntimos), para apreciação do órgão deliberativo, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

– O Inventário foi apreciado.

1.7 - Consolidação de contas do Grupo Municipal de Angra do Heroísmo, composto pelo Município de Angra do Heroísmo que compreende a Câmara Municipal, os Serviços Municipalizados e a Culturangra EEM, para apreciação e votação do órgão deliberativo nos termos da alínea c), n.º 2, artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro e do artigo 46.º da Lei das Finanças Locais.

Sra. presidente da Câmara: – Quando chegamos a uma consolidação de contas, já se entra num nível técnico bastante elevado, por isso vou fazer uma apresentação sucinta.

O Grupo Municipal do Concelho de Angra do Heroísmo tem a seguinte composição: a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo com 100% de participação e o método de consolidação foi integral, tal como os Serviços Municipalizados e a Culturangra.

Em relação à TERAMB, o município tem uma percentagem de participação e controlo de 60%, pelo que foi usado o método de equivalência patrimonial.

Tal como referido no documento, as contas a consolidar foram agregadas de forma linear, tendo sido identificadas as operações internas a eliminar.

No que respeita à Culturangra, foi realizada uma conversão entre o Plano de Contas do SNC e do POCAL.

Foram então identificadas as eliminações recíprocas a serem efetuadas, nomeadamente, os créditos ou dívidas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação, os custos e perdas, bem como os proveitos e ganhos relativos às operações efetuadas entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação, as operações de transferências e subsídios entre as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

O Grupo Municipal apresenta um total de custos e perdas, extraídas as operações antes identificadas, de 23 242 547,47 €. Já no âmbito dos proveitos e ganhos, o montante cifra-se nos 25 284 478,31 €.

Daqui resulta um resultado líquido do exercício consolidado do grupo de 2 041 930,84 €, o rácio de liquidez reduzida foi em 2011 de 1,10, tendo sido 0,72 em 2010 e o saldo de gerência foi de 3 490 836,49 €.

Não se registando quaisquer intervenções e posto à votação, o **Relatório de Consolidação de Contas constante do Ponto 1.7 foi aprovado por maioria** com 21 votos a favor, (16 do Partido Socialista, 3 do Partido Social Democrata e 2 do CDS-PP) e 5 abstenções do Partido Social Democrata.

1.8 – Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A / 2002 de 11 de janeiro e em conformidade com o ponto 8.3 do POCAL (DL nº 54 – A/ 99 de 22 de fevereiro.

Sra. presidente da Câmara: – Esta Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2012 acontece para inserir o saldo de gerência detetado na prestação de contas 2011 e está toda discriminada.

Vou salientar e esclarecer alguns aspetos que considero importantes e que dizem respeito a um reforço de verba de 78 294 € para encargos com saúde. Estes têm a ver com uma retenção de fundos de, aproximadamente, 11 000 € que é feita mensalmente pelo Serviço Nacional de Saúde. Não há propriamente uma noção da forma como este cálculo é realizado nem a que está afeto, mas o que é certo, é que é imposto e temos que fazer essas transferências.

Nos encargos de instalações também se vê um reforço de 200 000 € que tem a ver com o pagamento de eletricidade e acontece devido ao imposto que transitou de 4% para 16% mais algumas remodelações de rede.

A título de curiosidade, posso referir que havia uma despesa mensal com iluminação, de cerca de 21 000 € que passou para 29 000 €.

Há um aumento de despesa de 40 000 € para encargos de cobrança de receitas que tem a ver com pagamento de impostos. Temos que pagar para depois podermos receber e essa verba tem que estar aqui prevista.

Há também um reforço de subsídios de férias e de Natal que pode gerar alguma dúvida mas tem a ver com o cálculo realizado inicialmente. Na altura em que o orçamento foi feito, estimou-se que ninguém receberia estes subsídios mas depois houve a informação que haveria alterações em relação ao rendimento mensal de cada um.

Existem três escalões; até ao valor de 600 €, os subsídios são pagos por inteiro, no escalão intermédio paga-se apenas um dos subsídios e a partir daí é que há essa redução. Como esta conta não foi feita nestes termos, há a necessidade de se reforçar essa verba.

Há aqui 2 500 € em artigos e objetos de valor relacionados com as bandeiras. As que aqui estão são emprestadas pela Assembleia Municipal porque as novas ainda não estão prontas e são bastante caras.

Há um outro aspeto importante de referir que tem a ver com o reforço para as juntas de freguesia. Circulámos por todas as juntas do concelho. Houve uma reunião e percebemos que todas elas têm algumas dificuldades e necessitam de um reforço para resolverem projetos que têm entre mãos.

Fizemos um esforço para retirarmos uma verba de 4 000 € do orçamento para cada junta de freguesia, para que o giram de acordo com as necessidades com que todas se deparam neste momento.

Há também uma transferência de 100 000 € para os Serviços Municipalizados que o seu presidente esclarecerá.

Ainda a respeito da Culturangra, referi que há um saldo de 459 000 € mas existe uma transferência de 808 000 € porque, apesar de virem a ser apresentados resultados do exercício que vão transitando de anos anteriores, o atual Revisor Oficial de Contas entendeu que a sua cobertura é da responsabilidade da Câmara e já deveria ter sido feita.

Os valores da substituição do piso sintético e da iluminação de Natal já foram pagos e assumidos pela empresa municipal mas o ROC entende que a assunção dessa despesa compete à Câmara Municipal. Como tal, há um valor remanescente que se prende com este montante. Esta despesa compete à Câmara por se tratar de infraestruturas próprias.

Gostaria de esclarecer que esta situação não é nova mas aconteceu devido a uma diferença de entendimento entre os Revisores Oficiais de Contas. Perguntei ao novo ROC se isso era mesmo necessário, que me informou que assim teria que ser.

Existe ainda um reforço de 12 400 € para a pavimentação de sobras de estradas. Obtivemos de quase todas as juntas de freguesia, a informação das dificuldades que estavam a ter com as sobras de estrada.

Este valor vem complementar o que já estava previsto em orçamento para que a pavimentação de todas essas sobras, assinaladas pelas juntas de freguesia até ao início deste ano, estejam contempladas na íntegra.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Há pouco, na discussão dos valores de execução orçamental, não falei na verba recebida pela Câmara Municipal com origem nos valores do IRS porque quis reservar o tema para este momento.

Ao contrário de outros governos anteriores, o atual Governo da República transferiu as verbas do IRS para as autarquias. A Câmara Municipal faz esta revisão ao orçamento porque tem os 2 000 000 € em caixa. Deste valor, reparamos que 1 600 000 € se destinam a despesas correntes, 401 000 € vão para despesas de capital, valor que é imediatamente absorvido pela despesa, 100 000 € vão para os Serviços Municipalizados, ficando 10 000 € reservados para o compromisso das ETAR's de S. Sebastião e S. Mateus assumidas pelo anterior executivo com o PSD, aquando da nossa viabilização do orçamento de 2011, valor que não chega, sequer, para os projetos.

Está na hora de a Câmara Municipal assumir publicamente se quer ou não quer fazer as ETAR's porque parece que não há vontade de cumprir esse compromisso. Mais vale que assumam que esses 10 000 € não são suficientes para uma instalação como a ETAR e não vale a pena andarmos aqui a fazer de conta.

Penso que também já se torna repetitivo falar das questões relacionadas com a Culturangra porque metade deste valor que aqui está vai para aquela empresa e metade da metade, ou seja, 459 704 € são para cobrir os já referidos prejuízos de 2011 como indicou o ROC.

O problema base da Culturangra continua a ser o mesmo porque foram introduzidas imensas atividades que não faziam parte do objeto inicial, que era a cultura. A empresa municipal já tem a seu cargo obras e uma data de outras atividades que deveriam continuar na Câmara. Depois, o objeto cresce e as verbas não chegam, o que se torna recorrente de ano para ano.

A anterior presidente da Câmara prometeu aos clubes desportivos que não haveria redução de verbas destinadas aos seus apoios, tendo-se até alimentado a expectativa de que a dotação orçamental para esses mesmos apoios seria aumentada em 2012 com a nova fórmula de atribuição e apoios. Ora, acontece que esta revisão orçamental não contempla qualquer aumento nos apoios aos clubes, antes pelo contrário; o orçamento de 2012 até apresenta uma redução dessa verba. Gostaria de saber o que a Câmara tem a dizer aos clubes a esse respeito.

O novo regulamento de atribuição de apoios aos clubes foi posto em prática sem que fosse previamente testado e a sua aplicação revelou uma diminuição das verbas disponíveis, sobretudo para os clubes maiores.

Acho que está na altura de serem dadas algumas explicações aos clubes porque eles abordam os partidos da oposição da mesma maneira como abordam o executivo camarário, apresentando as suas preocupações acerca do seu financiamento e das suas necessidades.

Mais uma questão, apenas para concluir: são conhecidas as dificuldades financeiras e os prejuízos da Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores. A Câmara Municipal de Angra, que não tem dinheiro para muitas coisas importantes e não leva avante o compromisso de construção de ETAR's em S. Sebastião e S. Mateus, assumido com os partidos da oposição, que levou à viabilização de um orçamento, tem 30 000 € para transferir para essa associação? Não concordamos mas registamos. Muito obrigado.

Sr. d. m. António Maio: – A minha intervenção tem a ver com o Ponto 1.2 que já foi votado mas que me suscitou uma dúvida em relação à aplicação dos resultados. É verdade que aprovámos o relatório mas, na Ordem do Dia, dizia: «*Propõe-se ainda que sejam utilizadas as reservas livres para fazer face ao remanescente de resultados transitados negativos existentes na conta 59*». Isto não foi referenciado.

Pergunto ao senhor presidente se isto carece de votação autónoma para dar legitimidade de enquadramento à contabilidade da Câmara. Aprovámos o Relatório e Contas mas aqui há uma proposta de aplicação de resultados que é autónoma e está espelhada na Ordem do Dia. Se acharem que não faz sentido, retiro tudo o que disse mas, na minha experiência de assembleias, isto costuma ser votado autonomamente.

Pergunto se a Câmara necessita de alguma legitimidade da Assembleia para fazer essa transferência.

Sra. presidente da Câmara: – Segundo a informação que tenho, há uma apreciação por parte da Assembleia mas o documento é aprovado na Câmara. De qualquer maneira, atendendo a que este é o que está previsto, penso que, ao votar-se, vota-se com tudo incluindo a aplicação

dos resultados da conta 59. Entende-se que a votação faz-se na íntegra, aprovando-se o documento que engloba a aplicação dos resultados transitados.

Quanto ao objeto da Culturangra, os estatutos referem: «*Criação, implementação, desenvolvimento, instalação, gestão, participação e conservação de equipamentos turísticos, desportivos, recreativos, culturais, ambientais e habitacionais de âmbito local no município de Angra do Heroísmo*». O objeto é este e não houve alteração.

Na altura em que a empresa foi criada, através de um estudo de viabilidade económica, previa-se determinada atividade que foi crescendo mas está tudo perfeitamente englobado no objeto e nos estatutos.

No que diz respeito à verba para os clubes desportivos, este novo regulamento foi discutido com todos os clubes e associações, sem exceção; todos foram convocados também por modalidade e houve reuniões com todos eles neste mesmo salão onde todos se puderam pronunciar.

A situação não foi testada porque esse teste não é fácil de fazer e tem a ver com os resultados de todos eles, num ano. O desporto é analisado como um todo e o orçamento para ele reservado, é uma fatia de um bolo que depois é dividido pelas partes consoante os seus resultados, sendo difícil de avaliar quanto é que cada clube receberá no ano seguinte.

Este documento foi aceite e votado por todos. Uma grande maioria dos clubes subiu a sua participação, mas verificou-se uma redução no valor de transferência em 3 ou 4 dos que recebiam maior verba. Como se trata de um bolo único que é dividido por todos, se calhar, havia algum desequilíbrio que agora foi compensado em relação a outros resultados de outras equipas.

Esse regulamento também refere que neste ano de transição, as equipas nunca receberiam menos de 75% do valor recebido no ano anterior e foi o que aconteceu. Se aumentássemos neste momento o valor do bolo financeiro para que esses clubes não recebessem muito menos, teríamos que aumentar muito porque esses clubes ficaram assegurados pelos 75%.

Fizemos o teste e, por muito que aumentássemos, fá-lo-íamos nos clubes mais pequenos que têm recebido menos até agora, até chegarmos a um patamar em que esses também começassem a crescer. Em termos de resultados, o que aconteceu foi um equilíbrio das contas.

A Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores tem um valor pendente aprovado em reunião de municípios que diz respeito a compromissos assumidos. Os municípios votaram unanimemente numa quotização extraordinária em que todos participariam, valor que todos asseguraram, tem vindo a ser pago e está aqui contemplado para fazer face a esse compromisso porque a AMRAA é a associação que nos representa a todos.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012 da Câmara Municipal constante do Ponto 1.8 foi aprovada por maioria** com 21 votos a favor, (16 do Partido Socialista, 4 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente) e 7 votos contra, (5 do Partido Social Democrata e 2 do CDS-PP).

1.9 – Primeira Revisão ao Plano Plurianual de Investimento e Orçamento para 2012, dos Serviços Municipalizados de Angra do Heroísmo, para aprovação do órgão deliberativo, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de

setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A / 2002 de 11 de janeiro, que aqui se dá por integralmente reproduzida, pela qual se propõe a inscrição de dois novos projetos financiados através da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo:

- **Estudo Prévio das Intervenções nos Sistemas de Tratamento de Águas Residuais nas Freguesias de São Sebastião e São Mateus - € 10 000, com o objetivo de definir as melhores soluções tecnológicas, ponderando-se custos e benefícios;**
- **Remodelação da Rede de Água nas Cinco Ribeiras - € 90 000, na sequência da empreitada de remodelação dos pavimentos da Estrada E.R. N.º 1-1, no troço entre a Cruz – freguesia de Cinco Ribeiras e as Nove – freguesia de Santa Bárbara, levada a cabo pela Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, que brevemente será iniciada. Nesse troço é necessário que estes Serviços Municipalizados procedam à substituição das condutas atualmente existentes, por não possuírem diâmetro suficiente para as necessidades futuras e apresentarem desgaste de material.**

Propõe-se ainda uma alteração ao investimento relativo à execução e remodelação das redes de distribuição de água e de drenagem de águas residuais, no troço compreendido entre a Ladeira Branca a as Figueiras Pretas, em virtude da verba inscrita no orçamento inicial (1 000 000 €) se revelar insuficiente, necessitando de ser reforçada em 200 000 €.

Esta proposta não implica qualquer alteração ao orçamento do corrente ano, uma vez que o reforço só terá efeitos em 2013.

Sr. vereador José Hélio Ventura: – Importa salientar que houve aqui um reforço de verbas no montante de 100 000 €, resultantes do saldo de gerência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que foram desagregados da seguinte forma: 10 000 € dizem respeito ao estudo prévio das intervenções nos sistemas de tratamento de águas residuais nas freguesias de S. Sebastião e S. Mateus e 90 000 € destinam-se à remodelação da rede de águas nas Cinco Ribeiras.

O Governo Regional prevê uma intervenção da requalificação do troço Cinco Ribeiras/Santa Bárbara numa extensão de 5 500 metros. Os Serviços Municipalizados consideram imprescindível uma intervenção naquele percurso, uma vez que, numa extensão de 1 800 metros, entre a Canada do Terreiro em Santa Bárbara e a Canada das Cinco nas Cinco Ribeiras, existe um percurso cuja tubagem, com um diâmetro de 63, já tem bastantes anos e não corresponde às necessidades de abastecimento da população local.

Importava proceder a um investimento que promovesse a colocação de nova tubagem com um diâmetro de 90 em 10% do percurso e outra com o diâmetro de 110 nos restantes 90% do percurso para melhorar o abastecimento à população local.

Tendo em conta que a verba disponível não permitia promover uma empreitada para a execução total da obra, os Serviços Municipalizados entenderam que uma parte, designadamente a abertura da vala, se processaria através de concurso público, sendo a outra parte executada por administração direta, estimando-se que a primeira possa custar cerca de 70 000 € e a segunda, no que se refere à aquisição dos equipamentos, custe cerca de 10 000 a 15 000 €.

Os Serviços Municipalizados consideram que é imprescindível aproveitar este momento para intervir naquele troço e foi nesse sentido que houve esta alteração do Plano Plurianual de Investimentos. Não seria compreensível que este investimento não se realizasse.

A verba de 10 000 € a que já fiz referência, respeitante ao estudo prévio das intervenções nos sistemas de tratamento de águas residuais nas freguesias de S. Sebastião e S. Mateus, tem a ver com uma matéria já aqui abordada aquando da discussão dos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados para 2012, uma área que não foi contemplada. Já assumimos por algumas vezes que era necessário promover algum tipo de melhoramentos na ETAR de S. Sebastião.

Tendo em conta que este executivo iniciou as suas funções em dezembro, achamos pertinente que se faça um estudo adequado sobre as melhores soluções para os dois sistemas porque, nesta fase de contenção, é preciso ponderar muito bem os custos físicos de estruturas daquela natureza e os benefícios de cada investimento. Não digo que não pretendamos realizar aqueles investimentos mas consideramos que devem ser cuidadosos e não muito avultados.

Creio que não se pode depreender que a dotação nesta fase não seja suficiente. Posso assegurar que não é possível executar estes investimentos apenas com verbas do orçamento da Câmara e dos Serviços Municipalizados. Talvez fosse possível realizar uma parte do investimento de S. Mateus, mas seria claramente impossível realizar o de S. Sebastião.

Estimamos que, através de verbas do PROCONVERGÊNCIA, (tendo em conta que ainda existe uma verba disponível), seja possível proceder à elaboração dos melhores projetos a promover em cada uma das freguesias, sendo certo que, para S. Mateus, poderá estimar-se que se desenhe um projeto misto, enquanto pensamos que a construção de uma ETAR compacta seja a melhor solução para S. Sebastião.

Ainda em relação ao Plano e Orçamento, é importante promover uma alteração na dotação inicial para 820 000 € com repercussões para 2013 para que seja possível proceder-se ao investimento da remodelação das redes de abastecimento e drenagem de águas no Chafariz Velho e Ladeira Branca, incluindo a repavimentação e sinalização rodoviária.

Esta é uma rede bastante antiga com cerca de 35 anos numa das suas partes e uma conduta adutora de idade muito avançada com uma parte de fibrocimento, o que torna urgente a sua remodelação.

Segundo os dados de que dispomos, o lançamento do procedimento pode ter como preço base uma verba estimada em 1 000 000 €, que será definida com mais pormenor aquando do lançamento do procedimento e do concurso público.

Tendo em conta que, no orçamento deste ano, tínhamos uma verba de 380 000 € e uma parte dessa verba já foi absorvida pelo troço da Ladeira Branca/Figueiras Pretas, é importante reforçar a dotação para o ano de 2013 para que esse procedimento possa ser lançado a concurso. Estima-se que esta obra tenha um prazo de execução de 360 dias e uma vida útil de cerca de 40 anos.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – A questão das ETAR's divide claramente as posições do executivo camarário e da oposição. Essa questão, juntamente com as obras do Teatro Angrense, (que todos sabem que possui um grave problema de térmitas na sua cobertura), foi motivo de viabilização de um orçamento.

Justiça seja feita ao ex-vereador Cota Rodrigues, mas a anterior vereação tinha grandes preocupações com as questões ambientais, daí a nossa preocupação com a construção de ETAR's que deixou de ser uma prioridade neste momento.

Para nós, essa questão é fraturante; como tal, vamos votar contra esta revisão aos Serviços Municipalizados.

Sr. vereador José Hélio Ventura: – Em reunião de Câmara foi assumido o compromisso de, até ao final do mês de junho, ser apresentado o estudo prévio relativamente às intervenções nestas duas freguesias.

As decisões serão tomadas após a apresentação desse relatório, assegurando mais uma vez que um investimento desses se faça através da comparticipação de fundos comunitários. Isto não significa que as preocupações ambientais deste executivo camarário e do Partido Socialista sejam menos prementes, importantes e conscienciosas do que as do PSD.

Volto a lembrar que, investimentos desta natureza devem ser muito bem ponderados. Se repararem, o custo com a energia dos Serviços Municipalizados aumentou substancialmente do ano passado para este ano. Não digo que os investimentos não sejam necessários mas é preciso saber quanto custa a manutenção de cada euro investido e qual o seu retorno.

Neste momento é este o ponto da situação. Daqui a dois meses apresentaremos mais resultados.

Não se registando mais intervenções, posta à votação, **a Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2012 dos Serviços Municipalizados constante do Ponto 1.9 foi aprovada por maioria** com 16 votos a favor, (13 do Partido Socialista, 2 do Partido Social Democrata e 1 do deputado municipal independente) e 8 votos contra, (6 do Partido Social Democrata e 2 do CDS-PP).

1.10 – Proposta para a atribuição, através de concurso público com publicidade internacional, da concessão de exploração de solo do domínio público municipal, para instalação e exploração de parquímetros, para autorização do órgão deliberativo, nos termos da alínea q) do n.º 2 do artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Sra. presidente da Câmara: – O assunto dos parquímetros já foi aqui abordado. Propõem-se que o contrato com a atual empresa termine em outubro e se abra um novo concurso para uma nova empresa.

O objeto é a identificação das parcelas de solo identificadas na planta que está anexa à proposta e que se destinam à instalação, exploração e conservação dos parquímetros das zonas de estacionamento de duração limitada da cidade de Angra do Heroísmo.

Esta proposta vem no sentido de a Assembleia permitir a abertura do procedimento, definindo as condições gerais, sendo que depois, as questões mais técnicas e específicas serão contempladas no Caderno de Encargos que será aprovado em reunião de Câmara.

Propõe-se que a referida concessão seja atribuída por um prazo de 10 anos que se entende viável e que, em caso algum, o valor da contrapartida financeira previsto na alínea anterior, seja inferior a 18 591,36 € e a adjudicação seja efetuada segundo o critério da mais elevada contrapartida financeira, sabendo de ante mão, que este mesmo aspeto salvaguarda, depois no Caderno de Encargos, as condições que se pretendam ver contempladas.

A Câmara dará continuidade ao procedimento em causa que deverá entrar em vigor em outubro. Como já foi referido, trata-se de um concurso público com publicidade internacional.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Vamos deixar aqui duas sugestões para a elaboração do Caderno de Encargos: uma tem a ver com a questão levantada aqui pelo deputado José Alberto Borges sobre a fiscalização aos parquímetros por parte da PSP, a outra sugestão vai no sentido de um grau de exigência e controlo mais rígidos por parte da Câmara Municipal, no que toca ao bom funcionamento das máquinas que avariam com muita frequência.

Quando isso acontece, temos que nos deslocar a outras máquinas emissores de bilhetes que, por vezes, estão um pouco longe, o que se torna incómodo e perigoso quando temos que o fazer em ruas mais inclinadas com calçada escorregadia. Por vezes temos que atravessar uma rua inteira para adquirir um talão. Tem que haver um maior grau de responsabilização e exigência ao concessionário dos parquímetros.

Por vezes o parquímetro mais perto não pertence à mesma zona, o que significa a aplicação de uma multa, caso se utilize o parquímetro errado. Acaba por ser uma situação frustrante porque, além do estacionamento ser pago, somos obrigados a percorrer uma distância tão grande como a que seria feita sem o carro.

Nada temos a opor à abertura do concurso que, infelizmente, devido aos valores, tem que ser aberto com publicidade internacional, quando preferimos que estas coisas sejam feitas de forma a incentivar e ajudar as empresas de cá. Não sendo possível, resta-nos a esperança que as empresas locais tenham capacidade para darem boa resposta ao concurso.

Sr. d. m. Manuel Conde Bettencourt: – Estou muito satisfeito por verificar que, devido à minha modesta preocupação lançada em reuniões anteriores e certamente por já ter ouvido muitos relatos de insatisfações por parte dos utentes, a Câmara considerou que havia necessidade de resolver este problema do estacionamento. Folgo em saber que resolveu encarar o problema de frente e tentar acelerar, através dos meios legais, o processo de alteração desta penosidade sobre os angrenses.

Pagar uma taxa é sempre algo muito desagradável; não gostamos de pagar, mas temos que o fazer. A existência dos parquímetros não é do nosso agrado mas, já que existem, ao menos que funcionem e esse foi o problema de base. Há uma grande frustração quando o indivíduo é obrigado a pagar, chega ao parquímetro e, por razões que já foram aqui ditas noutras reuniões, ele não funciona.

O senhor deputado Nuno Melo Alves falou e muito bem da questão do parquímetro de alternativa. Está a chover, eu estou com pressa, tenho que ir fazer um recado rápido e tenho que andar debaixo de chuva à procura da próxima máquina que esteja em condições de funcionamento para cumprir a minha obrigação de pagar o parquímetro.

Creio que seria necessário estudar-se um regulamento razoável que libertasse o utente de percorrer meia cidade à procura de uma máquina que funcione; as máquinas têm que funcionar. Se alguma não funciona na área próxima do estacionamento do utente, ele não tem que ser obrigado a deslocar-se a meia cidade para resolver o seu problema.

Creio que é uma questão de razoabilidade e a Câmara, como entidade promotora desta iniciativa, pode muito bem regulamentar isso para não onerar ainda mais o tempo do utente, no interesse de toda a gente.

Congratulo-me com esta decisão e espero que a firma que, futuramente exerça esta atividade, o faça com muita competência e preocupação pelo funcionamento correto das máquinas para que se evitem situações incómodas para os utentes.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – As intervenções anteriores já esvaziaram quase por completo tudo o que eu tinha para dizer mas tenho uma preocupação que tem a ver com os proveitos que o novo concurso de atribuição de parquímetros poderá trazer ao município porque o dinheiro faz falta a toda a gente.

Já denunciei em reuniões anteriores desta Assembleia que era urgente rever a parte da cobrança de parquímetros que reverte a favor do município que sairá beneficiado com este novo concurso. Estamos claramente a favor da denúncia do contrato por parte da Câmara e lançamento deste novo concurso de exploração dos parquímetros.

Não se registando mais intervenções e posta à votação, **a Proposta constante do Ponto 1.10 foi aprovada por unanimidade.**

2 – DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2.1 – Designação de dois representantes da Assembleia Municipal, a fim de fazerem parte do Conselho Consultivo da Unidade de Saúde da Ilha Terceira, nos termos do artigo 14.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 27/2011/A, de 23 de novembro.

– **Aprovado por maioria em escrutínio secreto**, com 23 votos a favor e 1 abstenção, os seguintes representantes da Assembleia Municipal: **doutor Domingos Cunha e doutora Mónica Seidi.**

3 – DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP

3.1 – Voto de Protesto apresentado pelo CDS-PP, respeitante às novas instalações da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Não vou ler o documento porque penso que todos terão uma cópia; apenas apresentarei algumas informações complementares.

Nós, oposição, fomos muitas vezes acusados de falar antes do tempo mediante maquetes ou apresentações sem sabermos do que falávamos porque ainda nada estava feito. Desta vez, esperámos para ver o que dali sairia e o que está à vista é um desastre.

Não pedimos nenhum Parecer à junta de freguesia da Conceição sobre este assunto; deliberadamente, não tivemos esse cuidado. Ainda hoje de manhã se falava de marcas arquitetónicas e esta é mais uma que, infelizmente está desenquadrada. Em si, não temos nada a opor. Penso que, se a maior parte dos angrenses vissem aquele edifício noutra espaço ou noutras alternativas, possivelmente apreciariam a beleza e o que ele tem para oferecer.

Gostaria de falar um pouco sobre alternativas porque tudo isto tem a ver com a visão da cidade. As nossas críticas ao Governo Regional referem-se à sua falta de visão para o concelho de Angra no que toca a esta opção.

Há uma alternativa claramente apontada no nosso texto, mas havia outras. Recordo que a Universidade dos Açores disponibilizou-se para que o novo edifício da biblioteca pública e arquivo de Angra fosse construído nas suas novas instalações.

Houve ainda outra alternativa apontada por um conhecido arquiteto da nossa praça, referindo que, num eventual cenário de encerramento da escola do Alto das Covas, se poderia instalar lá a biblioteca porque tem abaixo, o Teatro Angrense e acima, o Centro Cultural e de Congressos, criando-se uma linha reta de desenvolvimento cultural.

Porque é que criticámos esta e apontámos a alternativa do próprio espaço do hospital? Porque toda gente percebeu e era previsível, que o concelho de Angra e quem cá anda não vive numa redoma e os sinais de há 4 ou 5 anos já não eram favoráveis ao desenvolvimento de mais zonas de habitação ou comércio dentro do espaço urbano.

Já referi hoje de manhã, uma obra que não se concretizou; refiro-me a todo aquele espaço dos celeiros, um plano de reordenamento de pormenor que foi votado nesta sala há 12 ou 13 anos e previa a reformulação para habitação, daquela zona dos combustíveis que já foram transferidos para a Praia há muito tempo. Até hoje, zero. Porquê? Porque a visão que está subjacente a estes crescimentos imobiliários habitacionais parte da falácia de um crescimento populacional que não se verifica.

Com base na demografia do momento, não é lógico ou previsível que estes espaços venham a ser dinamizados pela habitação e comércio. A crise atual veio dissipar quaisquer dúvidas, se as houvesse.

O próprio património do hospital que foi dado à Parceria Público/privada como contrapartida, por um valor de cerca de 16 000 000 €, como pudemos ler na imprensa, está hoje à venda pelo valor de 2 500 000 €.

Essa disparidade revela bem o desinteresse que aquele espaço desperta ao desenvolvimento no setor privado, dadas as restrições demográficas e toda a conjuntura que envolve a falta de crescimento e estagnação da Terceira e do concelho de Angra. Estão em causa, as opções tomadas mediante as informações que estavam disponíveis por quem decidiu coisas destas há algum tempo atrás.

O projeto que ali está construído, sendo exuberante e tendo um traço muito forte, poderia beneficiar do espaço amplo e verde que existe ou poderia existir na antiga localização do hospital de Angra.

Saindo uma grande instalação de um determinado local, como aconteceu com a saída do hospital da sua antiga localização e a saída da Universidade dos Açores da freguesia da Terra Chã, se o espaço que lá fica, não for rapidamente preenchido, acaba por se degradar.

Naquela zona poderia ter-se consolidado uma boa transição com a biblioteca e o arquivo, criando um polo de atração para aquele espaço mas não foi essa a opção e a decisão tomada é penalizadora do desenvolvimento da cidade.

Há alguns anos fomos criticados por termos chamado à atenção em tempo oportuno e não vemos o que ficaria depois de construído o bairro social de S. Bento porque achávamos que aquele espaço seria o ideal para se construir a zona de exposições que está agora a ser feita acima do Clube Musical.

Do outro lado da rua há um estádio de futebol com um grande parque de estacionamento e, 500 metros mais abaixo, há uma praça de touros com outro grande parque de estacionamento.

Poderíamos ter exposições fora dos parques de estacionamento, em vez de os ocuparem e obrigarem as pessoas a pararem em cima da relva na via rápida e noutros sítios. Essa visão de desenvolvimento da cidade também não colheu e foram seguidos outros rumos.

Só falo nisso agora para que se enquadrem e sejam perceptíveis as razões deste protesto num quadro de visão própria de desenvolvimento do que pode ser a cidade e que rumos alternativos é que poderiam ter sido tomados.

Achamos que a visão de se avançar com uma biblioteca pública naquele sítio e nestes moldes, foi, no mínimo, precipitada, uma má decisão que veio desvalorizar toda esta malha urbana e património de Angra; por isso, não podíamos deixar de manifestar o nosso protesto.

No meio de todas estas considerações estruturais e permanentes, há ainda que adicionar uma situação conjuntural, que pode acontecer em qualquer obra e tem a ver com a sua paragem, aparentemente, por falência da empresa responsável pela construção.

Há poucos dias lemos na imprensa regional que, se houver uma insolvência daquela empresa, poderão haver repercussões para o novo edifício da biblioteca pública durante anos a fio. Digo que isso é conjuntural porque ninguém adjudica uma obra, prevendo uma situação dessas e a conjuntura atual está mais propícia a que isso aconteça, do que há alguns anos.

Se, numa análise ao desenvolvimento de Angra, há 5 ou 6 anos, já se previa que não era possível manter o nível de crescimento exagerado de obra por não haver mercado para escoar todo o produto imobiliário, também se deveria prever o passo seguinte em que, se as obras vão abrandar ou parar, as empresas de construção vão entrar em dificuldades.

A este aspeto conjuntural, que nem sequer mencionámos no protesto, acresce que, neste momento, a biblioteca e arquivo estão perante um cenário de grande incógnita, sobre o qual, ainda ninguém do Governo, veio dar qualquer esclarecimento sobre quando e como é que isto se vai resolver.

Temos uma degradação do que já está construído, falta de uso porque o Governo não pode tomar posse de uma obra que ainda não está entregue e um massacre de poeira para quem vive ali à volta.

Por diversas ocasiões, considerámos que o Governo Regional, numa pressa de tentar fazer obra em Angra, (eventualmente para calar os terceirenses em relação a questões Terceira/S. Miguel), tem cometido erros crassos e esse é um deles.

O outro erro, para o qual o Governo se preparava para avançar e que talvez recue por falta de dinheiro, é o cais de cruzeiros em relação ao qual já manifestámos a nossa posição por acharmos que não é útil nesta altura.

Neste caso, damos um tempo que achamos útil, depois de vermos o que está feito, sem criticarmos nada à *priori* e mantendo uma expectativa silenciosa em relação a certos aspetos do projeto. Achamos que, nesta altura, é mais que oportuno mostrarmos o nosso desagrado em relação ao Governo Regional sobre esta matéria.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Concordamos genericamente com as preocupações do CDS-PP neste seu voto de protesto mas, infelizmente, de nada serve chorar sobre o leite derramado. Vamos votar a favor este voto de protesto pelo seu conteúdo e também pelo que vou referir, para que fique em ata.

Este é um processo que nasceu torto e tarde ou nunca se endireitará. Em conversa particular que tive há pouco tempo com um município residente na zona ele disse-me que, da maneira

que aquilo está, nem à bomba se endireitará ou resolverá o problema. As palavras são excessivas mas é certo que o erro é grosseiro e manchará a cidade património mundial durante muitos e muitos anos.

Para além do passado, o PSD quer falar de coisas que ainda estão a acontecer nesta malfadada obra. Foram 5, os adicionais ao projeto! 5 Derrapagens nos custos e não foi cumprido o prazo de conclusão da obra!

Neste momento temos obras paradas por falência do empreiteiro. Depois das obras paradas e abandonadas pelo empreiteiro, foi feito um contrato de 6 meses de fiscalização de uma obra parada.

Há danos causados pelas obras nas habitações vizinhas que, por contrato, deveriam ser da responsabilidade do empreiteiro que está falido. Os donos das habitações estão desesperados, o dono da obra, (a Direção Regional da Cultura), sacode as suas responsabilidades e ninguém acode aos moradores que viram o seu património deteriorar-se, sofrer danos e desvalorizar com aquelas malfadadas obras.

Não se assumem as responsabilidades para com os danos nas moradias vizinhas mas há capacidade financeira para se fazer um contrato de 6 meses com uma empresa para fiscalizar uma obra parada.

O PSD vai associar-se a este voto de protesto do CDS-PP, por tudo o que foi referido pelo deputado Nuno Melo Alves e por todas estas questões que também coloquei em cima da mesa. Vamos votar a favor este Voto de Protesto.

Sr. d. m. José Gabriel Pimentel da Silva: – Exma. Mesa da Assembleia, Câmara Municipal, caros colegas, boa tarde. Julgava que hoje não falaria, mas agradeço a oportunidade que me foi dada pelo senhor deputado Nuno Melo Alves.

Se o meu amigo tivesse contactado a junta de freguesia, eu estaria enquadrado no seu voto de protesto. Você trá-lo hoje a esta Assembleia mas eu já o apresentei à minha Assembleia de Freguesia em junho e disse aos seus membros que o José Gabriel Pimentel da Silva não estará presente no ato inaugural daquela biblioteca, se houver. A junta de freguesia não se fará representar e também não sei se serei convidado.

Fui convidado pela administração do novo hospital de Angra para uma visita guiada, em representação da junta de freguesia a que presido, mas acabei de confirmar que o meu colega, o presidente da junta de freguesia de Santa Luzia onde está instalado o novo hospital, não teve direito a isso nem, tão pouco, foi convidado para o ato inaugural.

Não sei se ao dizer isto também não serei convidado para o ato inaugural da biblioteca pública e tenho pena que a insolvência de que falou o doutor Nuno Melo Alves não tenha acontecido no início.

Com o devido respeito e não sei se algum aprendeu a dançar com ele, digo-vos que aquele monumento é uma homenagem da junta de freguesia da Conceição ao senhor Alberto Araújo, mais conhecido pelo Alberto cambado. Aquilo é um tubo cambado que, do senhor Espírito Santo, não tem nada.

Já que o vento não levou a folha de papel da mesa do café onde o senhor Dacosta desenhou aquele monumento, de certeza que a pomba do Senhor Espírito Santo voou, quando soube onde iria ser colocada.

Digo ao senhor Nuno Melo Alves que talvez lhe fosse mais proveitoso se tivesse consultado a junta de freguesia da Conceição; por isso, não sendo um castigo, apresento-lhe um cartão amarelo com a minha abstenção.

Sr. d. m. João Maria Mendes: – Creio que todos estamos de acordo que a localização da biblioteca foi uma má escolha. Para ser coerente com o que disse há pouco e não querendo discutir os gostos de cada um, pessoalmente, também não gosto do projeto arquitetónico.

Há aqui um pormenor que ainda ninguém referiu e que, para mim, é bastante mais assustador, que é a funcionalidade daquele edifício. Provavelmente, a senhora arquiteta que fez o projeto deve gostar muito dele e achar que é o supra sumo, mas toda a questão prende-se com a funcionalidade do edifício; não me parece aconselhável guardar arquivos e livros em caves subterrâneas no nosso clima.

Não vou votar favoravelmente porque se trata meramente de um manifesto eleitoralista que o CDS resolveu apresentar à última da hora e só agora é que o senhor deputado Nuno Melo Alves descobriu que o hospital de Angra poderia servir para outras coisas.

Eu também sou capaz de prever as coisas depois de elas terem acontecido. Depois de os factos estarem consumados, eu também consigo prever que este ou aquele edifício ou local, poderiam ter sido isto ou aquilo mas, afinal, não foram.

Com todo o respeito pelo senhor deputado Nuno Melo Alves, creio que há aqui uma falácia de raciocínio. Eu tirar-lhe-ia o chapéu se ele tivesse previsto tudo isto antes de acontecer porque, depois de acontecer, qualquer um prevê.

Vou ficar-me pela abstenção porque, de facto, a localização daquele edifício é má, não gosto do projeto de arquitetura e desconfio muito da sua funcionalidade, mas não posso compactuar com manifestos eleitoralistas do teor do que aqui foi apresentado.

Sr. d. m. João Santos: – Pouco mais há acrescentar ao que foi dito pelo deputado João Maria Mendes e não me vou perder em considerações sobre o que entendo ser o motivo da apresentação deste voto de protesto.

Embora concorde que alguns aspetos são manifestamente discutíveis, como acontece em todas as obras quanto à sua localização, arquitetura, etc., não nos identificamos com o propósito deste voto de protesto.

Dispensando todos os considerandos e o preâmbulo deste documento e se nos cingirmos ao voto no parágrafo final, isto faz uma série de críticas, não aponta nenhuma alternativa ou solução, faz a crítica pela crítica e parece-nos desadequado temporalmente.

Apesar da opinião de cada um, o grupo municipal do Partido Socialista vai votar contra este voto de protesto, embora eu concorde com alguns aspetos relacionados com a forma como ele está formulado e o tempo em que é apresentado. Somos contra este voto de protesto que, nem tão pouco, nos merece uma abstenção.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Queria esclarecer que isto não foi um ímpeto de última hora. Fui eu que encabecei o último manifesto eleitoral da Assembleia Municipal, manifestámo-nos contra este projeto nessa altura nas últimas eleições e não é de agora que manifestamos a nossa oposição.

Fico também satisfeito por perceber que, em relação a outras situações como o cais de cruzeiros ou outras em que manifestamente há muita gente contra, se, em vez de um voto de

protesto, apresentarmos uma recomendação ao Governo Regional para que não o faça, contamos com o vosso apoio.

Não se registando mais intervenções e posto à votação, **O Voto de Protesto constante do Ponto 3.1 foi rejeitado** com 13 votos contra do Partido Socialista e 8 votos a favor, (6 do Partido Social Democrata e 2 do CDS-PP) e 4 abstenções, (3 do Partido Socialista e 1 do deputado municipal independente).

4 – DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

4.1 – Voto de Protesto apresentado pelo Partido Social Democrata, pela forma como o Governo Regional dos Açores discriminou negativamente o Concelho de Angra do Heroísmo, excluindo-o das Redes de Fibra Ótica de Nova Geração.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Este voto de protesto vem na sequência do que nós entendemos ter sido uma péssima negociação dos interesses dos 7 concelhos de maior atividade económica da região, no que toca ao processo de instalação de novas redes de fibra ótica.

O processo foi conduzido pelo atual Governo Regional de Carlos César e o Governo da República de então, liderado por José Sócrates que, numa fase inicial, visava dotar os concelhos mais pobres, menos populosos e de menor atividade económica da região, de redes modernas de fibra ótica, deixando os mais populosos e de maior atividade, ao abrigo do que se chama de «zona concorrencial» em que as empresas prestadoras dos serviços de telecomunicações instalariam as suas próprias redes, concorrendo umas com as outras.

Todo o processo foi feito sem a necessidade do recurso a dinheiros públicos. O custo global do projeto seria de 20 000 000 €, havia uma dotação de 12 900 000 € de fundos comunitários e de 7 100 000 € de investimentos privados na instalação dessas redes que serviriam os concelhos menos populacionais e de menor atividade económica.

Depois do concurso ter sido feito, de as regras estarem implementadas e definido o modelo de instalação da fibra ótica nos concelhos de menor atividade, o Governo da República da responsabilidade de José Sócrates alterou as regras e fez com que os maiores concelhos deixassem de ser zonas concorrenciais passando a zonas não concorrenciais.

Isto significa que o primeiro operador que instalar uma rede de fibra ótica de nova geração é obrigado a ceder a rede para utilização dos seus concorrentes o que leva a que, nenhuma empresa procederá à instalação de qualquer rede porque arcará com todos os custos e depois terá que a ceder de mão beijada aos seus concorrentes; assim ninguém investe.

Todo o esforço de investimento público que não se resume ao cabo submarino de fibra ótica para as Flores e Corvo, estende-se às redes de fibra ótica para todo um arquipélago e vai ficar reduzido aos concelhos de menor população e menor atividade.

Entendo por bem que esse investimento se faça nos concelhos de menor população, mais pobres e de menor atividade económica, como incentivo ao seu desenvolvimento, mas não acho bem que se tenha permitido que a negociação tenha sido tão mal feita, que os concelhos de maior atividade económica (e neste caso, o concelho de Angra), não tenham sido acautelados quando, depois dos procedimentos estarem lançados e definidos, se alteram as regras e se permite que se transforme o nosso concelho numa zona não concorrencial.

Qualquer empresário que zeze pelo interesse da sua empresa ou do seu operador, não fará um investimento muito avultado para depois se ver obrigado a ceder a rede a empresas concorrentes.

Quando a Câmara Municipal faz investimentos nas suas redes, nos negativos, na instalação de tubagens que depois permitirão passar os cabos de fibra ótica ou ligar os vários edifícios dos Serviços Municipalizados, deixa a infraestrutura preparada que permanecerá vazia porque, enquanto o quadro legal se mantiver, os operadores não gastarão um único centavo em investimentos para, logo a seguir, serem obrigados a cederem a rede de mão beijada aos seus concorrentes.

Entendemos que o Governo Regional não acautelou os interesses dos concelhos de maior população e de maior atividade económica. Neste caso, o concelho de Angra é um dos concelhos emblemáticos e não achamos que os seus interesses tenham sido devidamente acutelados. Como tal, apresentamos aqui o nosso voto de protesto.

Sr. d. m. Fábio Vieira: – Este voto de protesto que o PSD apresenta é mais uma cartilha demagógica pré-eleitoral rumo às regionais e já lhe vou explicar porquê; não vale a pena ficar chateado.

O grupo municipal do PS teria todo o gosto em associar-se a este voto de protesto se ele se aplicasse ao atual Governo da República mas fundamenta-se em inverdades e desconhecimento de causa.

Em primeiro lugar, a questão que referiu da negociação não é totalmente verdadeira. De facto, ficaram de fora os concelhos com menos capacidade económica e a PT tem todas as condições para investir nesses concelhos porque os seus lucros do ano passado, dariam para comprar os Açores 5 ou 6 vezes. Pode ter a certeza que, se houvesse responsabilidade social por parte da PT, o investimento seria rentável a longo prazo...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Já não é uma empresa pública...

Sr. d. m. Fábio Vieira: – Não é uma empresa pública mas tem deveres sociais em relação ao país. Infelizmente é essa a visão liberalista que impera atualmente no país, graças ao atual governo que temos...

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não é a Santa Casa da Misericórdia...

Sr. d. m. Fábio Vieira: – Pois não, mas o facto de não o ser tem levado centenas de milhares de pessoas à fome. É o que se tem visto lá fora e o que vocês querem implementar aqui a partir de outubro mas podem ter a certeza que o Partido Socialista terá todo o gosto em evitar que isso aconteça, também contra uma certa direita reacionária que agora se vai colando a vocês.

O que refere do ponto de vista técnico que não pode ter a administração pública em linha, a Telemedicina, etc., é totalmente falso. O senhor deputado Luís Rendeiro não faz a mínima ideia do que está a falar. Tirando as Flores e o Corvo, posso dizer-lhe que neste momento, qualquer um de nós tem acesso à rede 3G e terá em sua casa, pelo menos 60 Mb de velocidade de internet.

O aumento da velocidade das novas gerações é apenas necessário para servidores ou outros. Não há aqui condições técnicas nem evolução tecnológica suficiente para esse tipo de projetos.

O senhor deputado esquece-se ainda que, nas freguesias onde não exista total cobertura das redes atuais, existem serviços complementares em freguesias vizinhas. Posso dar-lhe o exemplo da administração pública em linha em que se pode dirigir a qualquer loja da RIAC e efetuar lá os seus serviços. Se não existem numa determinada freguesia, existem na outra ao lado. Parte da sua argumentação é falsa e revela desconhecimento da realidade.

Lamento mais uma vez que o PSD aproveite este momento para fazer campanha eleitoral e, mais uma vez, esteja contra os interesses dos açorianos. Não pode negar que, a respeito da negociação feita na altura, nunca houve tanta aproximação e tanto investimento nos Açores por parte da República.

Pode falar mal de tudo o resto e dizer que a situação a que chegámos é da responsabilidade do engenheiro José Sócrates, mas nunca houve um atendimento tão grande por parte da República em relação às autonomias açorianas como houve no seu mandato; isto é inegável.

Tive a oportunidade de ver que, no último congresso do PSD, houve quem dissesse logo na abertura, que teriam amigos nos Açores que estavam ao lado deles e apreciavam o seu trabalho. Podem ter a certeza que serão apenas meia dúzia porque a maior parte não aprecia e condena esse tipo de atitudes e tudo o resto que está a ser feito.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Gostava de saber onde se apanha rede a 60 Mb nas Doze Ribeiras onde os telemóveis mal funcionam em certas zonas da freguesia.

Quanto à fibra, essa deixa de existir a 800 ou 1 000 metros do hotel do Caracol e na rede cablada, o máximo que se consegue em termos de ligação efetiva em Angra, são 10 Mb a um quilómetro do hotel do Caracol porque a PT não está preparada para mais.

O problema comercial é o que é feito pelas obrigações que decorrem das contratações e concessões. Volto a repetir o exemplo da televisão que já referi várias vezes, da transmissão em sinal aberto da SIC, da TVI e do Canal 2, que nunca aconteceu nos Açores.

Em termos de canais de rádio, temos as emissões recentes da Antena 2 e da Antena 3 mas não as tivemos cá durante muitos anos e não temos acesso à Antena 1; apenas temos a RDP Açores, o que é muito bom. Tudo isso decorre das obrigações de serviço público que estavam inscritas na lei.

Quando foi efetuado o serviço público e os canais privados, apenas havia a obrigação de cobertura de 90% da população, número que, pouco depois, foi alterado exigindo-se a cobertura a 95% da população portuguesa.

Se fizermos as contas, não demoraremos muito tempo a perceber que os restantes 5%, que poderiam ficar excluídos, equivalem a 2,5% na Madeira e 2,5% nos Açores. O Estado não tem tido em conta essas preocupações com a implementação das tecnologias. Estamos a falar da televisão. Na altura, a PT era uma empresa pública.

As televisões privadas poderiam ter sido obrigadas a cobrir o país todo, o que não aconteceu, assim como também não foram obrigados os operadores de telemóveis; isto tem a ver com decisões políticas e não, apenas, com política empresarial.

Somos a favor, já apresentámos propostas noutros órgãos e temos exigido várias vezes o cumprimento de uma velha promessa eleitoral do Partido Socialista, com a qual concordámos, a de fazer chegar a fibra ótica às Flores e ao Corvo. O nosso deputado tem trabalhado muito nesse sentido e os próprios cidadãos daquelas duas ilhas também se têm manifestado porque não conseguem interlocutores.

Somos a favor que eles usufruam de um acordo do género deste mas não somos a favor, (assim como o PSD, que apresentou este voto de protesto), que se considere que o mercado, por si só, consiga resolver as necessidades sociais.

Sendo tão liberal como sou, é óbvio que uma empresa com a dimensão da PT, que pode facilmente fornecer a internet gratuitamente aos Açores, se assim o entender, não o fará se, a tal, não for obrigada; quem diz a PT, diz a Optimus, a Vodafone ou outro operador qualquer. O mesmo se aplica aos operadores de cabo que se continuam a recusar a prestar um serviço igual, mesmo na mesma ilha.

Se essa situação não for resolvida comercialmente, como nunca o foi, terá que o ser por imposição de lei, por contratualização dos serviços públicos ou da concessão do espaço para utilização, neste caso, o espaço de internet.

Ao permitir-se a licença de operação numa zona tem que haver uma contrapartida; quando isso não acontece, deve-se a um erro político. É contra esse erro político que surge este voto de protesto. O *timing* pode ser discutido, mas o voto surge agora, nós concordámos com ele e vamos votar a favor por todas estas razões que referi.

É preciso saber conviver com as exigências do setor privado que, por sua vez, tem que saber lidar com o setor público. Há rei e tem que haver roque. Tem que haver exigências, contrapartidas e um respeito pela aplicação do serviço.

Os operadores aéreos entram na região também através de um contrato de concessão mas têm exigências em termos de capacidade de carga, com as quais têm que cumprir; fogem a ela, por exemplo, com a introdução da taxa dos combustíveis, algo que pode ser fiscalizado e corrigido.

Achamos que, devido a este tipo de situações de insularidade e à falta de viabilidade de investimentos privados que é real nas ilhas ou concelhos mais pequenos, seria uma boa medida, obrigar, pedir ou protocolar para que lhes seja dada uma atenção especial.

A insularidade não é tida em conta e os outros concelhos são tratados como sendo ricos, ou apelativos ao investimento.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Não vou perder muito tempo a responder às questões políticas afloradas pelo senhor deputado Fábio Vieira porque, no que toca a manifestos e declarações eleitorais, as suas declarações falam por si.

Recordo-lhe que a privatização da PT deverá ter acontecido em governos de deriva liberal, ligações PSD/CDS e não, em governos socialistas; portanto, deve haver aí um equívoco qualquer de sua parte.

Esta situação manifesta-se como uma forma pública de um grande embaraço que afeta o Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos porque, neste momento, a extensão do cabo de fibra ótica só não avança mais rapidamente para as Flores e Corvo porque já toda a gente percebeu os custos eleitorais, quando a população dos concelhos de maior atividade económica e maior número de eleitores, se aperceber que, pela ótica do doutor Fábio Vieira, a terceira geração é quanto basta, as pessoas não precisam da quarta geração, o processo foi muito bem conduzido e tudo está bem como está. Não está bem como está!

Vai fazer-me justiça e reconhecer que não sou pessoa que venha mal preparada para as reuniões da Assembleia Municipal; contactei com os operadores e com quem esteve

diretamente ligado ao processo e falei dos problemas de várias empresas que poderiam estar interessadas em explorar serviços de quarta geração nos municípios açorianos de maior atividade. Tenho informação que vem do interior dos operadores e as coisas não são como o senhor diz; são da forma como as apresentei.

Este é um voto de protesto de quem defende os interesses do seu concelho e o senhor está aqui a defender os interesses do seu partido o que, mais uma vez, é digno de pena.

Sr. d. m. Fábio Vieira: – Se estou a defender o interesse do meu partido, parece que o deputado Luís Rendeiro está a defender o interesse dos operadores privados. Não sei se trouxe deles alguma procuração, mas a verdade é que está aqui a defendê-los.

Para memória futura, gostaria de realçar uma frase que foi aqui dita e seria bom que todos nos lembrássemos dela a partir de hoje: «O mercado, por si só, não pode resolver as questões sociais.» Seria bom que, nessa altura, os senhores também se lembrassem disso.

Em relação à acusação que faz, que o senhor Secretário Regional da Ciência e Tecnologia está embaraçado com a situação, estamos todos nós embaraçados pela falta de pressão do Governo da República atual para com os operadores em relação a esta matéria, porque, quem está em falta, são os operadores privados que não estão a cumprir com o que estava previamente estabelecido.

A visão que traz para esta Assembleia Municipal, é a visão de operadores privados que apenas querem que tudo lhes seja pago para que depois a exploração lhes traga apenas lucros. Para a próxima, não se esqueça de nos mostrar a dita procuração que trouxe desses operadores privados.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Espero não ter escandalizado ninguém mas, há pouco, aparentemente, surpreendi com a minha declaração. Não há bomba nenhuma em dizer que o mercado, por si só, não consegue resolver as situações sociais. Se houvesse, não precisávamos de impostos, não teríamos estas instalações e esta Câmara e não estaríamos aqui hoje.

Para existir mercado, é necessário haver dimensão ou escala, senão, não é mercado; é uma ligação de duopólios ou de oligopólios. Por isso é que tem existir legislação que evite rendas económicas e outros aspetos penalizadores.

As rendas económicas da EDP têm a ver precisamente com dimensões e escalas. Também se pode falar de rendas económicas na EDA, nos Serviços Municipalizados da Câmara, A, B ou C porque cobram as taxas de disponibilidade e outras coisas.

O mercado não existe na perfeição na maior parte dos sítios porque, muitas vezes, lhe falta dimensão. Nos Açores, o mercado por si só, não resolve muitas coisas mas resolve algumas e o problema põe-se a outro nível na parte política, a respeito do que é que se deve deixar que o mercado resolva, mas isso implicaria uma outra discussão muito grande que talvez não nos levasse a nenhum entendimento.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Um esclarecimento muito rápido: em primeiro lugar, não estou mandatado para defender os interesses dos operadores privados. Não há operadores públicos; apenas privados.

Como segundo esclarecimento, há aqui um erro de base: nenhum operador privado fica à espera que lhe montem a rede e a estrutura; o que pretendem é que, cada empresa monte a sua rede independentemente, se cumpra o que estava estabelecido inicialmente e não, a mudança de regras depois de o concurso estar definido.

Os operadores privados não querem que uma empresa de direito privado, (que tem conselhos de administração e acionistas, perante os quais deve responder), monte uma rede para depois a ceder de mão beijada aos seus concorrentes. É exatamente isso que se passa.

Julgo que o doutor Fábio Vieira vai ter que se informar melhor e controlar um pouco a sua deriva esquerdista porque as afirmações que faz são de um teor incompatível com a esquerda moderada que o senhor representa neste momento...

Sr. presidente da Mesa: – Senhor deputado Luís Rendeiro, não faça objeções. Agora voltamos ao esclarecimento a seguir... Faça favor, senhor deputado Fábio Vieira.

Sr. d. m. Fábio Vieira: – Muito obrigado, senhor presidente. Só para defesa da honra. A minha deriva esquerdista há de ser moderada ou imoderada as vezes que forem necessárias, na proporção exata e sê-lo-á muito mais, contra a vossa deriva neoliberal.

Há questões de fundo que nos separam e alguns pontos que se encontram. O senhor nunca pense que a PT faria o que quer que fosse para o dar de mão beijada; faria exatamente o mesmo que faz com o cabo submarino: paga rendas altíssimas, de modo a manter o seu monopólio. Essa é conversa de operador.

Como já lhe disse, se tem alguma procuração dos operadores privados, faça o favor de a apresentar a esta Assembleia.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Em relação à proposta do PSD, gostaria de dizer que o problema estará resolvido em breve porque o Vasco Cordeiro vem cá, diz que foi um equívoco e tal e isso muda tudo. Em campanha eleitoral promete-se tudo e fica tudo por fazer.

Gostaria de dizer ao senhor deputado João Santos que, com a minha má educação, dei algumas ideias à Câmara, falei na desinfeção, falei na escola da Ribeirinha, enfim, dei o meu contributo para que a senhora presidente da Câmara, eventualmente pudesse resolver.

Quanto ao senhor, como líder da bancada do PS, nunca o vi defender esta Câmara em situação alguma! É estranho!...

Sr. presidente da Mesa: – Oh senhor deputado José Alberto Borges. Nós estamos a discutir um voto de protesto. Queira centrar a sua intervenção nesse voto...

Sr. d. m. José Alberto Borges: – ... É que ele chamou-me mal-educado...

Sr. presidente da Mesa: – Na altura, o senhor teria todo o direito de interpelar o senhor deputado João Santos quando fez a sua intervenção. Agora deve centrar a sua, naquilo que estamos a discutir.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Vou terminar, dizendo que vou continuar a ser mal-educado, vou continuar a apresentar propostas para Angra e vou continuar a defender este executivo que é muito melhor que o outro, ao contrário daquele senhor que deveria ter seguido as pisadas do outro executivo. Muito obrigado.

Sr. d. m. João Santos: – Senhor deputado José Alberto Borges. Há uma coisa que prezo muito, que é o respeito pelas pessoas, independentemente da sua filiação partidária, da sua linha de pensamento ou seja lá do que for!

Gostava que o senhor não me fizesse perder o respeito que tenho por si porque o respeito como a qualquer outro nesta sala e nenhum dos presentes lhe dirá o contrário. Respeito toda a gente exatamente da mesma maneira, assim como há pessoas de quem eu não gosto,

independentemente de serem do PS ou do PSD. Não misturo as coisas e não gostaria de perder o respeito que tenho por si!

Nunca lhe sugeri que abandonasse esta casa! Isso é de mau-tom, não é um princípio democrático e já chego a ter dúvidas se o senhor sabe o que isso quer dizer!

O senhor nunca me ouviu dizer que não dava nenhum contributo válido a esta casa! Só me referi a si, na forma como, muitas vezes, o senhor se refere às pessoas na sua ausência, com pouca elevação e raiando a falta de educação!

A única coisa a que me referi, foi que o senhor disse que não beberia um copo de água, caso a mesma fosse de um ex-vice-presidente desta Câmara porque ele poderia ter posto lá dentro não sei o quê! Acho isso de mau tom!

Se o senhor dá contributos? Certamente que dá, assim como todos nós; é isso, a democracia! Todos nós damos contributos! Aceitam uns, não aceitam outros, mas nunca lhe disse que o melhor que o senhor tinha a fazer, era sair desta casa! É apenas a sua opinião!

A única coisa que lhe pedi foi que refreasse a forma de manifestar as suas opiniões para que eu, em última análise, não perca o respeito que tenho por si que é exatamente o mesmo que tenho por qualquer outra pessoa nesta casa. É a forma e não o conteúdo, senhor deputado! É a forma!

Não se registando mais intervenções e posto à votação, **o Voto de Protesto constante do Ponto 4.1 foi rejeitado** com 13 votos contra do Partido Socialista e 9 votos a favor, (7 do Partido Social Democrata e 2 do CDS-PP) e 1 abstenção do Partido Socialista.

5 – DO PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA TERRA CHÃ

5.1 – Voto de Protesto à Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas (SPRHI), relativo à falta de limpeza no Conjunto Habitacional da Terra Chã.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Senhor presidente da Assembleia e restantes membros da Mesa, senhora presidente da Câmara e restantes vereadores, senhores deputados municipais, boa tarde a todos.

Este voto de protesto apresentado à SPRHI por parte da junta de freguesia baseia-se na situação da limpeza do bairro social da Terra Chã. Quando assumimos o cargo para a junta de freguesia, assumimos também a limpeza do bairro, à semelhança da junta anterior.

Estivemos a fazer limpeza no bairro social durante 8 meses. A determinada altura, decidi pedir a verba atribuída à anterior junta para fazer face às despesas e depois recebemos um ofício da SPRHI a dizer que a partir de setembro de 2010 ia assumir a limpeza do bairro, mas, pela insistência dos moradores do bairro, verifiquei que a limpeza ia piorando.

Na Assembleia de Freguesia foram apresentados 2 votos de protesto contra a SPRHI aprovados por unanimidade. Enviámos os votos de protesto para a SPRHI, informando que a Assembleia de Freguesia estava a proceder à limpeza do bairro social e nunca obtivemos resposta.

Após a insistência da junta de freguesia, sempre veio um administrador da SPRHI reunir connosco. Nessa mesma reunião, foi dito ao presidente da junta e ao presidente da Assembleia de Freguesia que a SPRHI enviara um ofício à Câmara Municipal, dando conta de que não assumiria mais a limpeza do bairro, passando essa responsabilidade para o município e, por arrastamento, para a junta de freguesia.

Disse ainda que seria melhor a junta entender-se com a Câmara quanto ao acerto de verbas à delegação de competências pois, de sua parte, não tinha interesse nenhum em manter a situação como estava, para espanto nosso, chegando mesmo ao ponto de dizer que não podíamos ser ingénuos e que já tinha deixado de acreditar no Pai Natal. Como se não bastasse, justificou-se dizendo que só fizeram aquilo que a tutela lhes mandou fazer.

Acho que me dispensou de ler o resto porque os grupos parlamentares têm o resto do voto de protesto.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – De facto, ninguém daqui é ingénuo nem acredita no Pai Natal e o acionista da empresa SPRHI é o Governo Regional.

Temos repudiado por várias vezes, por muito que as pessoas queiram negar e dizer que assim não é, aquilo que é uma manifesta diferença de tratamento entre juntas de freguesia, fundamentada unicamente na sua cor política e entendemos que assim não deve ser.

Entendemos que o bairro social da Terra Chã e a junta de freguesia merecem ser tratados de outra forma e que os habitantes do bairro já têm problemas sociais suficientes, por isso, assim como todo o concelho, precisam de outros cuidados quanto à sua limpeza e ao seu ajardinamento.

Se a limpeza do bairro social foi delegada à SPRHI, ela deve ser obrigada a fazê-la. Se não quer ou não tem condições para tal, devem ser dadas as condições à junta de freguesia para que esta a possa fazer.

Não é permissível, na situação atual em que não foram dadas à junta de freguesia as condições para assumir a responsabilidade da limpeza do bairro social, que a SPRHI se negue a fazer o serviço e tenha a lata de dizer ao representante da população que não é tempo de se acreditar no Pai Natal e que é por motivo de diferença de cor política que não se faz a limpeza.

As coisas não devem ser assim. Os estados são transitórios, a junta de freguesia tem hoje uma cor política e no futuro terá outra. A alternância faz-se sentir, acho que o bem-estar das populações está acima de tudo e devem ser criadas todas as condições para que aquele local seja tratado com a dignidade que merece.

Somos solidários e a bancada do PSD vai votar favoravelmente este voto de protesto da junta de freguesia da Terra Chã.

Sr. d. m. José Alberto Borges: – Gostaria de saber se a Câmara Municipal já recebeu o ofício da SPRHI, passando a responsabilidade da limpeza para o município que, às tantas, pode não ter qualquer responsabilidade na matéria.

Sra. presidente da Câmara: – A Câmara Municipal tem delegações de competência com as juntas de freguesia para a limpeza dos arruamentos municipais; neste caso específico, trata-se de um arruamento municipal.

Numa visita à freguesia da Terra Chã, o senhor Rómulo tinha tido o cuidado de me pôr mais ou menos a par da situação, embora aparentemente tenha havido alguma evolução.

Pelo que me parece, esta situação tem a ver com o seguinte contexto: havia um cuidado por parte da SPRHI na manutenção daqueles arruamentos, mas a mesma não tinha essa obrigação por se tratar de arruamentos municipais.

A Câmara Municipal tem a sua delegação de competências com a junta de freguesia da Terra Chã que é quem deverá assegurar essa mesma limpeza. É certo que, para a junta, há um acréscimo de responsabilidade e dificuldade mas eu não deteto aqui responsabilidades; apenas uma situação que tem que ser ultrapassada.

Respondendo à sua questão a respeito do ofício, deslocaram-se cá pessoalmente reportando e explicando a situação. Nessa mesma reunião também foi explicado que, havendo a delegação de competências, a situação vai rodando mas está legitimada.

Compreendo perfeitamente o acréscimo de dificuldades e custos para a junta de freguesia da Terra Chã e não me pronunciarei sobre os contornos da conversa que tivemos.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Lembro que a anterior junta de freguesia recebia 10 500 € da SPRHI. A junta tem mais um funcionário e não tem receitas próprias para assumir essa responsabilidade.

Sr. d. m. João Santos: – O grupo municipal do Partido Socialista vem propor a suspensão deste voto de protesto até à próxima sessão da Assembleia Municipal, porque o que está aqui escrito é de tal forma grave que serei o primeiro a votar favoravelmente este voto se, na essência, o que aqui está for verdade.

Se necessário for, serei o primeiro a subscrever um voto de protesto relativamente à diferença de tratamento, seja em relação a quem for, se algumas coisas que aqui estão forem verdade. Como isto deu entrada hoje, assumo aqui que não tenho conhecimento suficiente sobre este assunto.

Não estou a pôr em causa a palavra seja de quem for, mas parece-me que há aqui matéria suficientemente grave para que isto não se fique por um voto de protesto.

Custe o que custar, proponho que isto seja apreciado na próxima sessão da Assembleia Municipal, na posse de toda a informação relativamente a este assunto e a tudo o que aqui está escrito. Não é que o esteja a ser, mas penso que este não é um assunto para ser tratado de ânimo leve porque o que está aqui escrito é muito grave.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Ainda bem que o senhor deputado João Santos fez a reserva adequada porque o senhor presidente da junta de freguesia da Terra Chã não vem para aqui mentir sob a forma de um voto de protesto. É positiva a vontade do grupo municipal do Partido Socialista e do seu líder querer inteirar-se melhor da situação e munir-se de mais documentação.

Proponho ao senhor presidente da junta de freguesia da Terra Chã que recolha e disponibilize aos membros da Assembleia Municipal, especialmente aos membros da bancada do Partido Socialista, toda a documentação que tiver disponível acerca do relacionamento da junta com a SPRHI, incluindo todos os *e-mails*, cartas ou tudo o que exista na junta, deste e do anterior mandato, incluindo as contas que comprovam a entrada da verba que a SPRHI atribuía à junta para a limpeza do bairro.

Tudo isto vem mesmo a jeito porque a próxima reunião da Assembleia Municipal, por sorteio, decorrerá na freguesia da Terra Chã. O senhor presidente da junta decerto concordará que será um bom local para voltarmos a discutir este assunto perante os moradores do bairro.

Gostaria de saber se o senhor presidente da junta não tem qualquer objeção a isto. Não nos importamos de voltar a discutir este assunto na próxima Assembleia Municipal que, salvo erro, decorrerá em junho.

Proponho que o senhor deputado João Santos solicite todos os documentos que considerar necessários para que se informe o melhor possível a respeito deste assunto.

Sr. d. m. Nuno Melo Alves: – Este voto de protesto tem escrito preto no branco um conjunto de acusações e denúncias de situações muito graves como já foi referido. Fazendo fé no que aqui está escrito, nada disto pode passar de forma impune, sobretudo algumas expressões que foram transmitidas verbalmente.

Independentemente de essas pressões poderem ser comprovadas, o que dificilmente se conseguirá porque suponho que tenham ocorrido numa reunião de boa-fé e não estejam gravadas, outros elementos poderão dar conta da validade deste voto de protesto, nomeadamente, o fim de um tratamento que tem a ver com transferências de verbas.

O outro aspeto dificilmente será comprovado, a não ser que haja alguma gravação ou outro meio de se auscultar uma ata, na qual, isto conste. Duvido que algumas coisas sejam possíveis de comprovar mas acreditamos que o que está escrito neste voto de protesto, um documento oficial, corresponda ao que ocorreu na reunião.

Sendo uma situação grave, acho que deve ser tratada com alguma firmeza por parte desta Assembleia Municipal até porque tem a ver com uma freguesia do nosso concelho.

Resta saber se a junta de freguesia da Terra Chã aceita a sugestão para que discutamos isto na próxima sessão, munidos de mais elementos, porque temos a intenção de votar isto favoravelmente.

A SPRHI é uma empresa pública paralela que não tem, na sua cúpula, políticos responsabilizáveis. O secretário pode ser despedido pelo presidente do Governo caso seja responsabilizado.

Estes senhores têm um cargo que já não é propriamente político porque não está previsto no estatuto; são uma espécie de tecnocratas, fazendo-nos estranhar ainda mais, atitudes desta natureza.

Sr. d. m. António Maio: – Confesso que não tinha reparado bem no voto de protesto. Estava para me ausentar porque tenho outros afazeres e ainda bem que não o fiz porque a minha obrigação é estar aqui hoje. Ainda bem que fiquei e ouvi o que ouvi e concordo inteiramente com o que disse o meu colega João Santos.

Dirijo-me diretamente à Mesa e ao seu presidente que tem demonstrado uma grande isenção na condução dos trabalhos. Estranho como é possível que um voto de protesto tenha dado entrada com a data do próprio dia da reunião da Assembleia.

O que está aqui dito é extremamente grave. Não ponho em causa o que disse o senhor presidente da junta mas nós, deputados municipais, temos que averiguar isto porque há aqui afirmações de contornos que poderão levar a consequências extremamente gravosas.

Houve uma conferência de líderes onde, certamente, os votos de protesto são apresentados e lidos, algo que provavelmente está previsto no regimento. Eu estranho que uma matéria com este conteúdo tenha dado entrada no próprio dia, envolvendo toda esta polémica e um serviço regional, sem que tivéssemos a possibilidade de contrapor e averiguar o que se passou. Francamente acho que este não é um procedimento democrático.

Faço um apelo para que, de futuro, quando quiserem apresentar votos de protesto, o façam atempadamente cumprindo o regimento que, confesso, não sei se foi cumprido. Parece-me completamente descabido ver aqui referida a data de 30 de abril, atendendo à gravidade do que aqui está escrito.

Sr. d. m. Luís Rendeiro: – Apenas para um esclarecimento que decerto, será confirmado pelo senhor presidente da Assembleia Municipal. Por mim falo, porque o voto de protesto do PSD também contém a data de hoje, mas os documentos deram entrada antes, e não na conferência de líderes, porque eu não estava na ilha nessa altura.

O debate acerca das questões da fibra ótica ocorreu simultaneamente na Assembleia Legislativa Regional ou logo a seguir à conferência de líderes, por isso os documentos entraram na sexta-feira ou na segunda-feira da semana passada mas com a data da reunião da Assembleia Municipal de hoje.

Os documentos deram entrada antes, e não no dia da reunião da Assembleia, o que pode ser confirmado pelos serviços e pelo senhor presidente da Mesa. Deram entrada depois da conferência de líderes mas com alguma antecedência em relação a esta reunião da Assembleia.

Sr. d. m. António Maio: – Desculpe, mas eu só tomei conhecimento disto agora aqui...

Sr. presidente da Mesa: – Posso esclarecer a questão que é muito simples: para que não haja dúvidas a respeito desta matéria, sempre se considerou que alguns votos poderiam dar entrada mesmo depois da conferência de líderes, em particular aqueles que, pelo seu conteúdo, se considerasse que perderiam oportunidade de transitar para outra sessão, sobretudo votos de pesar, de louvor ou outro tipo de acontecimentos. Isto não significa que não houvesse algum voto, (nomeadamente o voto que o senhor deputado Luís Rendeiro referiu depois de uma discussão na Assembleia Regional), que não fosse oportuno discutir aqui; tem sido esta, a prática corrente.

Houve, por ventura, um lapso, do qual eu assumo quota parte de responsabilidade, pelo facto de o documento não ter sido distribuído, pelo menos, pelas lideranças dos grupos parlamentares. Se houve alguma situação que funcionou mal, foi essa.

Sr. d. m. João Santos: – A questão que eu não queria deixar passar em claro, porque o silêncio poderia significar alguma aceitação pelo que foi dito, é que o grupo municipal do Partido Socialista e eu próprio, apesar de sermos todos crescidinhos e assumirmos que não há Pai Natal, não aceitamos que haja tratamento diferente para nenhuma junta de freguesia pela sua cor política. Sempre que isso seja visível ou declarado, manifestar-me-ei contra esse tipo de atitudes.

Todos nós somos cidadãos deste concelho, independentemente da orientação política, cor partidária ou junta de freguesia.

Quero congratular-me também pela atitude do PSD em «aceder» à suspensão e adiamento deste voto para a próxima reunião da Assembleia Municipal. Isto, sim, é trabalhar em prol do desenvolvimento e da solução dos problemas do concelho. Isto é trabalhar em cooperação, isto é democracia.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Gostaria de esclarecer que o senhor presidente da Assembleia de Freguesia estava comigo nessa reunião e disse que deveríamos ter gravado aquela conversa porque já conhecemos as pessoas em questão.

Durante 8 meses não recebemos um escudo que fosse. Ainda estamos à espera do dinheiro dos 8 meses em que estivemos lá a trabalhar.

Mais uma coisa: não sei como é que, a meio da reunião da Assembleia Municipal, um senhor da SPRHI já sabia do voto de protesto aqui na Assembleia; há contra informações.

Sr. presidente da Mesa: – O presidente da SPRHI sabia do voto?

Sr. d. m. Rómulo Correia: – O administrador da SPRHI ainda agora me ligou a dizer que ia ser apresentado um voto de protesto na Assembleia Municipal.

Sr. d. m. João Santos: – Supostamente, todos nós devíamos saber...

Sr. presidente da Mesa: – Pelo menos, desde a manhã.

Sr. d. m. Rómulo Correia: – Não sei como é que ele, estando no Faial, já sabe do voto de protesto...

Sr. presidente da Mesa: – Senhor presidente da junta deixe-me dizer-lhe o seguinte: há coisas que são demasiado complicadas e complexas para serem ditas de qualquer forma e feitio e esta acabou de ser uma delas.

Das duas, uma: ou o senhor é responsável que o senhor da SPRHI saiba disso ou seria eu, como presidente da Assembleia, porque, pelos vistos, mais ninguém sabia. É preciso muito cuidado com a forma como certas coisas são ditas.

Das duas, uma: ou as coisas não foram muito claras e ele próprio reconheceu que a conversa deveria ter sido gravada, ou então, quero ver como é que amanhã se descalça essa bota, caso essas declarações tenham sido assim ou afinal não tenham sido bem assim! É preciso ter muito cuidado com o que se diz e a forma como se diz. Isso é extremamente importante para que não haja confusões.

A partir da hora em que foi anunciada a Ordem de Trabalhos, toda a gente nesta sala, sabia o que se ia passar. Do conteúdo, eventualmente sabia o senhor e a Mesa da Assembleia; mais ninguém sabia.

É muito estranho e é preciso cuidado com as afirmações que se produzem. Eu não fui, porque nem sei quem é o senhor presidente da SPRHI. Que fique muito claro que não faço a menor ideia quem o senhor é!

Não se registando mais intervenções, **o Voto de Protesto constante do Ponto 5.1 foi retirado por iniciativa do proponente** com vista à sua apreciação na próxima sessão da Assembleia Municipal.

*O senhor deputado municipal Vasco Capaz, na qualidade de 1.º secretário da Mesa, procedeu à leitura da **minuta das deliberações** que, posta à votação, **foi aprovada por unanimidade.***

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, pelas 17H45M do dia 30 de abril de 2012, da qual se lavrou a presente ata que vai assinada pelo presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo e pelo seu redator, 1º secretário da respetiva Mesa.

O Presidente da Mesa

Ricardo Manuel Rodrigues Barros

O 1º Secretário

Vasco Augusto Pinheiro Gonçalves Capaz